

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ana Cristina Carneiro Fernandes Souto

Políticas Públicas Saudáveis na Mídia Social: em tempos de promoção de saúde quem se arrisca ser “sedentário assumido”?

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ana Cristina Carneiro Fernandes Souto

Políticas Públicas Saudáveis na Mídia Social: em tempos de promoção de saúde quem se arrisca ser “sedentário assumido”?

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio da Costa Ciampa

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2010

Banca Examinadora:

“Muitas vezes ficamos seriamente preocupados com as soluções que deveríamos apontar para aqueles que nos procuram, diante da relevância pessoal de seus inúmeros problemas. Soluções sem dúvida, nada fáceis de oferecer.

Quem precisa desabafar [se orientar], não vem em primeiro lugar em busca de reflexões. Busca um ombro amigo. Um pouco de compreensão. Um pouco de atenção, de aceitação, de calor humano [de sabedoria].

Não se preocupe em resolver problemas e apontar soluções para quem está aflito e desesperado. Ofereça uma simples acolhida, um momento de escuta, um pouco de compreensão para aquele que parece sentir-se aniquilado pela vida [ou desorientado diante de um novo projeto de pesquisa, que é sempre um novo projeto de vida].

Saiba que as soluções nascem por si [a partir da interação] Para compreender [e orientar] de verdade é preciso: escutar sem pressa, escutar com toda paciência e interesse”

(Autor e data, desconhecidos)

A escuta, ah, essa tão preciosa ação humana.

É justamente pela escuta que eu gostaria de agradecer a todos.

Por isso, tomo emprestadas as palavras desse autor desconhecido, que fala muito bem o que eu não consigo dizer nesse momento, de fim e de recomeço de projeto, nesse momento em que se confundem as emoções.

Tomo a liberdade de adaptar esse sábio discurso alheio para que possam se reconhecer nessas palavras de agradecimento todas as pessoas, corpo discente e docente, amigos e familiares com os quais contei desde o começo de minha formação de mestre.

Obrigada a todos os Professores Doutores que, enquanto ministravam suas disciplinas não me impuseram a disciplina: Antonio da Costa Ciampa, Fúlvia Rosemberg, Maria Cristina Vicentin, Maria do Carmo Guedes, Odair Furtado.

Obrigada, particularmente, Prf^a Dr^a Mary Jane Spink que me abriu as portas do programa e me possibilitou o retorno à minha velha casa, a PUC-SP.

Obrigada, afetivamente, Prf.Dr. Ciampa pela escuta, pela orientação com liberdade, pela paciência, por ser Humano... e, desculpe os excessos!

Obrigada, meu trio, criaturas divinas (com tudo o que pode significar divino) que fazem parte da minha vida, dos meus sonhos, dos meus projetos... que sem estarem matriculados no curso de pós-graduação já se tornaram proficientes em questão de identidade ...de tanto ouvir. Celso, Luíza e Paula esse trabalho é nosso!

Obrigada Amigos, todos e todas, que não vou me arriscar a nomear, para não correr o risco... Vocês sabem que são especiais!

Obrigada “sedentários assumidos” pela generosidade, pela solicitude, pela ação de comunicação!

Obrigada “May”, minha mais nova velha amiga. Obrigadíssima, querida!!! XD

E, obrigada formalmente ao CNPQ pelo auxílio financeiro, sem o qual não teria sido possível realizar esta pesquisa.

RESUMO

Dizer que existe uma relação entre a saúde física e a saúde mental não é algo novo. De certo modo, essa idéia já se fazia presente na antiguidade, na expressão “*mens sana in corpore sano*”, que sugeria que a saúde seria algo decorrente de um modo de vida equilibrado. Em nosso contexto social e histórico, num outro olhar, o modo de viver é uma questão relevante de Saúde Pública, particularmente, diante das evidências de que as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são causa principal de mortalidade e de incapacidade prematuras, na atualidade. Nessa perspectiva, políticas públicas neoliberais têm sustentado a afirmação de que o estilo de vida sedentário, como um produto não desejável da modernidade, é um estilo arriscado que deve ser evitado. Além de motivar a adesão individual e produzir movimentos pró-ativos em relação às prescrições saudáveis, ações promocionais têm gerado outros efeitos e movimentos paradoxais. Diante dessa realidade, essa dissertação da investigação realizada à distância, via internet, combina a exposição dos dados com discussões e reflexões realizadas em duas vertentes: identidade e saúde. Do ponto de vista da identidade, o presente estudo inicia-se enfocando o agrupamento de “sedentários assumidos” e, aprofunda-se num estudo de caso emblemático. Do ponto de vista da saúde, problematiza-se a ação voluntária de construção da identidade na internet, especificamente, a ação de tornar público um atributo pessoal de valor negativo, como a “face sedentária” da identidade. A partir dos dados levantados, e das reflexões realizadas, pode-se dizer que: o ativismo na rede social carrega “certa” possibilidade emancipatória; as ações comunicativas de “sedentários assumidos” têm a pretensão de validar suas práticas cotidianas, entre pares, e não constituem um movimento de resistência orientado contra as práticas prescritas como saudáveis; “sedentários assumidos” reproduzem o discurso teórico dominante do movimento promocional; e, finalmente, a partir do estudo de caso pode-se dizer que a identidade pós-convencional é determinante para que a ação comunicativa na rede possa vir a possibilitar a concretização de algumas dimensões do projeto de vida pessoal.

Palavras chave: Identidade; Promoção de Saúde; Mídia Social

ABSTRACT

It is no novelty to say that there exists a relationship between physical and mental health. This idea has been present, since ancient times, in the very expression “*mens sana in corpore sano*”, which already suggested that health would be fostered by a balanced way of life. Within our social and historical context, in another view point, the way of life is a relevant Public Health concern, as one faces the evidences that the Chronic Non-communicable Diseases (NCD), constitute the main causes of premature mortality and disability, in most of the countries in our continent, Brazil included. With this perspective, neoliberal public policies, targeted at promoting the construction of healthier lives, underpin the affirmation that a sedentary lifestyle, as a modernity non-desirable byproduct is a risky lifestyle and, thus must be avoided. The promotional movement, besides motivating an individual adhesion and producing proactive movements towards the healthy prescriptions, has generated other effects and paradoxical movements. Facing this reality, the present Master Dissertation, as a textual result of a remotely conducted research, via the internet, combines the data presentation with discussions and reflections performed in two venues: identity and health. From the identity standpoint, the study initiates focusing on a group of “assumed sedentary people” and deepens into an emblematic case study. On its turn, from de health standpoint, the voluntary action of constructing an identity in the internet is problematized, more specifically, the action of turning public a negatively valued personal attribute, as the “sedentary face” of the identity. From the collected data and reflections made, it is possible to say that: the activism in a social network carries a “certain” emancipatory possibility. The communicative actions of the “assumed sedentary” have the intent to validate the their daily practices, among peers, and they do not indicate a resistance movement directed against the practices prescribed as healthy, in a certain sense the “assumed sedentary” reproduce the dominant theoretical speech of the health promotional movement. Finally, from de studied case it is possible to say that the human post-conventional identity is determinant on making real certain life project dimensions via communicative action within the net.

Key Words: Identity, Health Promotion, Social Media

SUMÁRIO

Introdução	2
Capítulo 1 - Reconstituindo o contexto que define hábitos e estilo de vida entre os fatores de risco e vulnerabilidade.....	12
1.1 Apontamentos acerca do estilo de vida saudável: na idéia de que há lugar para todos, em saúde, desde que esta seja a escolha racional de cada um.	16
1.2 Para entender “estilo de vida moderno” como “estilo de vida sedentário”.....	20
1.3 Construindo um elo entre mídia e saúde promocional: para entrar no campo dessa pesquisa	30
Capítulo 2 - Para abordar a questão da Identidade na Sociedade da Informação .	33
2.1 Abrindo parênteses para mostrar diferentes enfoques: olhares diversos para a sociabilidade em rede virtual	36
2.2 Sociabilidade na Sociedade da Informação: um agir orientado na racionalidade comunicativa	38
Capítulo 3 - Entrando no campo para abordar uma questão de saúde: em foco, sedentários assumidos.	47
3.1 Aprofundando a questão da identidade, no procedimento de estudo de caso de perspectiva etnográfica	66
3.2 Conversando com o personagem sua atuação nas salas de bate-papo: para tentar desvelar o que pode estar sendo velado no “ativismo em comunidades virtuais”.....	79
Considerações Finais	90
Referências bibliográficas	97

Introdução

Antes de realizar uma breve revisão sobre a questão da saúde pública relacionada às doenças crônicas não transmissíveis, antes de abordar alguns aspectos considerados relevantes para o estudo da questão da identidade na sociedade da informação e, antes de entrar no mérito da investigação, gostaria de trabalhar sobre o título. Uma vez que nele se encontram vários conceitos que não serão explicitados nos capítulos que compõem esta dissertação de mestrado. E, não sendo o título algo aleatório, o entendimento dos elementos elencados em sua composição pode auxiliar na elucidação do objetivo, na compreensão do movimento investigativo realizado e, portanto, na leitura de tudo o que se segue.

Partindo da experiência profissional de psicóloga, numa atuação mais voltada para a promoção da saúde, num modelo de atenção semelhante ao das unidades básicas de saúde, numa região periférica da grande São Paulo. Nesse contexto, tenho me deparado com o desafio de responder às demandas de saúde, não de doença, de pacientes (ou clientes) que, mesmo no domínio do conhecimento tecnocrático (informados e educados acerca de suas problemáticas mais conscientes), percebem-se insatisfeitos com a vida que estão levando. Insatisfeitos consigo mesmos, pois esclarecidos acerca de suas responsabilidades em relação à própria saúde e condições de vida lhes resta assumir que, no o dia-a-dia, eles não tem dado conta de promover as transformações necessárias para alcançarem o estado “ideal de saúde”, aquele que se aproxima à idéia de felicidade.

Na urgência por encontrar soluções definitivas para suas aflições, a pergunta que se traduz de suas falas é: “o que eu faço?” Pergunta esta que, na perspectiva individualista de saúde neoliberal, é que para ser respondida de maneira autorreflexiva, no repensar sobre as práticas cotidianas. Ou seja, a pergunta prática de saúde, “o que eu faço?” realizada por pessoas que já detém o conhecimento acerca de suas problemáticas (sejam elas enfermidades, morbidades e ou aflições psico-afetivas), e estão convencidas de que seus comportamentos são determinantes de saúde, é uma questão de complexa que envolve aspectos afetivos, além dos cognitivos.

No consultório psicológico “o que eu faço?” é uma questão que tende a ser traduzida como uma questão de identidade, relacionada à posição no mundo e ao projeto de vida. Ao se indagar sobre uma questão prática, sobre o modo de agir segundo padrões considerados legítimos pela sociedade, as pessoas estão diante de dilemas éticos e morais, e conflitos sociais. Na interação social, no caso com o especialista, buscam através da consulta construir uma inteligência coletiva para produzir “aquilo que falta para que se alcance realizar seu projeto de uma vida mais saudável”, em termos de promover bem-estar na civilização.

Diferente da interação social no dia-a-dia, a situação de consulta já denota o que se espera que dos especialistas, do campo Psi: que tenham o conhecimento e a técnica para mostrar os caminhos mais eficientes que levem a pessoa a alcançar o bem-estar na sociedade. Isso não é específico de nossa época. Na atualidade, a diferença pode estar no fato de que, entre os especialistas e seus pacientes não exista mais um desnível, em termos de conhecimento acerca das patologias, morbidades e agravos em saúde; embora ainda persista assimetria em termos da validade e da verdade do conhecimento tecnocrático em contraposição à pretensão de validade das práticas cotidianas.

Efetivamente, observa-se nessa experiência de consultório que, a midiaticização das questões de saúde - qualidade de vida, longevidade, doenças crônicas transmissíveis e não transmissíveis e outros temas relevantes para a atualidade -, tem ilustrado a população sobre diversas problemáticas atuais de saúde pública; tem pautado as conversações nos diversos ambientes públicos e privados; tem oferecido um leque de saberes válidos, muitas vezes contraditórios e antagônicos, e tem demandado posicionamento pessoal e coletivo.

Todavia, o movimento de educação e informação interessado em promover um movimento pessoal e social de autocuidado em direção à construção de vidas mais saudáveis, além de motivar a adesão individual e produzir movimentos pró-ativos em relação às prescrições saudáveis, tem gerado outros efeitos e movimentos paradoxais, tais como: a proliferação de indivíduos vivendo em estados mórbidos por exagerado culto ao corpo, a exemplo da vigorexia; e, criado barreiras e movimentos resistentes, do tipo “sedentários assumidos”.

Nessa perspectiva, o movimento de informação das tendências em saúde pública tem trazido novos desafios para os diversos atores sociais. Sabendo-se que é importante tentar compreender àqueles indivíduos com os quais atuamos (Polito, 2001), no campo específico, a mudança no perfil do paciente tem demandado dos profissionais de saúde que aprofundem seu conhecimento acerca dos sentidos e significados que as pessoas atribuem para a doença, a saúde e para suas práticas cotidianas, entre outras coisas.

É incontestável o poder que a mídia tem de persuasão, de controle e de penetração nos diferentes estratos sociais, como veículo formador de valores, opiniões, comportamentos, padrões estéticos, valores culturais e morais, etc. Entretanto, é um grande passo afirmar o processo de ampliação dos limites geográficos - através da comunicação à distancia e do contato com hábitos e culturas diversas e supostamente mais valorizadas -, pode levar à adoção de modelos sócio-econômico-culturais internacionais de hábitos alimentares e estilo de vida, distanciando um povo dos conceitos formadores básicos de valores, costumes e afetos que compõem o seu quadro cultural.

Vale pontuar que considerar que as mudanças sócio-culturais têm sido responsáveis pela instalação de mudanças no perfil de adoecimento da população, tanto em países desenvolvidos como subdesenvolvidos, não é o mesmo que “afirmar” que o alargamento dos espaços de informação e comunicação são corresponsáveis pelo fenômeno global das doenças crônicas não transmissíveis.

Nesse sentido, tentar compreender “sedentários assumidos” - essa identidade de grupo formada num mundo não convencional, virtual e multicultural - é um movimento investigativo que conjumina um interesse pela influência da mídia “entre massas” na saúde e, um interesse em compreender as práticas cotidianas a partir da identidade.

Olhar para as mídias sociais (espaços formados para o relacionamento interpessoal) é olhar para um viés de comunicação “entre massa” e, focar as comunidades virtuais, como um espaço de interação social semelhante aos espaços concretos, é olhar para as ações de comunicação num mundo que cultiva o individualismo e, paradoxalmente, estabelece padrões consensuados de conduta.

Estudar “sedentários assumidos”, pela aparente resistência à adesão aos preceitos de vida saudável - como grupo representativo do um efeito indesejável do movimento promocional -, para compreender aqueles que parecem cultivar um estilo de vida caracterizado pela morbidez, traz implícita uma pergunta, a saber: a identidade e o projeto de vida explicam escolhas de saúde no cotidiano, em termos de comportamentos e estilo de vida?

Vale explicitar que, ao traduzir este movimento investigativo em termos de “políticas públicas saudáveis na mídia social” não parto do pressuposto que as políticas públicas saudáveis empreguem (ou devam empregar) as mídias sociais numa racionalidade estratégica. Todavia, parto de duas premissas: que as temáticas saudáveis são pautas de grande interesse nas ações de comunicação entre as pessoas; e, que as mídias sociais em nossa época, são ambientes virtuais relevantes, por seu potencial comunicativo e possibilidade de colaborar na validação das práticas cotidianas. Nesse sentido, pressuponho que as ações de comunicação nas mídias sociais possam oferecer dados empíricos acerca do imaginário social de questões e problemas atuais de saúde pública.

Considerando que para pensar em paradoxos do movimento promocional é importante pensar em certa problemática na articulação entre teoria e prática, por exemplo: pensar a diferença entre o aspecto teórico-conceitual da saúde promocional (de valor econômico) e a concepção prática de saúde (de valor afetivo-emocional); pensar a questão do projeto político de saúde em relação ao projeto de vida saudável. Aprofundar conhecimento nesses sentidos pode vir a contribuir com o planejamento de políticas públicas mais afinadas com a realidade das demandas e necessidades sociais, assim como contribuir para um repensar das práticas clínicas de saúde.

É, problematizando as práticas, tanto as ações políticas como as ações técnicas, que é plausível questionar acerca do que justifica a atual hipertrofia das ações no âmbito individual. Pois, se o problema atual de saúde é o mesmo em todas as sociedades industrializadas, a exemplo da obesidade, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT); e, sabe-se que elas tecem-se em torno de uma cadeia de causalidades de ordem macro (das estruturas sociais): porque na *práxis*, tem se reduzido a priorizar a disciplina do micro (dos indivíduos)?

Nesse contexto, vale explicitar que o projeto de Promoção da Saúde, atual, articula uma "combinação de estratégias que envolvem a ação do Estado (políticas públicas saudáveis), da comunidade (reforço da ação comunitária), de indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais), do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde) e de parcerias interinstitucionais, trabalhando com a noção de responsabilização múltipla, seja pelos problemas, seja pelas soluções propostas para os mesmos" (Buss, 2003, p. 16).

Esse projeto, apoiado na perspectiva ampla, multidimensional e complexa de saúde, prevê a articulação da sociedade como um todo, envolve também a articulação de um conjunto de valores, tais como: saúde, felicidade, qualidade de vida, solidariedade, equidade, igualdade, democracia, cidadania, responsabilidade social, direito etc.

No que diz respeito à noção de Políticas Públicas Saudáveis (PPS), vale destacar que se expressam de modo multidisciplinar, amplo e complexo, tal qual o projeto promocional, de onde se desdobra, como campo privilegiado de ação diante do reconhecimento da complexidade da sociedade. Assim, a concepção de PPS prevê a vinculação entre as políticas sociais e econômicas; expressa a necessidade de participação dos cidadãos, tanto no auto-cuidado, como no processo de formulação de políticas; sustenta a idéia de responsabilização compartilhada entre o setor público e o setor privado; incorpora a proposta de estabelecimento de parcerias entre os diversos setores (Buss, 2003).

No plano ideal, as políticas públicas saudáveis, se expressam por diversas abordagens complementares de saúde, que visam a superação da interpretação reducionista do movimento promocional, dividida em duas grandes tendências: uma vertente de enfoque comportamental, outra, de enfoque na qualidade de vida. A primeira, quase que exclusivamente limitando-se a intervir nos comportamentos individuais, ou melhor, promover mudança dos hábitos e estilos de vida prejudiciais à saúde (Buss, 2003); a segunda orientada para os fatores determinantes e condicionantes sociais das condições de vida e saúde da sociedade e, que enfatiza que a intervenção positiva sobre os fatores sociais determinantes na construção da saúde é dependente da capacidade/habilidade/competência individual (Buss, 2003).

Considerando-se que as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são a causa principal de mortalidade e de incapacidade prematura na maioria dos países de nosso continente, incluindo o Brasil (OPAS, 2006), e entendendo DCNT como fenômeno sócio-histórico, relacionado ao estilo de vida moderno; modelos explicativos de DCNT (especialmente de obesidade) apontam que as relações causais desse fenômeno passam pela associação da “má alimentação” ao ócio passivo (sedentarismo); pela desestruturação familiar; pela questão do ritmo acelerado de vida (estresse); pelo aumento do consumo de bens e produtos tecnológicos; pelo transporte mecanizado e outros. (Arnaiz, 2009).

Vale pontuar que as causas supracitadas, bastante evidenciadas para a obesidade, são observadas em todas as quatro áreas prioritárias de intervenção das políticas públicas saudáveis (Declaração de Adelaide, 1988), que são: apoio à saúde da mulher (criando condições sociais e atenção às questões específicas); alimentação e nutrição (criando políticas voltadas para a alimentação/nutrição saudável); tabaco e álcool; e ambiental (criando ambientes saudáveis).

Diante da alta incidência de doenças crônicas não transmissíveis, particularmente do fenômeno pandêmico da obesidade, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2006) define a “Estratégia Regional e Plano de Ação para um enfoque integrado sobre a prevenção e controle das doenças crônicas, incluindo a alimentação, a atividade física e a saúde” (OPAS, 2006).

Vale ressaltar que, tal medida, formulada “após uma ampla consulta com todos os países da Região, [essa estratégia] requer um enfoque de atenção integral, combinando intervenções populacionais e individuais, incluindo estratégias de prevenção e controle focalizados nas principais DCNT e fatores de risco mais frequentes, como a nutrição inadequada, sedentarismo, tabagismo e consumo de álcool.” (OPAS, 2006).

Essa e outras medidas sanitárias, enfocando as DCNT, preconizam a mudança de hábitos alimentares e a prática de exercícios físicos, e num discurso teórico direcionado a “todos os que desejam viver bem e com saúde”, mostram que controlar e prevenir é melhor que cuidar e/ou remediar de doenças instaladas. Com o olhar sanitário para o corpo, não deixam de afirmar que “quando uma pessoa controla seu peso estará contribuindo para evitar a obesidade, o diabetes, o infarto do coração, o derrame, o câncer, as doenças ósteo-articulares e as doenças crônicas do pulmão.” (CVE, 2002)

Observe-se que diante do fenômeno da doença física, e da necessidade de intervenção, o projeto transdisciplinar das políticas públicas saudáveis fracassa em seu projeto de superação do reducionismo (do enfoque comportamental) e, no enfoque biomédico, retoma a ênfase da responsabilização individual - no argumento da necessidade de promover competência e pró-atividade no auto-cuidado, segundo orientação técnica e científica.

Sabendo-se que a mídia, no atributo de “comunicação de massa”, contribui em diversos sentidos – tais como, no sentido de implantar e ampliar idéias e ideais (como por exemplo, promover a “vontade” de usar esta ou aquela peça de vestuário); criar a expectativa de mudança de um povo, e desse modo, “ensinar” inúmeras novas habilidades e competências; mobilizar a população para a participação responsável e solidária; persuadir as pessoas a serem ativas no programa midiático; a tomarem parte no planejamento e no governo; “ a apertarem os cintos, a fortalecerem seus músculos, a trabalharem mais e a esperarem por suas recompensas ...ensinar nacionalidade” (Natansohn, 2004).

Nessa perspectiva, numa “tradução para leigos”, ações promocionais, em forma de discurso informativo e educativo proferidos nas mídias de comunicação de massa, têm buscado construir um “bom senso” que dita que se deve comer menos, especialmente, ingerir diariamente menos de certas substâncias gordurosas e açúcares simples, e mover-se mais, independentemente das particularidades e especificidades pessoais (Arnaiz, 2009).

Como se pode apreciar, este estudo parte da premissa que a incorporação do termo “saudável” à expressão “políticas públicas”, para além do aspecto teórico-conceitual, representou um avanço no sentido de “distribuir responsabilidades” - entre governos, setores sociais e sociedade civil, uma vez que incorpora, especialmente, as evidências produzidas na área da epidemiologia, acerca das relações entre os fatores sociais e a saúde, em termos de relação causa-efeito.

Mas, do ponto de vista crítico, tenta explicitar que a ambição de abarcar “o todo”, na perspectiva transdisciplinar, o projeto promocional de vidas mais saudáveis, utópico, abre a possibilidade para a reflexão acerca das ações, das estratégias, dos desafios e, inclusive, dos efeitos paradoxais produzidos no cotidiano.

Concebido na transdisciplinariedade, não surpreende que “o projeto” venha gerando, na *práxis*, a hipertrofia do campo comportamental, e nesse campo, crie

certas “iatrogenias”, como por exemplo: a proliferação de estados mórbidos específicos, tais como a vigorexia, na perspectiva do culto ao exercício, e os transtornos alimentares do tipo anorexia e bulimia. (Arnaiz, 2009).

E, num âmbito outro, venha construindo “uma forte barreira à adoção de um posicionamento mais positivo com relação às possibilidades de viver melhor e com saúde.” (Ministério da Saúde, 2002: p. 5).

Também não surpreende que, diante da incapacidade de abarcar o todo, através da disciplina do indivíduo, as ações se inclinam a motivar a adesão a estilos e práticas saudáveis, na conhecida noção de responsabilidade - como algo que produz bem estar físico e psicoafetivo, aceitação social, e relaciona-se à idéia de disciplina e autocontrole (Arnaiz, 2009).

Partindo do pressuposto de que é possível estabelecer uma leitura crítica do movimento promocional, sem desmerecer a proposta ou hipotrofiar sua face mais positiva, esta dissertação de mestrado, inserida na linha de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade-Metamorfose (NEPIM), tenta organizar o relato de uma pesquisa que : primeiro, parte do diálogo com o pequeno grupo de pessoas que moderam uma comunidade virtual onde se identificam como “sedentários assumidos”; e, depois realiza um estudo de caso de identidade em perspectiva etnográfica.

Ao realizar um estudo no campo novo, não convencional, orientado no interesse de explicar ações a partir da “face sedentária” da identidade (na pergunta: em tempo de promoção de saúde quem se arrisca a ser sedentário?), aborda-se a questão dos aspectos envolvidos na ação voluntária de se reconhecer publicamente pró-ativo em relação a um estilo de vida, dito, mórbido; e, tenta-se ampliar os horizontes do conhecimento psicossocial acerca da identidade na sociedade, em sua dimensão mais inovadora (na sociedade da informação).

Estruturado em base de múltiplas interrogações acerca da questão do sedentarismo (prática do estilo de vida sedentário), esse texto inicia-se com um levantamento da perspectiva social e histórica de transição epidemiológica e demográfica, panorama que orienta a construção de agendas políticas públicas saudáveis de enfoque nos hábitos alimentares e estilos de vida mais ativos. Segue-se em direção à reflexão e apontamentos acerca da noção de estilo de vida saudável, como elemento que visa promover a re-estruturação de hábitos e estilos de vida mais positivos, na idéia de que há possibilidade se promover saúde, desde

que esta seja uma escolha racional, realizada por todos e cada um. E, finalmente, aborda-se a questão do estilo de vida sedentário, que se traduz em termos de faceta mórbida do estilo de vida moderno, e nessa perspectiva vêm sustentando políticas públicas e ações promocionais direcionadas a construir “projetos de vida” mais saudáveis.

No capítulo segundo, são trazidos alguns elementos considerados importantes para a compreensão da questão da identidade na sociedade da informação, onde se mostra quais os propósitos da implantação desse programa tecnológico de informação e comunicação, e evidencia-se que o aspecto da sociabilidade na rede é um viés, não seu objetivo principal. Em seguida, abrem-se parênteses para mostrar que a sociabilidade na rede virtual é um aspecto bastante explorado, em diversos enfoques. E, finaliza-se num movimento de articulação de conhecimentos consolidados acerca da identidade no mundo convencional (concreto) com a nova perspectiva da identidade construída para fins de sociabilidade na sociedade da informação, onde enfatiza-se a sociabilidade na rede, fundamentada na racionalidade comunicativa, pode ser algo mais que uma ação de interação social em tempo de ócio, pode trazer possibilidades emancipatórias. Possibilidades estas, criadas mediante o desenvolvimento de uma identidade pós-convencional.

No terceiro capítulo, dedicado à pesquisa em si, articulam-se a exposição dos dados produzidos no campo e, discussão em duas vertentes: uma, onde se aborda a temática da resistência à luz dos debates atuais de saúde e, outra, onde reflete-se sobre a questão da identidade à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação (Ciampa, 2007).

Inicia-se, o capítulo da pesquisa, descrevendo-se como se deu a entrada no campo, num movimento de explanação e reflexão sobre os diálogos realizados com “sedentários assumidos”, como modelos exemplares, que possibilitam a discussão acerca da questão de certa “pró-atividade de resistência” em relação ao movimento promocional saudável. Em seguida, sob o título “aprofundando a questão da identidade, no procedimento de estudo de caso de perspectiva etnográfica”, a organização de diversos documentos - fotografias, entrevistas escaneadas, depoimentos e mensagens trocadas em tempo real – possibilita a (re)produção da história de vida, tal como quis contar o sujeito dessa pesquisa. E, aventa-se a idéia de que o caso estudado seja um modelo pós-convencional de identidade. E, por fim,

“conversando com o personagem sobre sua atuação nas salas de bate-papo”, à luz do caso estudado, alcança-se refletir, de modo mais amplo, sobre a perspectiva dos limites e possibilidades emancipatórias experimentadas em novos espaços de relacionamento interpessoal formados na sociedade da informação.

Capítulo 1- Reconstituindo o contexto que define hábitos e estilo de vida entre os fatores de risco e vulnerabilidade

“Em termos de saúde, o aumento do número de idosos em uma população se traduz em um maior número de problemas de longa duração, que com freqüência dependem de intervenções custosas envolvendo tecnologia complexa, para um cuidado adequado. (...) O desafio assim gerado é considerável. De um lado países como o Brasil continuarão a mostrar, através de seus indicadores de saúde, as marcas do subdesenvolvimento e das desigualdades sociais por algum tempo. Por outro lado, tais países passarão a apresentar aumento da incidência e prevalência das doenças crônico-degenerativas e demais problemas comuns na terceira idade. (...) O crescimento da população idosa leva inevitavelmente a um aumento dos recursos despendidos na área de saúde.” (Kalache, 1987; p.207)

Ao olhar para o horizonte demográfico brasileiro, em primeiro lugar interessa sublinhar, do discurso de Kalache (1987), que em nosso país, a confirmação da tendência, globalizada, ao envelhecimento populacional, independente da mudança no perfil epidemiológico, em si mesma, já ressalta as desigualdades em diversos níveis e, evidencia as “marcas do subdesenvolvimento”.

Como explicam Kalache et al (1987), sobre a questão da longevidade e envelhecimento populacional, por “importantes que sejam estes aumentos, espera-se que aos poucos o diferencial entre a expectativa de vida de brasileiros ricos e pobres possa ser diminuída.”¹. O aumento da expectativa de vida ao nascer, como uma possibilidade real de extensão da longevidade humana (que sem dúvida, representa uma das maiores conquistas da humanidade), em bases desiguais, representa um dos maiores desafios.

Diante do complexo cenário nacional, que sustenta as desigualdades e a diversidade de condições de saúde ao passo em que a população envelhece, parece não caber a proposta de uma álgebra simplista para equacionar a

¹ Observava-se uma diferença elevada entre a expectativa de vida entre ricos e pobres: cerca de 15 anos, refletindo a profunda divisão social e econômica que sempre existiu no país (Kalache, 1987).

problemática questão da saúde pública, que na atualidade pode ser traduzida em termos de: “envelhecimento populacional + doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)”.

Diante da observação da tendência nacional ao envelhecimento da população em “condições mórbidas” (IBGE, 2000)² soa o alerta epidemiológico-demográfico, e acumulam-se evidências de que a problemática de saúde pública não é, efetivamente, o aumento do número de pessoas idosas em relação aos mais jovens, assim como não é o aumento da expectativa de vida ao nascer, mas sim, é o aspecto da morbidez em todas as fases da vida. Assim sendo, passa a ser prioritário para a saúde, a construção de agendas enfadas no “modo como as pessoas estão vivendo suas vidas” em todas as fases do ciclo vital.

O paradoxal processo de envelhecimento populacional brasileiro - como problema de saúde pública, que nos coloca entre as nações “mais desenvolvidas” (em termos de perspectiva de vida ao nascer), e também entre as “mais subdesenvolvidas” (em termos das desigualdades durante todo o ciclo vital) -, extravasa os limites do campo específico. Efetivamente, em fase à longevidade, as condições de saúde da população idosa é apenas a ponta de um grande *iceberg*, enquanto que as precárias condições de saúde dos mais jovens, particularmente, o estilos de vida das crianças, este sim, representava um obstáculo às pretensões nacionais de configurar, de fato, entre os países em situação de “desenvolvimento estável”³.

É importante frisar que a noção morbidade está associada a comportamentos e hábitos promotores de agravos à saúde (consumo excessivo de álcool, tabaco, obesidade e sobrepeso, falta de atividade física, hábitos alimentares inadequados, apreciação negativa da vida, por exemplo), e/ou mantenedores de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), já incidentes. É nesse sentido, que o aumento da expectativa de vida em condições predominantemente mórbidas, coloca os hábitos e estilos de vida arriscados como aspectos comportamentais associados à redução da qualidade de vida, à redução de anos de vida produtiva e à mortalidade precoce por causas evitáveis (Derossi, 2001).

² O Censo de 2000 tem particular importância informativa pois apresenta uma análise das tendências demográficas com base nos resultados de 1940 e 2000

³ Desenvolvimento estável, aqui deve ser entendido dentro do conceito de Índice de Qualidade de Desenvolvimento (IQD), como dado amostral da situação de equilíbrio dinâmico entre os subíndices que o compõem: Índice de Qualidade do Crescimento; Índice de Qualidade da Inserção Externa e Índice de Qualidade do Bem-Estar. (IPEA, 2009. Consultado em <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>)

Assim, coloca-se na pauta governamental a necessidade de construção de novas agendas políticas e sociais voltadas para a construção de vidas mais saudáveis, ou seja, gera-se a demanda por uma álgebra multidimensional e complexa, na vertente promocional de saúde, que articule diversas abordagens complementares, visando a promoção da saúde para todos.

Diante da realidade brasileira de profundas iniquidades e desigualdades em saúde - ou seja, em face às condições desiguais e às assimetrias sociais traduzidas em termos de risco de adoecer ou morrer, como uma manifestação mensurável da injustiça social -, a abordagem transdisciplinar de saúde, projetada nas políticas públicas saudáveis visa a superação da interpretação reducionista do movimento promocional, no manejo dos determinantes e condicionantes sociais⁴ de saúde, elementos estes, de intervenção altamente complexa (Barbosa e Barros, 2002).

Pese a abordagem das desigualdades e iniquidades estar explícita no projeto promocional – ta como descrito na “estratégia regional e plano de ação para um enfoque integrado sobre a prevenção e controle das doenças crônicas, incluindo a alimentação, a atividade física e a saúde” (OPAS, 2006), tendendo à responsabilização do indivíduo -, seu enfoque prioritário no indivíduo é restritivo, no sentido em que não alcança construir uma real perspectiva de saúde democrática para todos.

Distante da realidade e do contexto nacional, seguindo o exemplo de experiências promocionais bem sucedidas em sociedades mais equânimes, aqui também, argumenta-se que:

“A prevenção e controle das DCNT e seus fatores de risco são fundamentais para evitar um crescimento epidêmico dessas doenças e suas conseqüências nefastas para a qualidade de vida e o sistema de saúde no país. A experiência de outros países mostra que o sucesso das intervenções de saúde pública no que se refere aos fatores de risco e à redução da prevalência das doenças e agravos não transmissíveis tem sido atribuído ao enfoque na vigilância de

⁴ “No SUS a estratégia de promoção da saúde é retomada como uma possibilidade de focar os aspectos que determinam o processo saúde-adoecimento em nosso país como, por exemplo: violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, habitação inadequada e/ou ausente, dificuldade de acesso à educação, fome, urbanização desordenada, qualidade do ar e da água ameaçada, deteriorada; e potencializar formas mais amplas de intervir em saúde.”(Política Nacional de Saúde. Anexo 1. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/PNPS2.pdf>)

fatores comuns de risco e na promoção de modos de viver favoráveis à saúde e à qualidade de vida, tendo um custo menor do que as abordagens para as doenças específicas” (BRASIL, 2004b).

Nesse viés, a “promoção de modos de viver favoráveis” converte-se numa questão de governabilidade, atualíssima no século XXI. O modelo promocional aqui priorizado, mesmo sem intencionar, ao focar os “modos de viver”, traveste determinantes e condicionantes sociais de saúde em “determinantes e condicionantes pessoais” de saúde. Entre outros “porquês”, o difícil manejo das esferas que organizam a sociedade, e a economia de recursos financeiros que representa “promover em vez de remediar”, tem justificado a criação de agendas de saúde pública voltadas, prioritariamente, para controlar o substrato que padece da possibilidade de vivenciar o processo de saúde e adoecimento: o indivíduo (Melo, 2005).

Numa interpretação ampla do atual problema de saúde pública, estudos mostram que o aumento da prevalência de agravos não transmissíveis e DCNT, em particular a obesidade, têm relação direta com o estilo de vida moderno. Assim, afirmam que estamos vivendo, produzindo e reproduzindo ambientes insalubres, tanto no aspecto biológico como no social (Arnaiz, 2009).

Nessa perspectiva, autoridades sanitárias e especialistas não deixam de apontar os efeitos deletérios dos estilos de vida imprudentes e/ou arriscados - em termos de seu impacto na qualidade de vida e na saúde humana -, assim como, reiteradamente, afirmam que tais efeitos podem ser mensurados: em termos de “assimilação de gordura”, “assimilação de hábitos que matam”, “assimilação de estilos de vida deletérios”. Em suma, afirma-se que estamos padecendo no corpo de enfermidades voluntariamente construídas. (Gard & Wright, 2006).

O desenho simples e reducionista de diversos estudos tem colaborado na concepção de uma idéia de saúde como algo resultante da escolha pessoal, e desse modo, o movimento de governabilidade orientado para indivíduo deposita na esfera privada a expectativa de tornar real a utopia da saúde para todos, assim como a produção da vida mais saudável, que preconiza ser possível.

Para além do aspecto do reducionismo evidente, há questões outras, mais globais, que devem ser consideradas, ao olhar de perspectiva crítica para o movimento promocional.

É interessante pontuar que vulnerabilidade e risco, pilares no movimento promocional, não são práticas cotidianas, são construtos que não contêm a idéia de desigualdades subjetivamente produzidas, pelo contrário, vulnerabilidade e risco são concebidos como condições socialmente construídas (Barbosa & Barros, 2002).

Também, é necessário destacar que “as doenças crônicas não transmissíveis se caracterizam por ter uma etiologia incerta, múltiplos fatores de risco, longos períodos de latência, curso prolongado, origem não infecciosa e por estar associadas a deficiências e incapacidades funcionais” (OPAS, 2005). Se a etiologia das DCNT é incerta e está relacionada às condições de desigualdade socialmente construídas, então o fenômeno das DCNT não se enraíza nos comportamentos, nos hábitos e nem nos estilos de vida dos indivíduos. Portanto, é uma inversão responsabilizar prioritariamente os indivíduos,

Nessa perspectiva, é possível perguntar: porque desenvolver políticas públicas promotoras de condutas individuais padronizadas, definidas em termos de hábitos e estilos de vida saudáveis?

1.1 Apontamentos acerca do estilo de vida saudável: na idéia de que há lugar para todos, em saúde, desde que esta seja a escolha racional de cada um.

Tal como mostra Castiel (2003), a valorização moral do comportamento saudável, empregada de maneira implícita, na construção das bases de justificação do movimento de promoção de saúde, é um de seus pontos mais críticos. Uma vez que justifica o pequeno investimento do Estado, nas políticas sociais de promoção (Wills & Douglas, 2008). Mas também, porque buscando produzir modificações nas práticas cotidianas (hábitos alimentares, atividade física, prevenção e cuidado de doenças existentes etc), na noção do estilo de vida saudável, a promessa de

inclusão social “colaborativa” não descarta um “certo grau de percepção das hierarquias e pluralidade de formas de exclusão existentes, mas demonstra uma visão homogenizadora e despolitizada da sociedade” (Burity, 2006);

“Procura-se focalizar os grupos mais vulneráveis, assegurar-lhes ‘oportunidades iguais’, capacitá-los para os novos tempos, cobrar deles que assumam parte dos custos (simbólicos e/ou materiais) de sua inclusão em programas e projetos sociais, mobiliza-los para buscar sustentabilidade das mudanças que vierem a ocorrer” (p.53)

Enfocar categorias sociais vulneráveis, para torná-las ativamente envolvidas na construção de oportunidades iguais em saúde, num procedimento que inclui a regulação/ normatização dos hábitos e estilos de vida, significa construir a idéia de democracia deliberativa no ideário de que há lugar para todos, em saúde, desde que esta seja a escolha racional de cada um. Nesse sentido, simplifica-se demasiado a realidade, que é bem mais complexa. Pois, a própria definição complexa e multidimensional de saúde, em termos de biopsicossocial, indica o quão desafiadora é a intencionalidade de promover vidas saudáveis.

É difícil conceber como possibilidade real que padrões de conduta possam dar conta de “assegurar oportunidades iguais” nas questões de saúde, em sentido amplo e em sentido estrito, ao ponto de buscar assegurar, por exemplo, que o bem-estar biopsicossocial pode ser alcançado a partir do movimento disciplinado do corpo. Mesmo na prerrogativa de que as práticas corporais produzem efeitos imunoprotetores, são afetivo-promotores e sócio-inclusivos, principalmente quando as práticas são realizadas em grupo, ou, de maneira inversa, nas evidências de que o estilo de vida sedentário, na criança, tem efeito deletério progressivo, sendo que o sedentário na fase adulta, hoje, está construindo uma senescência plena de DCNT (Aranceta, 2008).

De todos os modos, deve-se ponderar antes de considerar conclusivas, ou inequívocas, as evidências apontadas nos estudos, pois diante da complexidade já evidenciada, não é plausível atribuir às práticas corporais a responsabilidade pela promoção da saúde integral.

De certo modo, priorizar a disciplina corporal, em detrimento de outros enfoques é como afirmar que a saúde humana é a resultante de uma simples questão aritmética onde se conclui que o grau de atividade física define o grau de sucesso ou malogro no projeto de vida saudável, em termos de saúde, bem estar, qualidade e longevidade.

É evidente que é mais simples enfatizar os efeitos deletérios dos estilos de vida arriscados, e assim, promover a necessidade de informação e comunicação acerca do estilo de vida saudáveis, do que criar medidas que diminuam as desigualdades sociais ou modifiquem fatores estruturais (CCE, 2005).

Seguindo a proposição de Arrestegui (2007) “vale perguntar sobre a eficácia das estratégias que buscam solucionar todos os males da saúde a partir da criação de “consumidores melhor informados”, através de estratégias normativas de intervenção nas práticas cotidianas, pois adentram num campo de conflito de interesses – entre interesses de indústrias do bem-estar, alimentícias, farmacêuticas etc. e as propostas de mudança de estilo de vida, em direção à retomada de práticas cotidianas orientadas na tradição e cultura local, por exemplo (Popkin, 1993).

Para além dos conflitos de interesse, as evidências de uma crise econômica já experimentada nos sistemas públicos de saúde acabou por impor uma lógica de gastos, que busca justamente uma maior efetividade e eficácia das ações públicas no campo da saúde, e para este fim as diversas fórmulas de autonomia do cuidado, são apontadas como soluções adequadas. Nesse contexto, as propostas político-sociais, pactuadas pela vida saudável, postas em prática através de estratégias normativas e educativas, geraram um grande quantidade de guias práticos de atividade física que tratam sublinhar os efeitos prejudiciais do estilo de vida sedentário para a saúde, tais como os programas de governo como a cartilha “Construindo vidas saudáveis”, “Caderno Laranja” e outros.

Com objetivo principal de estimular uma postura pró-ativa das populações diante de questões de saúde, através do autocuidado não-institucionalizado, tais guias desenvolvidos com base no conhecimento de que “as DCNT são decorrentes do estilo de vida ocidental” – como produto das transformações na estrutura política e econômica das organizações sócias, desde o início da Revolução Industrial - advertem à população que para evitar, tratar ou curar tais enfermidades (com ênfase na obesidade), deve-se prescindir das motivações “não racionais” na construção de hábitos e preferências de estilo de vida, pois uma vez consolidado o estilo arriscado

ou mórbido de vida, abre-se a possibilidade para que se instalem enfermidades oportunistas de difícil tratamento (Achutti & Azambuja, 2004).

O argumento preventivo contra a “irracional opção por viver um estilo de vida mórbido”, que coloca em risco o projeto de vida saudável, enfatiza que se buscarmos aplacar o mal estar do cotidiano comendo, bebendo, exercitando a preguiça diante de televisores e/ou computadores, priorizando a satisfação dos desejos e prazeres, em detrimento de comportamentos e estilos de vida saudáveis, estaremos indo contra a “natureza humana da autopreservação” (Arnaiz, 2009).

Aqui, não se trata de confrontar a validade ou a veracidade das conclusões científicas, que reiteram que a existência de DCNT é um fenômeno moderno, relacionado ao estilo. No entanto, partindo do pressuposto que a saúde é um aspecto prático da vida humana, assim como a doença, e que a teorização (conhecimento produzido com interesse) e sua politização têm implicações tanto no nível dos planos e projetos de governabilidade como também no nível da realidade social. Nessa ótica advoga-se pela necessidade de refletir sobre certa “invalidação das práticas cotidianas” em face aos discursos teóricos promocionais, no movimento de construção de corpos dóceis, mais saudáveis.

Fundamentalmente, o que se objetiva ao elencar os aspectos paradoxais da promoção orientadas para o indivíduo é a problematização da articulação entre o macro e o micro, entre a teoria e a prática.

Nesse sentido, pode-se elaborar novos questionamentos: é certo considerar que as sociedades modernas complexas geram maus hábitos pessoais em abundância e, em face a essa idéia, construir dispositivos de controle dos indivíduos? É certo, como assinalam políticos e especialistas em saúde pública (Arnaiz, 2009), que as pessoas comuns na modernidade (os consumidores modernos) não sabem comer, se movimentar, ou lançar mão do bom senso para realizar o autocuidado no interesse da autopreservação? É verdade que a quase totalidade dos hábitos e comportamentos cotidianos estão cada vez mais desestruturados? É certo que a família necessita de tutela e educação sanitária para poder criar pessoas saudáveis?

1.2 Para entender “estilo de vida moderno” como “estilo de vida sedentário”

Desde que se aponta que o estilo de vida moderno ocidental, está na base da criação da epidemia de DCNT, que controlar o peso, seguir a dieta prescrita e mover-se mais se constituem como medidas de controle epidemiológico. E, na hora de prescrever estilos de vida saudável, coloca-se em dúvida o aspecto da consciência ou o aspecto da educação dos indivíduos, de modo específico, e das instâncias sociais de formação do eu, como a família e a escola, de modo amplo (Fraga, 2006).

Não sem polêmicas, investigações científicas de base comparativa têm buscado estabelecer pesos e medidas adequadas à promoção da saúde. Nesse objetivo, enquanto estabelecer um “indicador científico” adequado de prática corporal é uma realidade ainda por alcançar, estudos enfocando a questão da obesidade, por exemplo, lograram estabelecer regras matemáticas, que ponderam medidas de circunferência ou altura e peso, válidas para todas as pessoas. Entre elas, a mais utilizada para estabelecer o peso ideal, ou peso normal/saudável, é o Índice de Massa Corporal (IMC). Tal “indicativo de saúde física” tem adquirido crescente popularidade e assimilação no cotidiano, particularmente, entre as pessoas que pretendem manter-se dentro dos limites seguros de peso em relação à saúde (Arnaiz, 2009).

Vale dizer que, não por acaso as questões relativas ao estilo de vida sedentário cruzam-se com a questão do sobrepeso, obesidade e síndrome metabólica. Entre as DCNT descritas até o momento, o maior desafio, em termos de problema de saúde pública, é a obesidade e seus desdobramentos. Assim sendo, este fenômeno relacionado ao estilo de vida conjumina as principais preocupações concernentes ao desafio de governabilidade, diante dos agravos não transmissíveis.

Além do aspecto do adoecimento, em termos de prejuízo funcional orgânico, a influência deletéria da obesidade na vida produtiva, na sociabilidade, na aceitação social entre outros, compõem o problema de saúde pública. O diagnóstico de má alimentação (obesidade) e sedentarismo, condições presentes nos quadros de

obesidade, por exemplo, tem levado políticos e especialistas a produzir uma série de propostas em saúde.

Nesse vetor, a Estratégia Mundial sobre o Regime Alimentar, Atividade Física e Saúde (DPAS), adotado na 57ª Assembléia Mundial de Saúde (AMS), em maio de 2004 oficializa a primeira medida global, e desde então, observa-se movimentos particularizados desta diretriz. Tal como a iniciativa comemorativa do dia mundial da atividade física, em destaque abaixo:

“A celebração do Dia Mundial da Atividade Física 2009 alcançou todas as expectativas esperadas pela Rede Agita Mundo. O tema central "Vizinhança Ativa Constrói Saúde" foi discutido em muitos países em todo o mundo. A Rede fica feliz em informar que foram registrados em nosso site mais de 2500 eventos envolvendo mais de 5.400.000 pessoas em todo o mundo. Os eventos incluíram celebrações desde caminhadas, atividades esportivas até a inclusão da mensagem sobre o Dia Mundial de Atividade Física. Alguns países aproveitaram a ocasião para lançar programas nacionais que discutam políticas públicas na promoção da atividade física. *A proporção dos eventos e o grande contingente de pessoas celebrando, mostrou a indignação da população com o sedentarismo e a luta por uma sociedade mais ativa.*” (disponível em http://www.agitamundo.org/site_br.shtm. grifos meus)

O que se observa é que os programas de estilo de vida saudável têm sido extraordinariamente homogêneos, desconsiderando a diversidade sociocultural e as singularidades pessoais. Em nosso país, programas de atividade física em prol do estilo de vida não sedentário desconsideram, por exemplo, as diferenças no dia-a-dia entre os diversos grupos populacionais, em termos de atividade física e alimentação, lazer e outros.

No que se refere ao foco das estratégias de promoção do estilo de vida saudável, quase que exclusivamente, aborda itens onde conta mais a mobilização e adesão individual – num freqüente apelo para a questão moral, como exemplificado no texto supracitado -, que o compromisso estatal com o coletivo. Na perspectiva promocional neoliberal de saúde é imprescindível promover interesse científico nos

diversos campos disciplinares e, tencioná-los contra as práticas cotidianas, através da comunicação de dados epidemiológicos. Assim como é indispensável comunicar e educar a população para a saúde, no cumprimento ao direito de comunicação. Estas são algumas das macroestratégias estatais voltadas para criar condições para a adesão individual aos preceitos saudáveis.

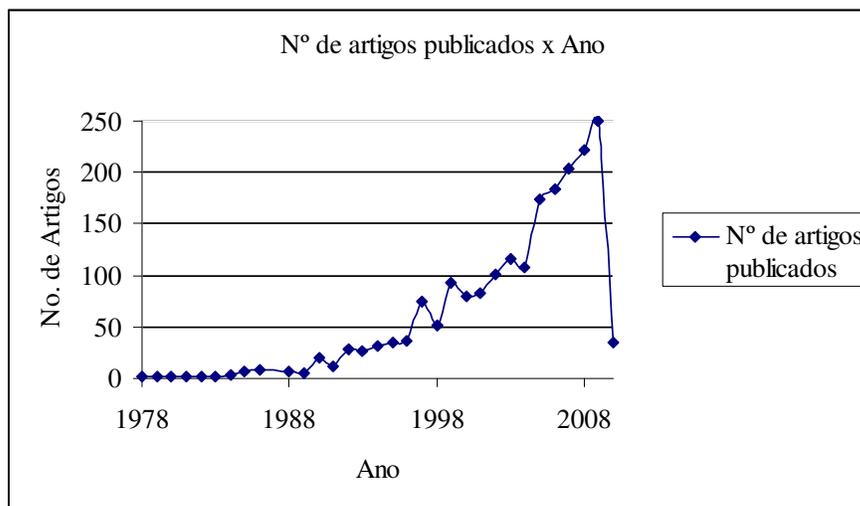
Mesmo promotoras de certos reducionismos, enviesamentos e inversões, não se pode negar a importância das macroestratégias promocionais. Pois, não há como negar as evidências bioestatísticas de que o sedentarismo (prática cotidiana do estilo de vida sedentário) é altamente prevalente na população mundial, e as evidências científicas de seu impacto negativo às condições de saúde,

“pois compromete cerca de 70% da população do planeta. É considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) o inimigo número um da saúde pública, associado a dois milhões de mortes ao ano globalmente, e por 75% por mortes nas Américas.” (Pozena e Cunha, 2009)

Nessa perspectiva, justifica-se tanto o crescente interesse pela temática da atividade/inatividade física e sua relação com a saúde no cotidiano, assim como no meio científico. Nessa última esfera, observa-se um incremento significativo da produção científica de artigos científicos, na base de dados PUBMED⁵, comparativamente entre 1978 (quando apenas se encontra um artigo publicado) e 2009 (quando se contabilizam 250 artigos publicados), tal como e pode visualizar no gráfico 1.

⁵ Os artigos incluídos neste gráfico foram rastreados a partir da expressão estilo de vida sedentário (*sedentary lifestyle*) presente no título, entre as palavras-chave ou no corpo dos artigos publicados. Note-se que os 35 artigos publicados em 2010 (correspondentes à produção científica de 2009), apenas inauguram a lista do ano. Assim, não é possível interpretar, sobre este dado específico, a ocorrência de diminuição no interesse técnico-científico acerca do tema.

Gráfico 1



Diante da sensibilização pública para o problema dos estilos de vida arriscados, não surpreende a velocidade com que o discurso sanitogênico de “caça ao estilo de vida sedentário” são proferidas no cotidiano (Fraga, 2006). Todavia, surpreende que cientes das evidências, das relações causa-efeito e do prejuízo que acarreta optar pelo “exercício da preguiça” – ou seja, cientes de tudo isso que sustenta o movimento de governabilidade de perspectiva promocional -, a população ainda se encontre resistente e/ou dê preferência ao “investimento no prazer e nos desejos, aqui e agora”.

O que aqui se coloca em foco é que, efetivamente informados e, possivelmente, conscientes sobre os benefícios e prejuízos associados aos estilos de vida os indivíduos (como massa) não se encontram “totalmente” motivados a aderir aos preceitos de saúde, orientado para o futuro.

Não há como negar que o discurso abaixo tenha já sido vinculado nos diversos meios de comunicação:

“As conseqüências da epidemia de sedentarismo para a saúde física incluem, entre as mais conhecidas, o diabetes, a hipertensão, a hipercolesterolemia, a obesidade, diversas formas de câncer, a osteoporose, calculose renal, biliar e até disfunção erétil. No entanto, o impacto para saúde mental é pelo menos igualmente devastador, compreendendo: diminuição da auto-estima, da auto-imagem, do bem-estar, da sociabilidade; aumento de ansiedade, de estresse,

de depressão, como também do risco para mal de Alzheimer e de Parkinson, de acordo com estudos mais recentes, e até prejuízo da cognição.” (Matsudo, 2005).

Tampouco, se pode negar que a população brasileira tenha acesso às informações sobre os benefícios da atividade física de diversas formas e, que se encontram também nos sites oficiais de saúde, em versão para leigos e profissionais alinhadas com o *Center for Disease Control and Prevention* (CDC) - que afirmam que a atividade física está associada ao controle de peso, à redução do risco para doenças cardiovasculares, para a diabetes tipo 2 e para a síndrome metabólica; tem efeito protetor para alguns tipos de câncer, assim como também, é um aspecto promotor de saúde mental e melhora de humor; responsável pela melhora na habilidade para desempenhar as atividades vida diária, e prevenção de quedas em pessoas idosas e, finalmente, associado ao aumento da expectativa de vida (<http://www.cdc.gov/physicalactivity/everyone/health/index.html>).

Diante da realidade informada, é de se pensar que, orientadas na transversalidade as macroestratégias de informação e comunicação realizadas no movimento promocional, não transpõem as perspectivas ideológicas de governabilidade, e também servem para recordar que “ser gordo”, “ser sedentário”, enfim, “ser doente” é uma condição que depende do próprio indivíduo (Fraga, 2006).

Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que informam as ações de comunicação e educação em saúde, reforçam a idéia de que “a pessoa, em todas as instancias, é responsável por ela mesma, pelo seu estilo de vida e de seus familiares mais próximos” (CCE, 2007). Entre as “instancias” responsáveis pela promoção da saúde no cotidiano, há um consenso acerca de que os hábitos e os estilos de vida saudáveis devem ser desenvolvidos no seio da família. Sem pretender aprofundar a questão do olhar sanitário para a família, a inclusão da temática da gestão da obesidade, para refletir sobre o sedentarismo, vêm para mostrar que no movimento de governabilidade, as políticas públicas promocionais enfatizam a importância da formação do eu na constituição de vidas saudáveis, e tendem a apontar a ineficiência da estrutura básica de formação da pessoa: a família.

Como se pode observar:

“A batalha contra os quilos a mais deve começar cedo, e é necessário que crianças e jovens recebam total assistência da família. A criança não entende a razão de tanto cuidado com o seu peso e nem sempre quer colaborar. Além disso, é nessa fase que os hábitos começam a ser criados e o exemplo dos adultos é fundamental.” (disponível em <http://www.einstein.br/pagina-einstein/Paginas/obesidade-infantil-o-alto-preco-do-estilo-de-vida-moderno.aspx>).

Assim, no caso de as pessoas que vivem um estilo de vida arriscado, ou tenham DCNT diagnosticadas, serem crianças, a responsabilização pela saúde recai, “naturalmente” sobre as figuras parentais, pois legalmente responsáveis pela preservação da vida do infante. Na medida em que se concebe que é dever da família proteger a saúde dos seus membros, dando apoio e resposta às necessidades básicas em situações de doença:

“A família, como uma unidade, desenvolve um sistema de valores, crenças e atitudes face à saúde e doença que são expressas e demonstradas através dos comportamentos de saúde-doença dos seus membros (estado de saúde da família)”. (Stanhope, M; Lencaster, J.,1999: 503).

Ao buscar explicar ações individuais a partir das “normas sociais” adquiridas junto às suas referências básicas, no núcleo familiar, o movimento promocional desenha políticas públicas que tomam como referência padrões e condutas construídas dentro dessa esfera social, onde se define, em primeira instância, “quem sou eu”. Assim sendo, o argumento da “ineficiência familiar” na gestão da saúde de seus elementos, como uma questão de identidade, justifica o interesse na governabilidade de grupos identitários, pois parte da premissa que as pessoas sedentárias agem de acordo com as normas compartilhadas com seu(s) grupo(s) de pertencimento (Fearon, 1999).

Enfocando os indivíduos e seus grupos de pertencimento, a matriz neoliberal tende a subestimar a relação das desigualdades e das diferenças individuais na saúde, e homogenizando pessoas e problemas, e assim define quais são os indivíduos e grupos populacionais que se encontram em situação real, ou potencial, de vulnerabilidade e risco.

Nessa perspectiva, estilos e hábitos socialmente compartilhados, de definido efeito deletério à saúde, como o sedentarismo, são problemas para serem manejados como questão de identidade, no enfoque das políticas de identidade.

O movimento de “desconstruir” desigualdades em saúde, promovendo identificações mais saudáveis, e buscando construir identidades alinhadas com o projeto de promoção de saúde, parece não contemplar as diferenças entre as pessoas, sua posição na sociedade e seu posicionamento, assim como sua dimensão política. Desse modo, o projeto promocional de construção normativa de “identidades saudáveis” constrói, no contexto de uma realidade social diversa, alguns efeitos indesejáveis: novas desigualdades e exclusões e opressão (Barros, 2007).

Note-se que a promessa de redução das desigualdades de modo “colaborativo” não descarta um “certo grau de percepção das hierarquias e pluralidade de formas de exclusão existentes, mas demonstra uma visão homogeneizadora e despolitizada da sociedade”;

“Procura-se focalizar os grupos mais vulneráveis, assegurar-lhes ‘oportunidades iguais’, capacitá-los para os novos tempos, cobrar deles que assumam parte dos custos (simbólicos e/ou materiais) de sua inclusão em programas e projetos sociais, mobiliza-los para buscar sustentabilidade das mudanças que vierem a ocorrer” (Burity, 2006; p.53)

O enfoque promocional dos indivíduos em seus agrupamentos organizados de acordo com a igualdade identitária, para torná-los “ativamente envolvidos na construção de oportunidades iguais” - que inclui a regulação/ normatização das identidades, na vertente da saúde pública -, pouco tem a ver com a questão de saúde em sentido estrito. No sentido amplo, o movimento promocional não deixa de

ser um projeto de governabilidade que, direcionando-se aos indivíduos e seus grupos de pertencimento, desenha suas próprias políticas de identidade.

Se, em definitivo, a desconstrução das desigualdades em saúde centrada na pessoa, promove igualdades, algumas destas se encontram no nível das igualdades de acesso à informação, ou seja, enquanto movimento de formação do “consumidor” bem informado. Na prerrogativa de que a democratização da informação saudável reduz as desigualdades, se pretende que, tanto a pessoas saudáveis como as enfermas, em função de um projeto de vida mais saudável baseado nas verdades científicas, possam alcançar promover saúde, pois “somente um consumidor bem informado pode realizar decisões racionais”⁶ (CCE, 2007)

A despeito de as ações de comunicação e informação terem repercussões bastante positivas, por exemplo, no sentido de reduzir assimetrias em termos de acesso aos conhecimentos, há que se sublinhar que o olhar reducionista para os resultados e conclusões científicas, é um aspecto crítico, produtor de informação contraditória, em termos causais. Segundo Castiel (2003):

“Apesar da clareza, encontrada em diversos estudos, a respeito dos benefícios que a atividade física regular proporciona à saúde, pode ser questionável a interpretação que se faz destes achados. De um modo geral, a visão hegemônica aponta para um viés biológico e individualizado da doença. Por outro lado, já existem, em várias pesquisas, fortes evidências das relações entre condições sócio-econômicas e estado de saúde.” (p.91).

Assim, um conjunto de elementos de perspectiva teórica - o enviesamento reducionista das relações causais, em confronto com interpretações mais complexas e abrangentes da relação causa-efeito, divergência teórico-conceitual que está presente nas ações de comunicação e informação em saúde – que, em estado bruto, constroem “discursos da verdade das evidências científicas”, no cotidiano,

⁶ Do original, "sólo un consumidor bien informado puede adoptar decisiones razonadas" (Comisión de las Comunidades Europeas. Libro blanco. Juntos por la salud: un planteamiento estratégico para la UE 2008-2013. Bruxelas; 2007).

precisam ser transformados pelos próprios cidadãos em informações válidas. Só assim, o esforço educativo de ensinar hábitos de vida saudável terá sentido.

A “questão da comunicabilidade” entre teoria e prática, os limites e fronteiras existentes entre suas racionalidades (comunicativa e instrumental), pode auxiliar na compreensão da difícil governabilidade das práticas cotidianas em prol da mudança de estilo de vida e, particularmente, na compreensão do paradoxo da obesidade, pois a despeito do aumento do número de pessoas envolvidas em práticas corporais regulares, da vasta informação a respeito das causas e do modelo ideal de conduta, verifica-se que a taxa de obesidade tem aumentado (Matsudo, 2006). Dado que pode ser confirmado no artigo intitulado “Obesidade infantil, o alto preço do estilo de vida moderno”;

“Os dados são alarmantes. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, a incidência de obesidade infanto-juvenil no Brasil cresceu 240% nas duas últimas décadas. Cerca de 15% das crianças e jovens brasileiros estão com sobrepeso, sendo que 5% deles são obesos. A explosão da obesidade nessa faixa etária ocorre no mundo todo. É um reflexo do estilo de vida atual, marcado pelo sedentarismo e pelo consumo cada vez maior de alimentos industrializados. Hambúrguer, salgadinhos, bolacha, frituras e refrigerantes ganham terreno na dieta infanto-juvenil, enquanto as brincadeiras de rua e as atividades físicas têm pouco espaço em uma agenda tomada pela televisão, pelo computador e pelos jogos eletrônicos.” (consultado em <http://www.einstein.br/pagina-einstein/Paginas/obesidade-infantil-o-alto-preco-do-estilo-de-vida-moderno.aspx>)

Na perspectiva da construção de vidas saudáveis, o argumento de que o estilo de vida moderno, promove o sedentarismo e a alimentação hipercalórica, é dominante nas ações de comunicação social em saúde, particularmente, nas ações midiáticas de comunicação. Enquanto que, o viés de maior complexidade, que aponta aspectos sociais e econômicos, ligados à vida moderna, âmbito onde pode ser explorada a questão do estresse, por exemplo, é bem menos visível.

Do ponto de vista do estresse, estudos têm apontado que muitos dos fatores presentes no cotidiano moderno – como o acúmulo de atividades cotidianas, a demanda por resultado (produção máxima em tempo mínimo), a necessidade de inclusão social a partir do consumismo, etc. – estão relacionados com DCNT. Por exemplo, a Secretaria da Saúde afirma que o aumento da endometriose esta associada a estilo moderno na vida das mulheres:

“Família e carreira. Trânsito, reuniões de negócio e visitas ao pediatra. O estilo de vida moderno impõe a todos, mas especialmente às mulheres, um ritmo de vida que muitas vezes termina nos consultórios médicos. Para as mulheres, a endometriose é uma das razões destas visitas. A doença está ligada ao estilo de vida moderno podendo causar cólica, sangramento intenso durante o período menstrual, dor durante a relação sexual, além de prejudicar a fertilidade feminina.” (<http://www.saude.sp.gov.br/content/revuwronop.mmp>).

Sem elencar as questões culturais e sociais associadas à vida moderna, o fato de as pessoas estarem submetidas às demandas de resultado, de demonstração de talento e outras falácias da modernidade, mostram que o construto do estilo de vida moderno, é sem dúvida mais complexo do que deixa entrever sua tradução para o cotidiano.

Se, a midiaticização é uma das formas prioritárias de ação das políticas públicas saudáveis, então, tais comunicações não deveriam simplificar e/ou reduzir os conhecimentos que alicerçam tais ações educativas em promoção de saúde, baseadas na comunicação da racionalidade científica. Mas, seria mais prudente evidenciar a complexidade dos elementos envolvidos nas relações causa-efeito.

Se a idéia do movimento focado no indivíduo é formar pessoas capacitadas a realizar escolhas racionais, com base nas evidências científicas, então é necessário dizer que o reducionismo parece não ser o melhor dispositivo. Pois, no que diz respeito às escolhas humanas, ainda há processos que as ciências não dominam, a

exemplo do argumento proferido sobre o funcionamento cérebro-emocional, no seio da neurociência (Ledoux, 2001);

“Não chegamos realmente a entender de que maneira o cérebro humano avalia uma situação, produz um conjunto de ações possíveis, prevê resultados das diferentes atitudes, define as prioridades entre as ações possíveis e escolhe uma determinada linha de ação, mas essas atividades sem dúvida situam-se entre as funções cognitivas mais sofisticadas. Possibilitam a mudança crucial da reação para a ação.” (Ledoux, 2001;p.162)

Sendo possível reconhecer que a racionalidade científica não alcançou, ainda, conhecer toda complexidade do funcionamento do cérebro humano, que dirá dos limites que se impõem à racionalidade instrumental em abarcar a totalidade das complexas interrelações entre as diversas esferas sociais, além das interações humanas. Apontar para os indivíduos e focar o estilo de vida como responsável pela situação contemporânea da saúde pública, é válido dentro dos limites estritos das ciências preditivas do processo saúde-doença, mas aplicar a racionalidade das ciências naturais aos comportamentos, hábitos, crenças etc. não é uma transposição tão simples como parece.

Sendo assim, porque o movimento promocional segue apostando na estratégia nas ações (in)formativas? E, particularmente envolvendo as mídias de massa?

1.3 Construindo um elo entre mídia e saúde promocional: para entrar no campo dessa pesquisa

Partindo da premissa que as pessoas elegem agir segundo uma gama variada de condições e fatores - tais como aspectos cognitivos, afetivo-emocionais, aspectos éticos e morais, pela condição econômica, pela posição social, pela

perspectiva das tradições, das orientações e normativas, e outros; numa suposição de liberdade -, a midiatização da informação para a vida saudável que se desenvolvem na interface mídia-saúde, como ação estratégica das políticas públicas saudáveis, parece dar conta de algo primordial,: formar opinião pública alinhada com o projeto promocional. Todavia, parece não dar conta de impulsionar a efetiva adesão popular às práticas saudáveis e, assim, promover o movimento do autocuidado de maneira massiva, como projetado.

Nessa perspectiva, é um primeiro movimento em direção ao convencimento acerca da necessidade de adesão às prescrições de saúde promocional e construção de estilos e hábitos não deletérios à saúde. Mas, pouco avança no sentido de promover transformações nas práticas cotidianas de saúde. Nesse sentido, a bem intencionada carga normativa das políticas públicas saudáveis, que projeta na racionalidade instrumental o ideal de democracia de direito em saúde, encontra na prática seu maior desafio. Pois, sem dúvida, a realidade das escolhas humanas, também está orientada pela opinião pública, mas não exclusivamente por ela. Pelo menos, enquanto nos pensarmos como atores sociais e, não como “reatores” mais ou menos previsíveis.

Como atores, a tomada de decisão no cotidiano (seja por via da autorregulação informada, seja por algo mais alinhado à idéia de liberdade) transcende os movimentos políticos transversais, a racionalidade científica e/ou o controle normativo. Pois:

- “• A tomada de decisão não é um processo exclusivamente racional;
- Toda decisão é necessariamente contextualizada;
- As relações de causa e efeito entre uma decisão particular e uma consequência específica raramente são claras ;
- Os problemas de gestão dos sistemas de saúde são freqüentemente complexos, mal definidos ou de definição polêmica;
- A aprendizagem de novos conhecimentos é um processo complexo que não depende exclusivamente de acesso à informação;
- “Às vezes, não levar em conta uma informação disponível é a opção politicamente mais adequada.” (Souza & Contandriopoulos, 2004).

Desse modo, alcança-se explicitar que, numa perspectiva de vinculação de democracia e direitos, para além da racionalidade instrumental, as ações humanas são orientadas em razões outras, dependendo do campo referencial, dos contextos, dos enfoques, e dos interesses que alicerçam projetos (Baert, 2001).

Na perspectiva democrática, entre os diversos aspectos envolvidos na tomada de decisão em saúde, a questão do direito é relevante. De fato, o reconhecimento do direito universal à saúde, introduz demandas de âmbito estrito e amplo. Tal como explica Melo (2005: p.172):

“Os direitos básicos ao suprimento de exigências materiais - os direitos sociais – nada mais representam senão os aspectos *substantivos* desta condição de liberdade e igualdade – são sua decorrência e, por isso mesmo, só podem ser garantidos pela participação política dos envolvidos. Como tal, o direito à saúde.”

Entre questões da informação, da consciência, da identidade e dos direitos, além de outros não citados, que demonstram a complexidade envolvida na perspectiva transdisciplinar da saúde, do conhecimento sobre saúde, e das ações promocionais: no caso de “sedentários assumidos”, que aspectos estão envolvidos na tomada de decisão de se auto-identificarem em rede virtual pró-ativos em relação ao estilo de vida sedentário?

Capítulo 2 - Para abordar a questão da Identidade na Sociedade da Informação

Antes de abordar a questão da identidade na sociedade da informação e, buscar articular alguns aspectos da formação do sujeito social que podem estar envolvidos na tomada de decisão de “sedentários assumidos” se auto-identificarem em rede virtual pró-ativos em relação ao estilo de vida sedentário, é interessante dar a conhecer de que olhar para a sociedade da informação, parte este estudo.

Nesse sentido, é importante pontuar que olhar para a rede virtual de comunicação e informação enfocando o viés da sociabilidade, não corresponde a enfocar seu projetado principal, é apenas, olhar para um de seus desdobramentos. Pois a questão central que traz para o Brasil, o Programa Sociedade da Informação implementado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia diz respeito à inclusão de nosso país no projeto global de construção de novas formas de realizar “negócios”. Tal como se dispõe publicamente no Livro Verde (2000) as metas de implantação e uma súmula das possíveis aplicações de tecnologias de informação na atualidade.

Como parte do movimento de integração mundial, denominado de “globalização”, a formação da rede de sociedades de informação ao redor do mundo surgiu como uma estratégia global para o avanço capitalista, e nesse sentido tem como objetivo geral: suportar a divulgação de produtos; ampliar as perspectivas do mercado; possibilitar o levantamento do perfil e necessidades da sociedade para desenvolver novos produtos, bens de consumo e abordagens de vendas, alinhados aos diferentes grupos de consumidores (MTC, 2000).

Além disso, enquanto mídia de massa a rede de informação criada na internet colabora na publicidade de bens de consumo, colabora na formação da opinião pública, impulsiona o consumo e legitima a ideologia de grupos dominantes. Nesse viés, sua mola propulsora repousa é sem sobra de dúvida, o lucro.

Num movimento complementar, partindo da premissa que “o conhecimento tornou-se, hoje mais do que no passado, um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar” (MCT, 2000), a consolidação da sociedade da informação pretende, localmente, promover: a abertura do mercado, de trabalho e

de oportunidades; a universalização de serviços para a cidadania; a formulação de conteúdos de identidade cultural; e a ampliação do acesso popular à internet.

Nessa perspectiva, em nosso país coube, inicialmente, à iniciativa pública construir agendas da democratização do acesso e incentivo ao uso dos meios eletrônicos de informação. Entre outras coisas, coube ao governo federal brasileiro promover políticas de inclusão digital, “para que o salto tecnológico tivesse paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica”. Nessa perspectiva a chamada “alfabetização digital” foi um elemento-chave (MCT, 2000).

Vale ressaltar que, da mesma forma como a popularização de outras tecnologias de comunicação (das mídias de massa) produziram impacto em diversos sentidos na sociedade, a democratização da internet gerou, inicialmente, muita comoção. Entre outras problemáticas, apontava-se que a popularização dos meios tecnológicos de informação e comunicação produziria uma ruptura com práticas cotidianas sócio-historicamente consolidadas, entre elas, com as formas já conhecidas e tradicionais de trabalharmos, de vivermos e de nos relacionarmos com os outros (Nicolaci-da-Costa, 2005).

Assim, o interesse do impacto da internet no cotidiano, guiou os primeiros, estudos acadêmicos brasileiros voltados para o aspecto da sociabilidade na rede virtual. Entre os diversos olhares para o movimento de consolidação da sociedade da informação, evidências vinham demonstrando que as transformações no dia-a-dia das pessoas comuns estavam sendo relativamente bem absorvidas, se comparadas ao altíssimo grau de rejeição que leigos, jornalistas e intelectuais, de diversas partes do mundo, expressavam num primeiro momento (Nicolaci-da-Costa, 2002a; 2005).

Segundo Castells (2002) a sociabilidade via digital é, provavelmente, a temática atual mais carregada ideologicamente, tendo, desde os primeiros momentos, suscitado questionamentos e constituído tema central de debates diversos. Entre as questões suscitadas aventava-se a possibilidade de a internet poder levar os indivíduos à alienação e ao isolamento, podendo inclusive levar à depressão. Vale dizer que, ainda hoje, estas são questões para as quais não se encontra respostas ou conclusões consensuais.

Do ponto de vista da sociabilidade, parece inegável que a formação de ambientes de encontro coletivos na internet, subverteu todas as então vigentes formas de comunicação e ampliou o escopo de interações sociais, instituindo uma

nova forma de contatos interpessoais: denominados “virtuais” (Castells, 2000; Lévy, 1999; Nicolaci-da-Costa, 1998).

Definidos em função da oposição aos relacionamentos reais (face a face, olho no olho, inseridos no mundo concreto, etc), os contatos interpessoais “virtuais” compreendem as interrelações estabelecidas com pessoas conhecidas e desconhecidas fisicamente, geograficamente próximas ou distantes, com as quais é possível interagir individualmente ou em grupo, em âmbito privado ou público, em tempo real ou não.

Entre os estudos enfocados nas questões psicossociais relacionadas à utilização da internet no cotidiano, Nicolaci-da-Costa (2005), em estudo sobre a sociabilidade virtual aponta que “uma década depois, os resultados de inúmeras pesquisas nacionais e internacionais mostram que os ambientes virtuais tornaram-se espaços análogos aos da vida real”, e indicam que os relacionamentos virtuais podem ser duradouros, solidários, profundos e intensos.

Com base em estudos acadêmicos, pode-se afirmar que a comunicação na internet traz a possibilidade de envolvimento entre as pessoas, ou seja, que pode criar laços sociais e coesão entre grupos. Diante das especificidades das modalidades de comunicação coexistentes na rede virtual, é possível dizer que cada “modo” de comunicação experimentado na sociedade da informação propicia um tipo particular de envolvimento social. Nesse prisma, segundo Dornelles (2004) quando a comunicação é sincrônica, amplia-se a possibilidade de o envolvimento entre as pessoas ser semelhante ao envolvimento experimentado na sociabilidade face-a-face.

Nessa perspectiva, vale explicitar que a comunicação via internet pode variar entre o modo sincrônico (quando as mensagens e informações são trocadas em tempo real) e assincrônico (quando o interlocutor terá acesso à mensagem recebida apenas quando lhe for oportuno). E, também, que nas comunidades virtuais formadas nas mídias sociais (*sites* de relacionamento interpessoal), as comunicações podem funcionar de ambos os modos - desde que se seus participantes estiverem *on line* é possível o estabelecimento de comunicação sincrônica.

Tomando como base segura os conhecimentos acadêmicos, pode-se perceber que a sociabilidade em comunidades virtuais traz a possibilidade de ser

experimentada de maneira similar ao “mundo da vida”⁷, e nesse sentido, as comunidades virtuais são campos interessantes de estudo, pois abrem espaço para pensar as novas formas de sociabilidade em termos de processo social e formação da consciência, de ação comunicativa e formação de sujeito social, entre outros.

2.1 Abrindo parênteses para mostrar diferentes enfoques: olhares diversos para a sociabilidade em rede virtual

Em fins do século XX, uma primeira tendência das investigações científicas em torno do advento popularização da internet, estava baseada no pressuposto de que o elo social só poderia ser estabelecido a partir do encontro físico entre as pessoas. Nessa vertente surgiram estudos que buscavam mostrar que a sociabilidade virtual reduziria a possibilidade do vínculo interpessoal e possibilitaria o maior controle do Estado sobre as pessoas, pois estava no controle dessa nova esfera pública (Bauman, 2001).

Lévy (1996;1999) em estudo mostra que o estabelecimento de ambientes de encontro coletivo amplia sobremaneira o escopo das interações virtuais na Internet, abre a possibilidade de comunicação com estranhos, de identificação de afinidades comuns, que podem ser exploradas em ambientes restritos ou coletivos. Em um desdobramento dessa tendência, trabalhos de enfoque na análise dos processos sociais, levantavam a hipótese de que as pessoas passariam apenas a acessar as informações que lhes interessasse, levando à alienação e a evitar o debate de idéias, principal característica do espaço público.

Segundo Castells (2002), esta tecnologia abre uma nova forma de participação do cidadão, possibilita independência das estruturas políticas e dos órgãos de comunicação em massa e permite a expressão ativa do indivíduo na

⁷ A expressão “mundo da vida” (Habermas, 1990), compreende um espaço social, não estático, organizado em função das ações comunicativas, livre de coerções, na pretensão de produzir a compreensão mútua entre indivíduos (consenso) e validar práticas cotidianas.

construção de um espaço de opinião. Nessa mesma perspectiva Sorj (2006) analisa os espaços formados para sociabilidade na internet, como um espaços alternativos da multidão onde as interações se realizam de forma democrática e não centralizada.

Numa outra linha de pensamento, Nicolaci-da-Costa (2005), em um estudo intitulado “O Cotidiano nos Múltiplos Espaços Contemporâneos” mostra que os espaços sociais virtuais - “infinito de direito, aberto ou ilimitado em todas as direções, não tem direito nem avesso, nem centro; não estabelece fixos e móveis, mas antes distribui uma variação contínua” -, enquanto as demarcações, limites, fronteiras físicas, colaboram para construir incertezas.

Enfocando, especificamente, as comunidades virtuais, há estudos que chamam a atenção para os altos níveis de empatia entre as pessoas, como um fator que propicia a coesão entre os indivíduos participantes nas comunidades virtuais e, reduzia certo sentimento de isolamento ou solidão na sociedade concreta, o que motivaria o interesse na afiliação à estas comunidades; outros, analisam que a participação coletiva em internet tem o potencial de incremento no engajamento político de seus usuários; e ainda, há estudos que apontam, e buscam demonstrar, que a participação em grupos virtuais leva a fortes laços de amizade e companheirismo entre seus membros.

Note-se, então, por esta breve exposição dos trabalhos já realizados sobre a sociabilidade na sociedade da informação, que essa é uma temática bastante explorada, sob diversos enfoques.

Nesse ponto, vale explicitar que, no presente trabalho ao focar questão da identidade no âmbito das mídias sociais interessa, principalmente, observar dois princípios centrais: que a linguagem não é o espelho do mundo, mas oferece acesso ao mundo; e, que o movimento de construção e reconstrução do eu em busca da emancipação fundamenta-se competência comunicativa.

Observando o primeiro princípio, “a linguagem oferece acesso ao mundo”, o estudo realizado a partir da relação dialógica estabelecida com um grupo de moderadores de uma comunidade virtual, que diz ser de “sedentários assumidos”, parte da faceta identitária de “sedentários asumidos” para tentar ter acesso a esse singular “mundo da vida”, mais especificamente, aceder ao mundo dos sentidos e significados atribuídos ao sedentarismo por estes indivíduos, aspectos, estes, que talvez expliquem suas práticas cotidianas.

E, observando o segundo princípio, “a emancipação fundamenta-se na competência comunicativa”, o estudo do caso de um dos “sedentários assumidos” tenta mostrar que as sociedades pós-convencionais precisam de indivíduos capazes de colocar-se no nível ética e moral pós-convencional, pois somente nele, pode reproduzir-se a solidariedade necessária para a integridade e coesão social (Habermas, 1989)⁸.

2.2 Sociabilidade na Sociedade da Informação: um agir orientado na racionalidade comunicativa

Na sociedade da informação, onde a sociabilidade se dá em um espaço de indiferenciação – lugar não antropológico ou não-lugar, como quer Augé (2008) -, onde coexistem fluxos de informação de natureza diversa, onde a abolição de limites, fronteiras e das estruturas sociais é uma característica; nesse contexto, pode-se compreender que as interações sociais na rede são processos complexos.

De fato, a complexidade da sociabilidade na rede virtual, não é, propriamente, a questão da interação social. Pois esta continua sendo “garantida por meio da solidariedade, que deve ser entendida não como sendo um mero sentimento de simpatia, mas como algo que cria um sentimento de pertencimento à mesma comunidade” (Pinzani, 2008: p. 37).

Em face à crescente oferta de espaços singulares de sociabilidade (mídias sociais) que ampliam o leque de opções (espaços não convencionais formados para a sociabilidade) e modos de inclusão e participação dos indivíduos na internet (mídias sociais, blogs, fotolog etc) onde não se alcança uma identificação adequada dos indivíduos que por ali circulam; nesses espaços de encontro, formados na

⁸ Em Habermas, J. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1989 acessado em <http://www.scribd.com/doc/6967155/Habermas-Jurgen-Consciencia-Moral-e-Agir-Comunicativo>

virtualidade, a identidade assim como a organização dos indivíduos em agrupamentos sociais deve ser apreendida através dos discursos proferidos pelos próprios indivíduos.

No espaço não convencional da virtualidade, onde “a esfera pública não mais se define pelas estruturas materiais como praças e ruas, nem apenas pelo espaço virtual das redes telemáticas, mas surge na interação complexa de espaços materiais e imateriais, em espacialidades híbridas caracterizadas por fluxos dinâmicos” (Santaella, 2008: 131), os discursos tornam-se centrais para o posicionamento, para a identificação das igualdades e diferenças entre as pessoas que nesse meio de apresentam, ou seja, os discursos promovem a ação de comunicação e, enquanto práticas discursivas⁹ constroem sentido para os indivíduos (materializam) e oferecem condições para o reconhecimento recíproco (Werle, 2008).

A complexidade da sociabilidade na internet é, nessa perspectiva, relativa ao aspecto da construção de sentidos compartilhados para as diferentes formas de discurso coexistentes na internet. Em um espaço tão “alargado” e indiferenciado socialmente as “generalizações das formas simbólicas” – como a linguagem, as regras de comportamento etc -, são o maior desafio enfrentado por aqueles que se aventuram a interagir socialmente, pois se complexo é a apreensão do “outro-virtual”, igualmente complexa é a proposta de diferenciar-se (ser visto como indivíduo), ou seja, construir uma identidade.

Como explica Werle (2008: p. 43) “à medida que os indivíduos se percebem como seres livres, descobrem-se também como pessoas sem definição”. Assim sendo, socializados como somos, no sentido em que a formação da identidade acontece, sempre e somente, mediante a interação social - na relação dialética entre o indivíduo e a sociedade (Ciampa, 2007) -, é esperado que a proposta individual de construção racional da identidade na internet seja experimentada como processo ambíguo de libertação e de perda dos apoios sociais convencionais (dos referenciais que constroem a identidade).

Na situação de “caos” - ou indeterminação, como nos espaços de sociabilidade formados na internet - as identidades podem ser entendidas como

⁹ SPINK, M.J.P. & GIMENES, M.G.G. Práticas Discursivas e Produção de Sentido: apontamentos metodológicos para a análise dos discursos sobre a saúde e a doença. *Sociedade e Saúde* 3(2): 149-171, 1994.

unidades organizadoras (White, 1992). Assim, numa aparente soberania da autonomia, a apresentação de si nas redes sociais é um processo que exige do “eu-autor” a livre eleição dos elementos que melhor lhe representem – que lhe definam como pessoa, que dêem a conhecer seus interesses e seu posicionamento etc. Elementos, estes que podem ser buscados dentro e fora da rede, em lugares conhecidos e desconhecidos, próximos ou distantes; o que, sem dúvida, não é um processo de decisão simples.

Em situações como essa, de difícil eleição e liberdade irrestrita,

“quando as pessoas se imaginam como indivíduos livres e autônomos, capaz de adotar uma conduta de vida consciente, esses indivíduos liberados nada mais são do que expressões de determinações sociais exteriores; eles tornam-se dependentes de funções e papéis sociais determinados pelo sistema; tornam-se indivíduos dependentes do mercado de trabalho, das regulações jurídicas e políticas, das ofertas de consumo, da moda, dos dispositivos de disciplina e controle, dos conselhos médicos, psicológicos e pedagógicos.” (p. 43)

Desse modo, quando o indivíduo se propõe a construir uma identidade na virtualidade, para fins de sociabilidade e, se percebe “senhor de seu destino” – diante da possibilidade real do exercício da autonomia, da autorrealização e da escolha -, o retorno aos “portos seguros” da identidade (funções e papéis sociais determinados), deve ser compreendido como um movimento pertinente ao próprio processo de emancipação, pois representa um modo de organização do “caos”, e enfrentamento de angústias e inquietação diante da indeterminação.

Na realidade social singular da informação, de distanciamento das localidades e dos corpos (do mundo físico), o movimento intencional de construção da identidade do “eu” (na dimensão eletrônica), com fins de sociabilidade entre outros, não dispensa a intersecção do concreto com o virtual. Segundo Santella (2008):

“A integridade do corpo biológico, cuja perda iminente foi tão lastimada, está na realidade se transformando rapidamente em um conjunto de extensões ligadas

a um mundo híbrido, pautado pela interconexão de redes e sistemas on e off line (Beiguelman, 2006: 153). Assim, nós continuamos a habitar esferas físicas, em urdiduras nas quais várias outras esferas virtuais se misturam, sem que os ambientes físicos desapareçam.” (p.131)

Na perspectiva da integração, de certa materialidade na realidade social virtual, alcança-se entender porque as páginas pessoais na internet contemplam, entre seus espaços de definição do “eu-autor”, elementos autodescritivos do “eu de carne-e-osso” (definição de nome, perfil social, cultural e profissional), e elementos de determinação social exteriores (um conjunto de características e atributos, funções e papéis sociais, definidos a partir das comunidades virtuais pré-existentes, às quais se vincula.). São portos seguros identitários que dão a ilusão de “organização social”.

No caso desse estudo, ao adotarem uma faceta identitária pré-existente, “sedentários assumidos” criam a ilusão de pertencimento, ou seja, organizam suas identidades nos moldes convencionais – mediante a interação social. Pode-se, então, compreender que “sedentários assumidos” não uma criação arbitrária de identidade, mas é uma possibilidade identitária, entre outras pertencentes ao conjunto de identidades sociais exteriores.

A exemplo do que explica Juracy de Almeida (2009), refletindo sobre o processo de construção da identidade na sociedade concreta, onde a identidade antecede a criatura – na instância familiar, por exemplo – e, neste sentido cria a criatura, que em contrapartida “apropriando-se dessa matéria prima pode encontrar no leque de possibilidades identitárias normativas, a que melhor se adapte a seu projeto de vida.” Nesse sentido, pode-se dizer que “sedentários assumidos” é uma apropriação da matéria prima pré-existente na sociedade concreta. O que mostra que as políticas de saúde, voltadas para a construção de vidas mais saudáveis, têm alcançado criar simbolicamente o “personagem sedentário”.

Nesse prisma, é possível dizer que, numa perspectiva intimista, “algo” alienada (no sentido em que gerada na realidade interna, “subjetiva”) e individualista (no sentido em que revigora a idéia da completude do indivíduo em si mesmo, na noção atomizada de indivíduo), a criação da identidade eletrônica a partir do mergulho introspectivo sobre si mesmo, encontra na interiorização do sistema social

algumas possibilidades identitárias e, no olhar para a realidade social (virtual e concreta) amplia as possibilidades identitárias normativas.

Guardadas as devidas proporções, pode-se dizer que, do mesmo modo como Goffman (1983) interpreta a representação do eu no cotidiano face-a-face, nas interações sociais mediadas por computador, também,

“ao se apresentar aos outros, o indivíduo pede-lhes para acreditar que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as conseqüências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que aparecem ser”. (p. 25)

Ainda que na criação da identidade virtual o “eu-autor” lance mão de possibilidades identitárias preexistentes nos contextos concretos, isso não quer dizer que na arquitetura dessa identidade sejam elencados, exclusivamente, as possibilidades identitárias pertinentes à sua própria realidade. Desse modo, é de se considerar que, apesar de a apresentação do eu na virtualidade clamar pelo reconhecimento do outro – pede para acreditar que o “eu-autor” tem os atributos que diz ter -, parece que não demanda que se creia que seja uma representação do real.

Atentos para o fato de o contexto da virtualidade não estar amalgamado às convenções da realidade social concreta, e estar caracterizada pelo aspecto transitório das coisas, nesse sentido, a faceta identitária definida em termos de “sedentários assumidos” pode ser interpretada como uma construção estratégica da identidade que se limita a pretender dar a reconhecer “alguém inteligível”, que deixa apenas entrever sujeitos “eticamente situados”.

No âmbito das relações intersubjetivas mediadas por computador, a identidade comunica algumas das facetas do personagem (real ou imaginário) de forma a dar uma idéia da pessoa, dar a ilusão de confiabilidade, criar impressão de imutabilidade (ser sempre a mesma pessoa) e de certa estabilidade de características e interesses da pessoa que transita entre as duas dimensões de sociedade (Matuck e Meucci, 2005). Tudo isso, sem assegurar que “as coisas são o que parecem ser”, pois a representação do eu no meio eletrônico apenas deixa entrever que há “algo implicitamente pretendido”.

Nesse ponto, então, é interessante perguntar, o que podem pretender as pessoas que se habilitam entrar na rede identificando-se em termos de “sedentários assumidos”?

Em se tratando de uma identidade conjugada no plural, “sedentários assumidos”, como uma apresentação de si embasada na noção de “estilo de vida sedentário” (do discurso da promoção de saúde), no primeiro momento aquelas pessoas que assim se identificam, diferenciam-se pelo aspecto da igualdade¹⁰, pois “apela aos outros na suposição de que existe um grupo organizado de outros, que reagem ao seu apelo” (Werle, 2008). Ou seja, a identificação no plural cria a ilusão de pertencimento, de coesão e integração social e, aparentemente, constituem um tipo de identidade coletiva reflexiva;

“no sentido de ser fundada na consciência de ter oportunidades iguais e gerais para tomar parte nos processos de comunicação, nos quais a formação da identidade tem lugar como processo contínuo de aprendizagem.” (Ciampa, 2007: p.224)

Compreender “sedentários assumidos” como uma identidade coletiva “própria da comunidade dos que formam discursiva e experimentalmente o seu saber relacionado à identidade através de projeções de identidade concorrentes entre si, isto é, na memória crítica da tradição o estimuladas pela ciência” (Ciampa, 2007: p.225), leva a pensar em questões como “estabilidade” e “interesse”.

Como a identidade reflexiva “sedentários assumidos” não determina previamente conteúdos (como posição e papel) e é independente de organizações específicas (pois não caracteriza uma categoria social) para pensar em “estabilidade”, tal como mostra Ciampa (2007: p. 224), não há necessidade de pensar em conteúdos fixos “embora tenha a necessidade, de tempos em tempos, de ter conteúdo”.

¹⁰ Segundo Ciampa (2007) a identidade é uma questão para ser entendida na “articulação de igualdades equivalências de fato) e diferenças, cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja a unidade e a multiplicidade, que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações.” (p. 170).

Nesse pensar é interessante ressaltar que as comunidades virtuais podem ser utilizadas apenas para compor a ilusão de um “todo identitário” e, nesse sentido, são espaços de “projeção de identidade”, ou podem ser além de utilizadas, acessadas para fins de sociabilidade (como desdobramento dentro da própria mídia social) e, nesse sentido alinham-se à idéia de “identidade reflexiva”.

Assim sendo, apenas neste último caso (identidade coletiva reflexiva), a partir das ações de comunicação, numa participação igualitária criadora de normas e valores, caberia colocar em questão o aspecto da estabilidade. Com efeito, nas mídias sociais poucos (senão raros) são os aspectos identitários permanentes e, o recurso de construção da identidade com o auxílio da afiliação em comunidades virtuais está mais comumente alinhado com o interesse de dar-se a conhecer na dimensão das projeções de identidade.

Sabendo-se que, ao se apresentar na esfera pública, o ator social pode estar representando o que, de fato, entende ser realidade – nesse caso, o ator “pode estar inteiramente compenetrado no seu próprio número. Pode estar sinceramente convencido de que a realidade que encena é a verdadeira realidade” (Goffman, 1983:25) -, podendo, também, representar uma fraude, ou uma pretensão identitária. Assim sendo, parece plausível dizer que no espaço virtual a identidade “sedentários assumidos”, pode pretender ampliar o espaço para representação do “eu-mesmo” (do que entende ser realidade), pode pretender criar espaço para representar um “outro eu” (uma ficção ou uma fraude), assim como pode pretende abrir caminho para a representação de uma pretensão identitária (como um projeto do eu).

Qualquer que seja o interesse de “sedentários assumidos” – como diz Ciampa (2007) um interesse orientado na razão ou uma razão interesseira, o que não está em questão nesse momento -, “é lícito dizer que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social, ao mesmo tempo que reagem sobre ela, conservando-a (ou transformando-a)” (Ciampa, 2007: p.171).

Ou seja, podendo ser interessada ou interesseira, mais ou menos estável, com efeito, o traslado das identidades da sociedade concreta para a sociedade da informação, como reflexos da estrutura social convencional, são elementos organizadores da identidade que por serem análogos aos elementos organizadores da sociedade concreta constroem “portos seguros” na virtualidade.

Como que consolidando um mais novo estágio da era moderna (para uns, e como sendo o primeiro estágio da posmodernidade, para outros), a popularização do Programa da Sociedade da Informação, que se desdobra como uma nova dimensão social e, na qual continua sendo inevitável,

“aceitar uma lógica do desenvolvimento individual na qual, a partir de uma busca de maximizar o prazer e rejeitar a dor através da obediência, evoluiu-se para uma busca da liberdade moral e política para toda a humanidade, caminhando de um hedonismo ingênuo para uma ética universalista da linguagem” (Ciampa, 2007: p. 221).

Assim sendo, no caso de a identidade de “sedentários assumidos” ter sido criada para algo mais que para a interação social como uma modalidade de ócio e prazer, ou seja, para a inclusão participativa na nova sociedade, por intermédio da ação comunicativa (Habermas, 1996), possibilita refletir sobre a construção da identidade na internet em termos pós-convencionais.

Racionalizando-se que a peregrinação de “sedentários assumidos” na sociedade da informação, como um movimento orientado na ética universalista da linguagem - “não simplesmente hedonista”-, na “idéia de vida boa como liberdade moral e política”. Nesse sentido, é possível pensar as ações comunicativas de “sedentários assumidos” como um movimento de “identidade coletiva reflexiva” que coloca em ação certa realidade, e pode ser interpretada segundo uma das três formas distintas, tal como descritas por Munanga (2003);

“a) a identidade legitimadora, que é elaborada pelas instituições dominantes da sociedade, a fim de estender e racionalizar sua dominação sobre os atores sociais; b) a identidade de resistência, que é produzida pelos atores sociais que se encontram em posição ou condição desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante; c) a identidade-projeto, quando os atores sociais, com base no material cultural à sua disposição, constroem uma nova identidade que

redefine sua posição na sociedade e, conseqüentemente, se propõem em transformar o conjunto da estrutura social.” (p. 39 - 40).

Se a identidade “sedentários assumidos” foi construída para resistir, como parece; se para legitimar, como parece pouco provável; ou se construída como identidade-projeto; isso ainda não se sabe, tentará a pesquisa responder. O aspecto do “interesse” envolvido na construção da identidade “sedentários assumidos” será abordado no capítulo seguinte, na articulação com os discursos de “sedentários assumidos” (para falar de saúde) e com a história de vida contada pelo sujeito dessa pesquisa (para falar da questão da identidade).

O que parece plausível afirmar, até o momento, é que na sociedade da informação, nessa sociedade não convencional, a peregrinação “não sedentária” - orientada no interesse do agir comunicativo, na pretensão de validar normas e discursos práticos, intersubjetivamente -, demanda um nível de desenvolvimento específico do eu, o que, segundo Habermas, corresponde ao “nível mais elevado de consciência moral [que] pressupõe não um conteúdo normativo erigido em princípio, e sim um procedimento comunicativo que permita interpretações universalizadas dos carecimentos” (Ciampa, 2007: p.221).

Capítulo 3 - Entrando no campo para abordar uma questão de saúde: em foco, sedentários assumidos.

Na mudança de foco, os aspectos já abordados acerca do movimento promocional - das políticas públicas, dos discursos normativos, da questão da informação e da educação em saúde -, assim como as questões de identidade na sociedade da informação, serão elementos elencados para, na medida em que se estabelece a comunicação com “sedentários assumidos” via computador, para tentar “explicar suas práticas cotidianas a partir do olhar para a identidade”. E, assim sustentar discussões sobre “o que pretendem”, como uma primeira questão-guia para a entrada no campo.

Vale notar que pretender realizar uma investigação na internet, com pessoas estranhas, é um movimento investigativo que além de demandar definir qual o grupo populacional de interesse para o estudo, demanda que se delimite “o ambiente”, isto é, que se priorize alguns espaços de interação, em detrimento de outros.

Já tendo definido que no objetivo de estudar um dos “efeitos paradoxais” do movimento promocional, ou seja, “certo movimento de resistência” ou “uma forte barreira à adoção de um posicionamento mais positivo com relação às possibilidades de viver melhor e com saúde.” (Ministério da Saúde, 2002: p. 5) à adesão aos estilos saudáveis preconizados: define-se o agrupamento de “sedentários assumidos” como exemplares representativos de uma população de interesse.

Considerando que na internet há uma grande variedade de espaços de socialização coexistentes, no interesse de conhecer o ator social na sociedade da informação, ou seja, alguém que se capacite a atuar e modificar seu meio social, mais do que ser determinado por ele (Touraine, 1997), define-se como ambiente para realizar as interlocuções iniciais: os fóruns de discussão de comunidades virtuais¹¹ inseridas em mídias sociais.

¹¹ Segundo Tajra (in Añaña et al., 2008: p.47), o termo comunidades virtuais foi criado em 1993, com o seguinte significado: “(...) agregações sociais que surgem da Internet, quando pessoas suficientes, mantêm suficientes debates públicos, com suficiente sentimento humano, para formar teias de relacionamento no ciberespaço”.

Na intenção de realizar uma pesquisa na interface identidade-saúde dialogando com “quem se arrisca a ser e/ou declarar ser sedentário”, num momento histórico no qual prevalece a ideologia promocional, as comunidades virtuais inseridas nas mídias sociais parecem oferecer uma adequada porta de entrada no campo, pois nesses novos lugares as comunicações interpessoais são focais, alinhadas com a descrição da comunidade virtual.

Iniciar colocando em análise um dos efeitos paradoxais da estratégia normativa de governabilidade no cotidiano, através da abordagem da categoria “sedentários”, vale sublinhar, não significa considerar que a “resistência”, entendida como barreira pelas autoridades sanitárias, seja o único efeito indesejável do movimento promocional, nem mesmo, definir este aspecto como o mais relevante.

Vale explicitar que a escolha pelo peculiar personagem sedentário, nesse estudo, não é um movimento investigativo que pretende “abrir espaço para a preguiça” ou “defender estilos de vida arriscados”. Tampouco há um interesse em hipertrofiar os aspectos paradoxais do movimento promocional para hipotrofiar seus impactos positivos no que diz respeito à vinculação da participação do cidadão na arquitetura de políticas públicas.

Pautado pelo interesse em compreender “ações a partir de identidades”, tal como se propõem a fazer as políticas de identidade (Fearon, 1999), o olhar para o agrupamento ecológico pretende possibilitar a reflexão acerca dos aspectos envolvidos na decisão pessoal de “publicizar” certas convicções e/ou interesses (através da construção da identidade virtual, aquela em que se diz ser pró-ativo em relação ao estilo de vida sedentário), e/ou “resistir” a aderir, de pronto, às prescrições saudáveis; nesse sentido, esse é um estudo que tenta refletir acerca de certa experiência de opressão promovida pelas políticas de identidade em saúde, como um efeito paradoxal do movimento promocional no cotidiano.

Nesse pressuposto, buscar compreender a identidade de “sedentários assumidos”, como algo mais que um elemento promotor de interação no mundo indiferenciado da sociedade da informação, nos mesmos moldes da sociedade concreta. E, pensar que através dessa identidade eletrônica os atores sociais estejam em busca de experimentar algo novo¹² - de ampliar as possibilidades de

¹² Como explica Ciampa (2007: p.157), “ como é óbvio, as personagens são vividas pelos atores que as encarnam e que se transformam à medida que vivem suas personagens. Enquanto atores, estamos sempre em busca de novas personagens; quando novas não são possíveis, repetimos as

viver identidades outras-, nessa perspectiva é interessante trazer à discussão a questão da liberdade dos sujeitos – entendendo que “liberdade” não é algo utópico, mas pode ser experimentado num tipo de democracia que será construída na relação de igualdade com o outro, não com base na subjugação, nem na integração sistêmica acrítica, mas, em bases de igualdade (Touraine, 1997).

Considerando que a conceituação de estilo de vida sedentário diz menos respeito aos períodos de tempo em que as pessoas estão se dedicando às atividades de viés produtivo (ao tempo dedicado ao trabalho, ao emprego, aos cuidados com a saúde, com a educação, por exemplo) e, mais respeito às rotinas de viés improdutivo (momentos de ócio e lazer); ou seja, aos “momentos de liberdade” em que as pessoas “são donas de seus destinos”. Assim, ao dialogar com pessoas que se declaram partidárias do “sedentarismo cotidiano” e, que de certo modo, afirmam fazer uso “deletério” de seu tempo livre (na concepção da saúde pública), ou de sua liberdade, colocam-se em questão os limites do projeto de governabilidade da vida privada.

De outro lado, além do desafio que se supõe promover a governabilidade dos movimentos corporais, dos hábitos e modos pessoais de viver a vida nos poucos períodos de liberdade cotidiana; as ações promocionais parecem tencionar as verdades produzidas na racionalidade instrumental contra a pretensão de validade das práticas cotidianas do autocuidado, inerente à racionalidade comunicativa.

Dessa forma, parece plausível dizer que, focar os espaços de pertencimento (núcleos de identificação do indivíduo virtual) inseridos nas mídias sociais - para observar-participando das ações comunicativas -, representa olhar para um modelo ilustrativo de “democracia comunicativa” constituída na suposta relação de igualdade (simetria de poder e possibilidade de ação) para compreender, desde o ponto de vista dos atores: porque “resistir” aos estilos saudáveis, porque publicizar hábitos, preferências e estilos de vida, e outros porquês que possam surgir na conversa-investigação.

Com expressão do ideal de liberdade de comunicação, aparentemente, não regulada, livre de pressões e coações, as falas inseridas no espaço público virtual podem ser entendidas como uma expressão das demandas, dos desejos, dos

mesmas; quando se tomam impossíveis tanto novas como velhas personagens, o ator caminha para a morte, simbólica ou biológica” .

projetos compartilhados etc., ou seja, a expressão de aspectos subjetivos e subjetivados.

Como explicam Añaña et al (2008), no viés do mercado (*marketing*), os espaços eletrônicos de relacionamento interpessoal, ditos comunidades virtuais, são particularmente fecundos em termos de constituir uma importante base de dados. Isso porque,

“Os membros deste tipo de comunidade explicitam características pessoais, sociais e psicológicas que, se devidamente avaliadas pelos profissionais de marketing, podem constituir interessante fonte de informação para a segmentação de mercado, mormente porque a participação em comunidades virtuais torna possível a caracterização dos consumidores com base em seus estilos de vida e interesses.” (Añaña et al., 2008)

Servindo-se do olhar estratégico do *marketing* para as comunidades virtuais (que partindo do levantamento das diferenças e as igualdades entre as pessoas as reagrupa e produz mercadorias afins) é possível dizer que, a diversidade de identidades tornadas explícitas nas mídias sociais – paradoxalmente visíveis em espaços virtuais -, é uma expressão visível do multiculturalismo.

Partido da perspectiva multicultural, que introduz a necessidade do reconhecimento da existência da diversidade - em termos de possibilidades identitárias relacionadas a aspectos conjunturais variados, tais como, sócio-culturais, políticos, econômicos, e outros -, pode-se dizer que a ação investigativa na rede de comunicação social, além de possibilitar a reflexão acerca dos questionamentos pontuais já evidenciados, colabora no sentido de demonstrar que, no tempo atual, já não cabe pensar a questão da identidade na noção estática ou mesmo do tipo macro.

Entretanto, é importante pontuar que as múltiplas possibilidades de agrupamentos - em termos de interesse de classe, de gênero, de etnia, de raça, de padrões culturais, de convicções pessoais etc. -, realizadas a partir das diversas facetas da identidade, em si, não permitem inferir que há uma pulverização de

identidades, mas apontam para a possibilidade de composição de personagens, antes impensados. (Canen, 2000).

Portanto, para este estudo, a observação participante¹³ que antecede o estudo de caso e, que possibilitou a entrada no campo - permitiu o estabelecimento de contato estreito com os pesquisados -, foi um passo importante para compreender que, no espaço virtual a apresentação de si baseada em uma faceta identitária (por exemplo, “sedentários assumidos”), que permite as pessoas circularem nos espaços formados na virtualidade; que possibilita que interajam socialmente nessas novas esferas públicas; que oferecem um mínimo de informação sobre de si mesmas; também, vela alguns atributos da pessoa e revela aquele que coloca como central.

Assim, nesta fase da investigação, “sedentários assumidos” oferecem os dados que viabilizam o estudo da temática do sedentarismo desde o ponto de vista desse agrupamento de pessoas, mas não viabilizam o estudo da identidade-metamorfose tal como concebido por Ciampa (2007), pois a identidade “sedentários assumidos” não deixa entrever a personagem.

Para sair do nível descritivo da entrada no campo e, da racionalização sobre “sedentários assumidos”, é interessante conhecer como se iniciam os diálogos na comunidade virtual:

Pesquisador:

sedentários, espécie em extinção ou em evolução?

Li uma notícia assim: “Uma nova teoria para explicar por que os dinossauros eram gigantes afirma que a abundância de comida associada a um baixo gasto de energia é que fez o tamanho desses animais evoluir. Com algumas diferenças de conceito, é mais ou menos o mesmo efeito que faz o sujeito que passa os dias na frente da TV se entupindo de guloseimas calóricas.”
...q vcs acham disso??

¹³ Como diz Becker (1994), “o observador se coloca na vida da comunidade de modo a poder ver, ao longo de um certo período de tempo, o que as pessoas normalmente fazem enquanto realizam seu conjunto diário de atividades. Ele registra suas observações o mais breve possível depois de fazê-las. Ele repara nos tipos de pessoas que interagem umas com as outras, o conteúdo e as conseqüências da interação, e como ela é discutida e avaliada pelos participantes e outros depois do evento (p.120). http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/10/09.pdf_pagina_111)

Participante do fórum:

Não acredito no evolucionismo. De qq. forma, achei esse paralelo interessante...mesmo porque, pelo que a gente vê nos filmes, apesar de gigantes, os dinossauros eram ágeis. Ou seja, agilidade física e mental independe do tamanho (peso e altura) da pessoa...

Observe-se que ao postar uma proposta de tópico no fórum da comunidade eleita, construiu-se um elemento público para a identificação do pesquisador, ao mesmo tempo em que se demonstrou “um compartilhar” de interesses, para além da própria temática de saúde; um compartilhar de interesse comunicativo (Haguette, 1987).

Uma vez realizado o convite/provocação, o consentimento para estar na sala de bate papos virtual, recebido em forma de resposta postada no mesmo tópico de conversa, oferece os primeiros dados empíricos acerca do *posicionamento grupal diante da questão do sedentarismo, a saber: nada tem a ver com inércia física ou mental.*

Além do conteúdo, é interessante observar que esta investigação parte da inserção no meio, e não apenas da observação dos diálogos pré-existentes, pois, de fato, o que viabilizou o projeto de pesquisa na internet, ou melhor, a condução da investigação no espaço público privado virtual, foi a disponibilidade e co-laboração (o trabalho conjunto) dos outros, desconhecidos, além do interesse destes em participar do jogo de linguagem proposto.

Na perspectiva participativa, “conduzir investigação qualitativa assemelha-se mais ao estabelecimento de uma amizade do que de um contrato. Os sujeitos têm uma palavra a dizer no tocante à regulação da relação, tomando decisões constantes relativamente à sua participação” (Bogdan&Biklen, 1994: p. 76). Assim, do mesmo modo que os possíveis sujeitos de pesquisa, como sujeito-pesquisador, entro no campo;

“não como alguém que faz uma pequena paragem ao passar, mas como quem vai fazer uma visita; não como uma pessoa que sabe tudo, mas como alguém

que quer aprender; não como uma pessoa que quer ser como o sujeito, mas como alguém que procura saber o que é ser como ele” (p. 113).

Como pessoa comum, um igual que se apresenta através da identidade coletiva reflexiva de “sedentários assumidos”. Nessa situação, pude conhecer e ser reconhecida, isto é, cumprir com os requisitos necessários para interagir com desconhecidos, via computador.

Descritos os passos de aproximação aos “possíveis sujeitos para estudo de caso”, e explicitado que o estudo de identidade, na internet, demanda todo um processo de conhecimento e reconhecimento entre as pessoas (o que não é diferença em relação à realidade concreta); ainda vale dizer que na realização de busca por comunidades virtuais, através do dispositivo de próprio da mídia social, sob a palavra chave “sedentários” foram localizados 47 agrupamentos contra 128 sob a expressão “atividade física”. O que pode denotar que *o movimento promocional tem alcançado formar opinião pública, predominantemente, no sentido planejado: em direção à adesão*. Na contramão do projeto promocional, entre as opiniões não planejadas e/ou indesejadas, “sedentários assumidos”, enquanto comunidade virtual, rastreada pelo sistema da mídia social, é aquela que conta com o maior número de adeptos/afiliados.

Observe-se de que modo se autodescrevem, aqueles que se dizem assumir serem sedentários:

“Se você é do tipo que, assim que sente vontade de fazer esportes deita no sofá e fica bem quietinho esperando a vontade passar?! Como esportista, você é um ótimo espectador?! Se você é sedentário, não se envergonhe! Seu lugar é aqui!! Ou descansando no sofá, na cama, ou na rede mais próxima!”

Para “sedentários assumidos” o argumento da “economia dos prazeres e dos desejos” em favor da longevidade e/ou no propósito de atingir certa qualidade de vida relacionada à saúde, em princípio não aparece, nem como questão de fundo.

Enquanto que o “exercício do prazer e dos desejos”, este sim, surge como questão central.

Partindo do descritivo da comunidade virtual (o elemento que apresenta “a que se destina a formação daquele espaço”), para os tópicos discutidos no fórum dessa comunidade, pode-se observar que para falar de sedentarismo, no jogo de linguagem “sedentários assumidos” evocam seu construto contraposto, ou seja, o “exercício físico”. Assim, o jogo de linguagem proposto, traz as marcas da reprodução dos discursos baseados no conhecimento científico. Veja-se como se inicia um dos jogos já realizados nessa comunidade virtual;

“10 reflexões sobre os exercícios físicos

1- Minha avó começou a andar 5 km por dia aos 80 anos. Hoje ela tem 97 e ninguém sabe onde ela está.

2- Me inscrevi numa academia no ano passado e não perdi um quilo sequer! Parece que é preciso participar das atividades.

3- Tenho que fazer exercícios de manhã, antes que meu cérebro perceba o que estou fazendo.

4- Não faço nenhum exercício. Se Deus quisesse que tocássemos nossos dedos do pé, Ele os teria feito mais próximos das mãos.

5- Gosto das longas caminhadas, principalmente quando feitas por pessoas que me aborrecem.

6- Se quero correr mais, compro um carro mais potente.

7- A vantagem de fazer exercícios todos os dias é que você vai morrer com boa saúde.

8- Eu não corro porque derruba o gelo do copo.

9- Tartaruga não faz nada, anda bem devagar e dura 200 anos. E o coelho que vive correndo?

10- Se nadar emagrece, por que a baleia é gorda?”

Para além da perspectiva bem humorada da comunicação, observa-se que a idéia de exercício físico é utilizada num viés próprio. A sociabilidade promovida a partir do jogo, não enfoca nem os benefícios nem os prejuízos relacionados à temática da atividade física-saúde, tampouco deixa entrever uma interpretação

singular de sedentarismo. Isso não significa que o grupo de pessoas em questão não tenha entendimento acerca do aspecto teórico conceitual de exercício físico e/ou de sedentarismo, mas demonstra que no “exercício da livre comunicação” lançam mão de metáforas, para promover interação.

Ainda que pareça apenas um jogo de linguagem, as palavras e as idéias expressas não são completamente arbitrárias. Tal como explicam Souza e Contandriopoulos (2004):

“os jogos de linguagem são os modos humanos de andar a vida em toda a sua complexidade biopsicossocial. A metáfora dos *jogos* evidencia que, se dentro de um jogo particular há regras e objetivos, não existem regras e objetivos transcendentais a todos os jogos, ou seja, à vida como um todo. E chamá-los jogos de *linguagem* enfatiza que é somente por meio da linguagem que a questão do sentido da vida se pode formular.” (p. 550. Grifos no original).

Assim sendo, na sala de bate papos virtual, o jogo não deve ser interpretado como um *non-sense* ou como algo inócuo. Se, pelo contrário, é possível admitir que este processo comunicativo tenha sentido, dentro do contexto dessas interações e, que tem sentido, numa interpretação própria de seus participantes, então o olhar científico, para esses processos de interação, pode colaborar para ampliar o campo para a produção de conhecimento sobre as novas realidades sociais.

Nessa argumentação, vale dizer que trazer “o jogo de sedentários assumidos” para a discussão, não é uma tentativa de “construir uma verdade” acerca de sentidos ou significados abordados no fórum de discussão dessa comunidade, mas, “apresentar uma realidade” ilustrativa dos discursos do estilo de vida sedentário produzidos na prática. Nesse sentido, o foco do olhar investigativo se dirige ao processo de construção de sentidos, e não ao produto linguístico, em si.

Sabendo-se que a comunidade virtual eleita está registrada na categoria de esportes e lazer, é esperado que o produto da ação de comunicação interpessoal não enfatize os aspectos de saúde, as doenças crônicas e agravos não transmissíveis, por exemplo.

Situado no campo do lazer e do esporte, não surpreende que a idéia de sedentarismo sobre a qual “sedentários assumidos” realizam o jogo de linguagem, aponte prioritariamente para a questão da autonomia no uso do tempo livre, e não especificamente para a problemática da saúde, em si mesma.

A análise das ações de comunicação, realizadas no interior das comunidades virtuais, indicam que “sedentários assumidos” não têm a pretensão de produzir debates acerca das prescrições orientadas em conhecimento científico, tampouco dão a entender que a um movimento contrário às orientações e normas promocionais. Em princípio, parece que “sedentários assumidos” pretendem promover interação/sociabilidade entre pessoas que mostrem ter interesses comuns.

Entretanto, partindo da premissa que a participação na internet, além do manejo dos recursos tecnológicos, demanda certa competência comunicativa, é de se supor que o jogo de linguagem extrapole os limites da “ingênua idéia de sociabilidade”. Pois a perspectiva comunicativa do agrupamento social virtual mediado pela linguagem, que reproduz o modelo de interação que ocorre no mundo da vida, e traz no jogo interativo um:

“conjunto de saberes pré-teóricos, implícitos, que, compartilhados pelos participantes, formam o horizonte da situação que vivenciam (...) um *know-how* que capacita os participantes da ação a usar a linguagem (...) e a preencher pressupostos pragmáticos da ação comunicativa” (Melo, 2005: p.170)¹⁴

Nessa perspectiva, o jogo interativo - que capacita a expressão de “sedentários assumidos” acerca de seus saberes e práticas particulares, como a expressão de um *know-how* válido para o cotidiano -, pode extrapolar os limites explicitados, da simples sociabilidade.

¹⁴ Aqui vincula-se a citação, na íntegra: “A interação entre sujeitos, mediada pela linguagem, ocorre sempre dentro de um mundo da vida, que é o conjunto de saberes pré-teóricos, implícitos, e que, compartilhados pelos participantes da interação e colocados às suas “costas”, formam o horizonte da situação que vivenciam e garantem os recursos utilizados por eles para que se entendam uns com os outros numa dada situação e assim, ao estabelecer relações intersubjetivas mediadas pela linguagem, coordenem as suas ações coletiva e cooperativamente. Este saber implícito é um *know-how* que capacita os participantes da interação a usar a linguagem orientada ao entendimento e a preencher os pressupostos pragmáticos da ação comunicativa” (Melo, 2005: p.170)

Enquanto, num primeiro momento, pode-se admitir que “sedentários assumidos” pretendem, apenas, promover interação social, como lazer, de forma ingênua; saber que o processo participativo, sob a racionalidade comunicativa, é um aspecto formador do sujeito (na construção da identidade do “eu”), leva, num segundo momento, a considerar que a participação social neste tipo de ambiente virtual, traz “benefícios” outros, que não apenas o benefício da “inclusão e participação social”.

Segundo DeLuiz (1995), as esferas sociais onde prevalece a racionalidade comunicativa, nela se encontram certo potencial emancipatório.

Assim, a capacidade de participar em sistemas de ação cada vez mais complexos, onde podem questionar as “pretensões de validade” embutidas na linguagem institucionalizada, através do jogo da argumentação do senso comum, e assim, promover o entendimento sobre a validade das normas sociais criadas por eles mesmos; ai encontra-se o potencial emancipatório desses jogos lingüísticos.

Nesse sentido, a interatividade realizada na comunidade virtual, a exemplo do jogo destacado, para além da ampliação da sociabilidade, oferece os primeiros elementos para interpretar que no exercício do diálogo, cidadãos participativos e ativos, podem buscar validar suas práticas cotidianas, orientadas na autonomia. Assim, pode ser entendido como um movimento que busca promover a “modelagem objetiva de si mesmo”¹⁵, numa perspectiva inversa à objetividade tecnocientífica. Tornando-se produtos de si mesmos, a partir dos discursos práticos.

No exercício da liberdade de criar uma identidade coletiva reflexiva de pessoa sedentária, como objetos das ações estratégicas, e como sujeitos das ações comunicativas, “sedentários assumidos” parecem não construir uma identidade para ser entendida como iatrogênese ou como “deteriorada” (Goffman, 2004). Ao invés de representar um estigma, a identidade- conceito de pessoa sedentária parece que carrega certo orgulho de si mesmo (Fearon, 1999). Retomemos as falas dos “executivos” da comunidade estudada:

¹⁵ A modelagem objetiva de si-mesmo admite que a construção simbólica do eu, a partir das práticas discursivas, percorrem dois vetores interrelacionados, a saber: num sentido, aponta como compreendemos nós-próprios como sujeitos a(d)os discursos da objetividade tecnocientífica e de seus produtos e; noutro sentido, aponta como tais discursos nos escolhem como objetos de intervenção/estudo/experimentação e, como então, “(...) nos tomamos fatos sobre nós-próprios – sobre nossos corpos, mentes, capacidades, traços, estados, limitações, propensões etc.– em nossas vidas” (Dumit, 1977: p. 89).

O moderador A, diz: - “apesar de ser moderador na comunidade, não concordo com o sedentarismo, até porque sempre fui atleta, chegando a nadar 6 vezes por semana. Acontece que 7 anos atrás, devido a uma doença e remédios que tomei, engordei 50 kg, acabei perdendo a vontade de me exercitar, mas, recentemente voltei a malhar, caminhar, me alimentar de forma 'mais' saudável, etc.”

O moderador B, diz: - “não pratico esportes, mas também não sou contra. de vez em quando eu adoro andar de bicicleta, mas são raras às vezes. MAS NÃO ACREDITO QUE SOMENTE COM ATIVIDADES FISICAS POSSA [seja possível] SE GARANTIR UMA BOA SAÚDE. PODE SER TAMBÉM [que a saúde seja assegurada] COM O EXERCÍCIO DO NOSSO INTELLECTUAL, NÃO DEIXANDO O CÉREBRO ENFERRUJAR” (formatação do autor)

A criadora da comunidade, doravante nomeada May, diz: - “acho que o sedentarismo é ligado à obesidade, e nem sempre é assim. Eu mesma sou sedentária, mas não sou obesa e conheço várias pessoas como eu. Sou meio magrela, mas já, com a idade, o metabolismo fica mais lento, então a gente engorda um pouquinho”

Observe-se que as falas dos “executivos da comunidade”, mostram que “sedentários assumidos” não se posicionam de modo francamente crítico ou efetivamente resistente à prática do preconizado estilo saudável.

Na perspectiva dos moderadores e da criadora da comunidade de “sedentários assumidos” (May), a faceta “sedentária” de seus personagens mostra que não há orgulho nenhum no sedentarismo, mas que há orgulho em se perceberem conhecedores da razão instrumental (que aponta os benefícios da disciplina do corpo), assim como mostram orgulho em se perceberem saudáveis. Este último aspecto, o aspecto da saúde parece ser fundamental, pois deixa “sedentários assumidos” livres da carga normativa para realizarem suas próprias escolhas.

O fato de não serem pessoas enfermas, surge nos diálogos como o elemento central que possibilita utilizar o recurso do livre arbítrio para decidir se aderir, ou não,

aos conhecimentos promocionais de vida saudável. Nessa perspectiva, há justificativas “racionalizadas” para a prática, e/ou defesa, do sedentarismo no dia-a-dia.

De modo geral, o que se observa é que os posicionamentos pessoais não são contrários à prática da atividade física, de fato, os atos comunicativos reproduzem a racionalidade científica acerca da relação atividade física-DCNT, com ênfase na obesidade.

É, portanto, evidente o conhecimento acerca da racionalidade instrumental que prescreve hábitos e estilos de vida saudáveis. Todavia, as falas, como reprodução empobrecida do discurso biomédico (de base epidemiológica), mostram que *enquanto não se virem acometidos por doenças descritas pela biomedicina, não há “por que” modificar hábitos e estilos de vida*. Nessa perspectiva, no cotidiano prevalece a tradução/interpretação reducionista das ações promocionais.

No jogo de linguagem da comunidade virtual de “sedentários assumidos”, o compartilhar do posicionamento crítico sobre a homogeneização do estilo de vida saudável, a modo de metáfora, traz uma resposta ao desafiante objetivo de promover adesão ao movimento de construção de vidas mais saudáveis. Uma resposta prática, produzida nas rodas de conversa (Souza & Contandriopoulos, 2004), tal como relatados:

May diz: - “a minha opinião sobre o sedentarismo é bem clara: Acho perfeito, até o ponto que prejudique a saúde e a auto-estima da pessoa explicando: não acho legal uma pessoa que precisa de uma atividade física ser sedentária. Eu mesma, quando me sinto "gorda" por exemplo, faço uma dietinha e vou fazer caminhadas procuro me manter nos 70 kg”

C diz: - “CLARO QUE QUANDO UMA PESSOA OUVI A PALAVRA SEDENTÁRIO, LHE VEM LOGO A CABEÇA, UM SER GORDO, QUE NÃO FAZ MAIS NADA DA VIDA, A NÃO SER FICAR SENTADO NA FRENTE DA TV. MAS NÃO É BEM ASSIM. POR EXEMPLO: DE VEZ EM QUANDO ANDAR UM POUCO, SEJA A PÉ OU DE BICICLETA, SÓ PARA FAZER UM POUCO DE EXERCÍCIOS, É BOM! MAS NÃO PONDO ISSO EM 1º LUGAR NA VIDA, SABE.”

A autorreferência, como modelo cognitivo que dá sentido à argumentação em prol da autonomia na eleição das práticas cotidianas e do estilo de vida, é um exemplo prático de estilo de vida saudável, que não desafia o estilo de vida saudável, que seria a conduta do “politicamente correto”. Pois, no âmbito das relações interpessoais, a saúde e a doença não são questões políticas, antes, são questões “subjetivadas” na perspectiva moral, como mostra Castiel (2003):

“Embora não tenha escrito sistematicamente a respeito da saúde, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche ao ponderar sobre a saúde trouxe à tona questões morais, com freqüência, associadas ao tema. É possível afirmar que a doença é para os homens um valor moral, uma norma construída a partir do ideal de verdade final e definitiva, deduzida das causas e efeitos. De fato, o artifício que a religião utilizou para tomar a alma humana foi o sentimento de culpa. O pecado é a má consciência.” (p.91).

Além do aspecto moral, como mostram Augé e Herzlich (1995), a doença é um fenômeno, ao mesmo tempo, individual e social, podendo ser experimentada, pelo indivíduo, como algo que o retira de tudo da vida social, ao passo que o insere de outro modo na sociedade, posto que a doença é um importante marcador identitário do eu para si mesmo e para os outros. Nessa perspectiva, pode-se dizer que no mundo da vida, a saúde tem relação com a capacidade de ação/participação na vida social, e simultaneamente, é um atributo que indica “quem sou eu” para os outros e para si mesmo. Não como um pergunta de cunho autorreflexivo, mas como indicativo de um atributo.

Como analisa Ortega (2004), em situações extremas de opressão, violência ou mesmo de adoecimento, quando coloca-se em jogo a existência, reduzido ao mero fato biológico, o indivíduo, despolitizado, perde a capacidade do exercício da liberdade de escolha e, o livre arbítrio transforma-se “ na passividade mais mortal e estéril que a história jamais conheceu”.

Nas falas de “sedentários assumidos” nada aponta que em suas práticas cotidianas se apercebiam da questão a finitude – em termos de mortes evitáveis¹⁶, idéia inerente ao interesse pela governabilidade dos estilos de vida -, pelo contrário, seus argumentos indicam que nem a finitude, nem a doença, nem mesmo o futuro estão em pauta. Os diálogos em tom de “*carpe diem* com moderação e consciência” permitem compreender que possam manter-se politizados diante do que se preconiza como “o melhor a fazer pela saúde, com vistas à longevidade”.

No imaginário social, e na vida cotidiana, apenas a doença (e não a saúde) é um fenômeno que pode produzir profundas transformações no indivíduo e na sua prática cotidiana do auto-cuidado, e tal como mostra Ortega (2004) priorizar ações guiadas na heteronomia em detrimento das orientadas na autonomia. Observe-se que, na práxis, ser sedentário não é algo condenável, assim como o sedentarismo não é concebido uma doença. E, como apontam “sedentários assumidos”, saber que alguém é sedentário não leva a interpretar que esta pessoa é adepta a um estilo de risco ou que é um “doente em potencial”.

Considerando-se que a doença define o normal e o patológico, e comunica aos “normais” o que é “anormal” (Augé & Herzlich, 1995), e que sedentarismo não é doença, mas é apenas um estilo de viver a vida. Assim sendo, “sedentários assumidos” podem exercitar seu livre arbítrio de praticarem “certa vida sedentária”, e ao mesmo tempo pleitearem seu direito de serem conhecidos em face a sua qualidade de normalidade.

A ênfase na normalidade, ou melhor, a demanda por reconhecimento da “identidade coletiva reflexiva de pessoa normal”, não deixa de ser um movimento de colocar à prova as evidências epidemiológicas. Isto é, de confrontar verdades científicas com saberes validados nas práticas cotidianas. Assim, enquanto não se constroem provas irrefutáveis da verdade das relações causa-efeito, e mais, enquanto não se produz a certeza (subjéctiva ou objetivamente) de que o

¹⁶ Em nosso tempo, devido aos avanços no campo da saúde, existe uma idéia de que em determinadas situações a ocorrência de morte poderia ser evitada, uma vez que sua causa poderia ter sido eliminada, ou o impacto dessa causa nas condições de saúde poderia ser controlado. Com efeito, existe um índice de medida estatística de incidência populacional dessas perdas de vida humanas (PDI), estas intimamente relacionadas com a idéia de mortes prematuras. Vale ressaltar que existem muitas propostas de listas de agravos que raramente, ou nunca, deveriam evoluir para óbitos incluem-se, nessas listas, as DCNT.

“investimento trará o retorno desejado”. Enquanto não se coloca em jogo as perspectivas futuras (o valor do futuro), na perspectiva da normalidade validada consensualmente, “sedentários assumidos” habilitam-se a travar uma luta particular contra as implicações da “generalização” em saúde; contra a transformação de estilos divergentes em patologias/desvios; e contra o fomento dos estereótipos com base na “racionalidade instrumental saudável”.

Olhar para o caso de “sedentários assumidos”, enquanto ação comunicativa realizada via computador (ou, possibilitada pelos avanços tecnológicos), possibilita afirmar que atuando segundo sua competência comunicativa, o sujeito constrói a identidade coletiva reflexiva de pessoa e, a partir dessa ação, pode tornar-se ator social (Touraine, 1997), numa situação de interação comunicativa próxima ao ideal.

Segundo Habermas, a situação comunicativa ideal é aquela que exclui deformações sistemáticas de comunicação, que levam a confundir o “consenso ilusório” com o “consenso verdadeiro”. No modelo utópico o “consenso de origem instrumental” não poderia ser soberano ao “consenso de ordem comunicativa” (o primeiro dito ilusório, o segundo dito verdadeiro), na organização e estruturação das práticas sociais.

Nesse sentido, é importante questionar se a comunicação social virtual - constituída na/pelas sociedades modernas capitalistas, e que parece funcionar segundo o “modelo de ação comunicativa pura” -, essa forma de interação, efetivamente, elimina toda e qualquer forma de coação externa e interna (por subjetivação). Este é um aspecto que será discutido adiante, no capítulo seguinte.

Mas, neste momento vale observar, sob ângulo o ângulo da consciência tecnocrática, produtora de certa coação e opressão, a fala de um dos moderadores da comunidade virtual:

“Entre as pessoas que se assumem “sedentárias” e as “fisicamente ativas” há uma grande diferença criada pelas pessoas em termos de estereótipo. Porque sempre, a pessoa “fisicamente ativa” é mais bem vista na sociedade, por causa dos valores de beleza que a sociedade “exige”. Implicitamente, ela tem uma vida mais “equilibrada”, por que trabalha, faz academia, caminha nas horas vagas, isso e aquilo outro. No entanto que o indivíduo “sedentário” é visto

quase como que a "escória da sociedade", é rotulado como aquela pessoa que não acrescenta nada à sociedade, nem nos dão a chance de esclarecer o q, de fato, [entendemos] é o sedentarismo."

No exercício da comunicação interpessoal, a fala de "sedentários assumidos" denuncia que, mediante a criação de dispositivos "capazes" de realizar a diagnose de sedentarismo, o movimento ideológico saudável tem gerado opressões e coações experimentadas por "sedentários assumidos" no cotidiano.

Numa explicitação da existência de distorção entre "o caráter que é imputado ao sedentário" e os "atributos que ele prova possuir", apoiados na idéia do eu-estigmatizado (o obeso) como central na perspectiva do sedentarismo, *"sedentários assumidos saudáveis"* tentam mostrar que discordam do movimento promocional de *generalização/homogenização de estilos*. Nessa perspectiva apontam que o "consenso de sedentarismo de origem tecnocrática" não se articula ao "consenso de sedentarismo de natureza comunicativa", no contexto estudado.

A despeito de reconhecer o rigor com que a normatividade tem construído situações opressivas no dia-a-dia de pessoas sedentárias (objetiva e/ou subjetivamente), a fala da dissonância apontada, pelos "executivos" da comunidade virtual, entre "o caráter mórbido que é imputado à identidade coletiva reflexiva de pessoa sedentária" e "os atributos de normalidade que dizem possuir", não deixa de ser um viés de reprodução da ideologia dominante.

Pois, é preciso pensar que ao se autorrelatarem saudáveis/normais e indicarem que autoexcluem-se do grupo que "precisa por a mão na consciência", reconhecem que há indivíduos e grupos outros, que sim, precisam atentar e agir de acordo com a "consciência tecnocrática"¹⁷; basicamente aqueles que estão em situação ou iminência de risco, e/ou se reconhecem vivendo em situação de mal-estar na realidade social.

¹⁷ Vale explicitar que por "consciência tecnocrática" tal como entende Habermas (Souza, 1997), é uma expressão que conjumina a idéia de que a técnica e a ciência, tem capacidade de construir um "tipo" de consciência para legitimação ideológica. Nesse sentido, a "consciência" (individual e coletiva) gerada com base na técnica e na ciência, não permite o estabelecimento da diferença entre normas internalizadas e apelos externos empíricos, ou em outras palavras, este tipo de consciência não registra a distinção entre questões prático-morais (normas aceitas intersubjetivamente e mediadas simbolicamente) e questões técnicas.

Nessa perspectiva, o discurso ideológico subjetivado não impede que “sedentários assumidos” tenham a percepção do processo de opressão e de estigmatização ao qual estão submetidos os “sedentários-doentes”; mas não deixa de construir certa alienação acerca de seus próprios argumentos em prol do exercício da autonomia em saúde.

Vale ainda abrir uns parênteses para refletir acerca da perspectiva da discriminação apontada pela fala destacada de “sedentários assumidos”. Nesse sentido, é importante dizer que, obviamente a discriminação proposta das políticas públicas saudáveis (no movimento promocional de elementos para a construção de vidas mais saudáveis) se utiliza de uma “noção positiva de discriminação”; não da simples discriminação na idéia deteriorada de estigmatização (Goffman, 2004).

Nessa perspectiva o que “sedentários assumidos” evidenciam é o efeito perverso, paradoxal, do uso enviesado do dispositivo discriminatório. Todavia, “antenados” com a tendência atual do emprego positivo da discriminação nas políticas públicas, “sedentários assumidos” se apropriam dessa tendência e empregam a noção de discriminação positiva para si mesmos; sofrendo, inclusive os efeitos perversos do silenciamento (“não nos dão a chance de esclarecer ...”).

Plantado o elemento reflexivo sobre a discriminação positiva, que nas políticas públicas tem sido entendido como um movimento projetado para construir espaço de reconhecimento e representatividade de certos grupos populacionais (socialmente desfavorecidos, marginalizados e/ou excluídos), no viés das políticas de identidade; agora, fechando os breves parênteses, retoma-se a reflexão acerca dos limites que são encontrados ao se tentar entender o que pretendem “sedentários assumidos”.

Na medida em que, a identidade de “sedentários assumidos” é um elemento aglutinador de interesses, mas não indica as categorias sociais às quais dizem/pretendem/reconhecem pertencer, torna-se claro que a faceta identitária de “sedentários assumidos” é um elemento que possibilita o estudo temático (do aspecto conceitual que identifica a pessoa), sócio-historicamente contextualizado. Todavia, apresenta certos impeditivos para o estudo da identidade-metamorfose-emancipação (Ciampa, 2007), pois, enquanto faceta apenas, que tem possibilitado os diversos agrupamentos sociais na internet, tanto não deixa vislumbrar a personagem assim como não define categorias sociais.

A sutileza conceitual de “categoria social”, apontada por Goffman (2004), mostra que “agrupamentos identitários” (que constituem “grupos de pertencimento” ou “grupos de ação” no cotidiano), não necessariamente, funcionam tal e qual categorias sociais (no sentido estrito, que pressupõe a capacidade para a ação coletiva, num padrão estável e totalizador de interação mútua).

Segundo este autor, nas relações intersubjetivas, parece ser mais comum que, os agrupamentos de pessoas em torno de comunidades ecologicamente consolidadas funcionem como espaços formadores de sentidos para a realidade que os agrupa (para os interesses que conduzem à formação de grupo), do que constitua uma identidade social (Goffman, 2004).

Essa diferenciação é importante, particularmente, porque a exemplo de “sedentários assumidos”, a identidade nos espaços virtuais, que organiza grupos de pertencimento na mídia social, é o elemento que parece não ter a força de coesão necessária para que venham a ser definidos em termos de categoria social.

Todavia, se parece plausível admitir que além de promover sociabilidade a atuação nas comunidades virtuais possa validar os saberes e práticas cotidianas relacionadas ao tema abordado nos jogos de linguagem, ou seja, que para além do uso ingênuo da comunicação (ou hedonista) possa haver um sentido político para estas ações sociais. Então é possível avançar no sentido de procurar sair da perspectiva das aparências conceituais de “sedentários assumidos” para conhecer algo mais da pessoa, que se conhece, até agora, apenas como uma noção de pessoa.

Agora, definido o sujeito dessa pesquisa, entre um dos “executivos” da comunidade de “sedentários assumidos”, aquele que foi indicado pelos demais como o mais adequado para o aprofundamento das questões de saúde e identidade; passa-se ao estudo de caso, numa tentativa de compreender a questão da identidade na sociedade da informação, através do seu elemento empírico: o personagem.

3.1 Aprofundando a questão da identidade, no procedimento de estudo de caso de perspectiva etnográfica

Dentre as várias maneiras de realizar uma pesquisa, o estudo de caso etnográfico é uma modalidade de pesquisa qualitativa que une características do 'estudo de caso' com a 'etnografia'.

Partindo da premissa que o estudo de caso é um procedimento de investigação exaustiva de um caso em particular (uma unidade), a fim de compreendê-lo enquanto instância singular, que, ao mesmo tempo em que possui dinamismo próprio, está inserida em uma realidade social específica; o interesse do pesquisador deve ser estudar a unidade em suas especificidades, o que não impede que ele atente ao contexto e às interrelações com o todo (Viégas, 2007).

Entendendo etnografia em termos de abordagem (da antropologia social descritiva) interessada em compreender crenças, valores, desejos e comportamentos dos sujeitos na experiência cotidiana, dentro do quadro de referências, "tendo como meta a observação e por finalidade geral os conhecimentos dos aspectos sociais" (Mauss, 1974); na perspectiva etnográfica, o estudo de caso busca combinar o interesse na compreensão do singular, dos contextos sociais e das interrelações com ênfase para a "descrição cultural".

Assim, o "estudo de caso de perspectiva etnográfica" representa uma tentativa de estudar o geral a partir do particular, numa combinação de compreensão do eu com a "descrição" da sociedade e da cultura, de seus valores e práticas, como mais do que a mera compilação de fatos externos ao pesquisador. Na busca por recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver uma idéia sobre a maneira como ele (ser-sujeito) interpreta o mundo (Bodgan & Biklen, 1994), o estudo de caso etnográfico visa contribuir com algo mais que a mera descrição dos elementos culturais, no viés individual.

Segundo Geertz (1989), praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, e assim por diante. Mas, é importante ressaltar, não são essas coisas, as técnicas e os procedimentos determinados, que definem o empreendimento; o que o define, é o

tipo de esforço intelectual, e o risco que representa a proposição de elaborar uma “descrição densa” (p. 15).

No interesse de compreender o movimento de transformação da identidade humana como um processo que busca a emancipação de situações de exploração e/ou opressão, o estudo de caso etnográfico da identidade humana, não parte de hipóteses, e nem visa generalizar as hipóteses que possam ser aventadas durante a investigação. Na intenção de compreender o humano, através do personagem que é construído na relação indivíduo-sociedade, as categorias de análise decorrem do próprio processo de investigação e, estas, são “peças singulares” para a descrição do “mundo” (cultural, social e histórico) que habita a pessoa em questão.

Considerando que a tecnologia da informação e comunicação contribui para o reconhecimento de que vivemos em um mundo multicultural, e que, então, vivemos num “estágio evolutivo da sociedade que tende a aumentar alternativas de opções identitárias” (Ciampa, 2002), a investigação da identidade, iniciada pela abordagem da identidade “sedentários assumidos”, representativa do tensionamento entre teoria e práxis de hábitos e estilos de vida saudáveis, agora, impulsionada pela pergunta “quem sou eu?”, pretende colaborar para exemplificar o processo de busca de individuação (como uma forma de emancipação) através do ativismo em comunidades virtuais.

Partindo da perspectiva etnográfica, o estudo de caso de apenas um dos “sedentários assumidos”, é uma tentativa de sair do plano da “faceta identitária” (da identidade coletiva reflexiva) para, conhecendo o personagem, poder realizar um estudo de identidade-metamorfose-emancipação (Ciampa, 2007).

O que se espera, também no espaço virtual, é que ao demandar uma resposta para a pergunta “quem sou eu?”, seja gerada uma demanda interna, de ordem reflexiva, para “organização sequencial” de elementos considerados relevantes e/ou pertinentes (ainda que muitas vezes estes eventos não sejam relacionados entre si) para formar uma história coerente sobre si. Na aparência da simplicidade, a construção da narrativa autobiográfica, que procura responder a pergunta “quem sou eu?” não é um processo simples, assim como não é simples a proposta de análise/interpretação da narrativa que se compõe a partir dessa pergunta.

A complexidade que envolve a técnica de coleta de dados a partir da narrativa da história de vida, e que permite entendimento entre indivíduos pressupõe o

envolvimento de uma série de processos de diversas naturezas; a interação, isto é, o “elo intersubjetivo” que possibilita toda a ação dos atores que se comunicam livremente e em situação de simetria.

O ato de entrevistar utilizando os meios eletrônicos que traz uma “escuta” e uma “narrativa” outra, diferente da entrevista face-a-face. Desse modo, coloca no centro da comunicação a questão da interpretação da forma narrativa (documentos de diversa natureza), antes mesmo da interpretação do que é narrado. Assim sendo, podemos considerar que a narrativa na virtualidade vai além do ato de contar e de ouvir a história de vida, requer conhecimento dos elementos simbólicos utilizados para a comunicação, requer entendimento dos significados dos elementos de linguagem utilizados a cada troca de mensagens e, requer o esclarecimento contínuo acerca da própria interpretação.

Vale dizer que no campo virtual é possível que o elemento narrativo seja confeccionado em tempo real ou não, o que introduz elementos novos à técnica investigativa (como a possibilidade de reformular, repensar, reorganizar, ou mesmo, omitir, falsear, etc sem que o entrevistador possa ter acesso aos motivos e interesses das transformações). Pode-se perder, nesse sentido, algum dado relevante para a análise qualitativa. Pois, a história contada pode passar por um processo “regulação consciente”, no sentido em que a construção intimista do relato oferece tempo para que o autor maneje de forma mais crítica seu conteúdo.

Entretanto, independente do processo de construção da narrativa, do maior ou menor controle do eu-autor sobre os dados emitidos, de qualquer modo, ao tentar responder “quem sou eu?”, a história construída (em coerência com atributos reais, ou não), será a tentativa de mostrar “quem quero ser?” para o receptor e contexto específico. Pois, a cada demanda de apresentação de si para um estranho, surge a possibilidade de construir uma história diferente, com ênfase nos aspectos e atributos que sejam mais convincentes e/ou adequados para o que se pretende dar a conhecer. Dessa maneira, o relato autobiográfico, em tempo real ou não, suscita uma série de dúvidas, tanto para o emissor/autor como para o receptor/pesquisador, pois;

“Ao tentar falar quem sou (presente) imediatamente me remeto para minha história de vida (passado); para falar quem quero ser me volto para meu projeto

de vida (futuro); descubro-me como metamorfose, ao mesmo tempo em que, de alguma forma, quero compreender o sentido de minha vida. O que desejo, meu projeto de vida, expressa realmente minha individualidade (autonomia), ou estou querendo o que querem que eu queira (heteronomia)? Quando falo de “nós” (por exemplo de “nós psicólogos”) falo de um coletivo homogêneo (“nós todos”)? Ou falo de uma parcela dos psicólogos com os quais me identifico e/ou sou identificado (“nós outros”)? (Ciampa, 2009. ABRAPSO)

Diante de tantas possibilidades de interpretação de si mesmo, tal como mostra Ciampa (2009), a construção da narrativa da história de vida é um processo complexo, que, para além do meio de expressão/comunicação, demanda do “contador da história” (eu-autor) a realização de uma série de escolhas, algumas conscientes outras, nem tanto. Do outro lado, do “eu-pesquisador” demanda - se que a interpretação das identificações e dos movimentos identitários seja realizada em conjunto, numa ação dialógica que busca o entendimento mútuo. Enquanto ação comunicativa pode-se dizer que o relato da história de vida via internet só pode ser considerada comunicada de maneira eficaz, quando a compreensão do receptor coincide com o significado pretendido pelo emissor.

Além da complexidade envolvida na interpretação da narrativa, nessa pesquisa, a proposta de mudança de foco da questão temática abordada na identidade coletiva reflexiva de “sedentários assumidos” para o enfoque de “May-uma personagem na sociedade da informação” não foi um movimento simples. Passar a dialogar com May de modo mais amplo, não dirigido, em direção à inclusão das demais identidades coletivas do tipo projetivas e reflexivas, para conhecer a personagem, demandou não apenas do sujeito mas também do pesquisador a apresentação de outras facetas da identidade.

Quando se quis aprofundar a questão da identidade da pessoa de carne e osso que, inicialmente, se deu a conhecer através da identidade coletiva reflexiva de “sedentários assumidos” nas comunidades virtuais, numa proposta de aprofundar o conhecimento sobre a pessoa, em suas outras facetas, e tentar construir uma “idéia de personagem”, vale explicitar, foi imprescindível que o ator social na virtualidade se dispusesse a comunicar algo mais que um conceito de pessoa; tal como se observa abaixo:

“Quem eu sou? Sou a May, tenho 46 anos (mas pareço ter 33, segundo meus alunos...rsrs...), sou professora de inglês, tenho 1,70 e peso 75 kg. Sou amiga, organizada, eficiente, carinhosa, exigente, um pouco mandona e bastante crítica. Enfim, me acho bonita, inteligente e simpática. Gosto da minha vida. Não gosto de falar de mim...rsrs...só sei que eu me amo, como dizia aquela música do Últrage a Rigor, ‘eu me amo, eu me amo, não posso mais viver sem mim’...rsrs..

O questionamento acerca da identidade, que remete o eu-autor virtual a pensar sobre a pergunta “quem eu sou?”, nas bases que parecem ser as melhores para a pesquisa e para o contexto, conforme se observa, remete à idéia comum de identidade, na noção individualista de identidade-de-si, com ênfase nos atributos dos quais parece se orgulhar. Vale lembrar que esta noção (individualista) que conhecemos, se ancora nas chamadas fontes ortodoxas do *self* da tradição filosófica ocidental, cuja gênese, desde os gregos até os dias de hoje, configurou uma noção de identidade individuada, destacada do coletivo – singularizada, estabilizada e que se define reflexivamente (Taylor, 1994). Nessa perspectiva a identidade que May coloca à disposição, nesse momento e contexto relacional, oferece uma visão do eu na vida cotidiana.

Ao iniciar o autorrelato da identidade, entre os vários elementos que poderiam ser lançados para responder a questão, o autor elege os que, para Lawler (2008), introduzem o aspecto da inteligibilidade. Inteligibilidade, esta, que, a exemplo das narrativas históricas, organizam as ações humanas, construindo significado para elas, tornando seu “mundo” inteligível (possibilita a apropriação do “estranho”, por ser alheio, no sentido de diminuir a distância cultural e de outras dimensões).

Falar da narrativa de história de vida em termos de inteligibilidade, numa vertente identitária, corresponde a falar da “representação do eu na vida cotidiana”. Tomando dois princípios básicos da organização social, descritos por Goffman (1959/1983),

“A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a

este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é.” (p.21).

Nesse sentido, tornar-se inteligível é, antes de qualquer coisa, a comunicação de sua posição no mundo, a explicitação de que pretender ser interpretado (compreendido, tratado) conforme o que refere ser.

Depois de “já nos conhecermos” através das muitas mensagens trocadas - sobre a questão do sedentarismo, sobre seu objetivo ao criar comunidades virtuais, sobre possibilidades emancipatórias na rede etc. -, May responde a pergunta “quem eu sou?” buscando confirmar que é de fato o que diz ser. Num movimento de solidariedade, ao declarar não gostar de falar sobre si, não fecha a possibilidade de comunicação, uma vez que indica que seus dados estão disponíveis em forma de dados anexados ao seu perfil na página pessoal de relacionamento (em forma de entrevista, vídeos, fotos, recados e depoimentos).

Buscando confidenciar/construir sua narrativa de história pessoal, em resposta à demanda do eu-investigador, além da abertura dos dados privados (bloqueados a estranhos) na página pessoal, May convida à visualização de suas atividades em comunidades virtuais outras, que não apenas a de “sedentários assumidos”:

“Se puder entre nessas duas comunidades que te falei irá observar vários tipos de comportamento é interessante (...)”.

Esse convite não é arbitrário, pelo contrário, é indicativo da confiança e entendimento mútuo construídos entre sujeito e pesquisador. Sabendo que o eu-pesquisador se declara psicólogo, a abertura do novo espaço para conhecimento da May-personagem é alinhada com interesse que ela supõe pertencer ao campo da psicologia, ou seja, “observar comportamentos”.

Vale dizer que a inclusão consentida dos dados “pré-fabricados” da narrativa da história de vida, demanda a retomada das entrevistas, agora em bases dirigidas, buscando compreender os sentidos e significados que o sujeito atribui às experiências disponibilizadas nos outros espaços virtuais freqüentados. Pois, na internet, as informações em diversos formatos, oferecem a possibilidade de ilustração e mapeamento das atividades do personagem, todavia são elementos que demandam a “decodificação” de seu autor.

Nos espaços virtuais toda a sorte de documentação é validade para possibilitar a comunicação, criar vínculos, e tornar “real” aqueles que são conhecidos apenas através dos meios eletrônicos. Assim, dados escaneados da realidade tradicional e outros, produzidos dentro dos limites dos formatos eletrônicos, são elementos constituintes da “voz” do sujeito.

Como explica Auge (2006), em ambientes onde as pessoas se relacionam apenas como indivíduos e não está em jogo nada além de sua identificação pessoal (por exemplo, como consumidores, passageiros, usuários de serviços), sua “projeção de identidade”¹⁸ só é solicitada nos momentos em que entra e sai destes lugares (não lugares). Nestes lugares a identidades não tem a mesma significação social que em espaços antropológicos. Não se trata de uma frustração de intencionalidade, mas apenas se trata de uma questão de delimitação do interesse, posto que os não-lugares, como espaços construídos numa dimensão outra assim como no concreto, não tem a mesma ambição de criar espaços e organizações sociais, pois são apenas espaços de passagem, um meio e não um fim em si mesmos.

Segundo Auge (2006) não-lugares são espaços mediadores de uma grande diversidade de relações de massa, sem estar diretamente ligada ao “propósito” pelo qual as pessoas se inserem nele.

Nessa perspectiva, na intenção de contar a história de si, May combina a apresentação de suas “projeções de identidade” (criadas para das acesso à não-lugares) com sua identidade definida nas/pelas interrelações no tempo histórico e sociedade concreta. Pois, segundo Auge (2006) inseridas em não - lugares, em situações cotidianas onde nem a história, nem as relações nem as identidades são significativamente relevantes, a indiferenciação demanda das pessoas que

¹⁸ “Projeção de identidade” entendida aqui como um elemento de identificação que não precisa dar a conhecer a personagem, ou dar uma definição mais abrangente da pessoa de carne-e-osso.

pretendam se diferenciar que busquem dar sentido para suas identidades num movimento de retorno aos “lugares antropológicos” – onde a identidade, os contextos sociais e a história, sim, são aspectos relevantes para o reconhecimento da pessoa que dá a conhecer.

No movimento de se fazer inteligível, o personagem de May mostra que o sedentarismo é um elemento marginal na sua identidade, como se fosse um atributo e, nem mesmo uma característica ou interesse central na construção do “avatar”¹⁹, a identidade coletiva reflexiva de sedentária tem relevância relativa na construção da identidade de May, na mídia social, como ela mesma declara:

“Eu participava da comunidade, um belo dia entrei lá e tinha mais dono, aí veio uma mensagem: quer assumir a propriedade? Aí, eu cliquei no sim. Eu já tinha adotado a ideia quando entrei na comunidade, nem mudei a descrição, só omiti algumas coisas, por exemplo, tinha ‘tomar uma cerveja’ na descrição. Como sou adventista, eu não bebo, então eu tirei essa parte.”.

Explicitando que a questão do sedentarismo já passava pela zona de interesse e, como “adoção da causa órfã”, passa a configurar entre as demais identidades-conceito que compõem uma noção de pessoa multifacetada na internet. Para melhor dar-se a conhecer, May relata que participa no mesmo nível (entre os executivos da comunidade virtual) em outros fóruns de discussão. Assim, conta em quais outras comunidades aparece como criadora ou moderadora:

“Eu modero quatro grandes comunidades no Orkut a Oficial da Rede Globo de Televisão, Eu Amo e Acredito em Deus, Não Vivo Sem Perfume e Ficar de Pijama o Dia Inteiro. Eu criei apenas uma comunidade que é pequena: Abaixo o Voto Obrigatório! E assumi duas outras cujos donos as abandonaram: Eu Queria ser a Jeannie e Sedentários Assumidos. Em todas elas eu me tornei

¹⁹ “Avatar vem do sânscrito *Aval*, que significa “Aquele que descende de Deus”, ou simplesmente “Encarnação.” (acessado em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Avatar>). Enquanto “encarnação” a representação de si como personagem virtual, ganha certa autonomia, pois o roteiro da interação social escapa do controle estrito do eu-auto, de seu projeto original.

moderadora devido a minha participação e a convite dos donos delas que se tornaram meus amigos.”

Mapeando os movimentos de seu personagem, na internet, na noção individualista característica comum das identidades em não-lugares, enquanto elemento ilustrativo do “estilo de vida” vivido na virtualidade (assim como fora dela), May (eu-autora) comunica o que percebe, em sua prática e atividade nas comunidades virtuais, ser o mais importante ou essencial para ser comunicado, diante da intenção de mostrar sua personagem, no mundo virtual (Fearon, 1999).

No manejo intencional das informações para a construção da história de vida, que se faz escolhendo apresentar afiliações e “pertencimento” a determinados agrupamentos sociais, dá a conhecer quais são seus principais interesses. Assim procedendo, May tenta se fazer inteligível, ou seja, busca explicitar como concebe sua identidade dentro da sociedade da informação e como, orientada por essa concepção de si mesma atua “seu modo de vida pessoal”.

Para Fearon (1999), no discurso popular a questão da identidade é frequentemente interpretada como uma questão de “estilo pessoal”, e evoca ou expressa a posição social e cultural do sujeito. Ou seja, a pergunta “quem sou eu?” comumente leva o eu-autor da resposta a explicitar algo que entenda (tenha consciência) que o distingue dos demais, como: a maneira de vestir de falar, preferências em termos de lazer e cultura etc.

Note-se, então, que no momento em que se demanda a May a construção da história de vida, a construção da personagem passa pela apresentação das diferenças, em termos dos atributos que a distingue dos demais, e também pela apresentação do seu “papel social” que pode ser compreendido não apenas através dos grupos a que pertence (das projeções de identidade coletivas), mas igualmente, através das posições que ocupa dentro dessa rede; elemento perceptível através do mapeamento de sua atividade junto às comunidades virtuais, ou seja, na construção de suas identidades coletivo- reflexivas (Recuero, 2004).

Na perspectiva de mostrar os papéis/ posições que ocupa na mídia social, May informa que participa ativamente de “espaços formados para certos fins”, e “espaços formados para estabelecer relações interpessoais”. No primeiro, como “espaços formados com fins outros, que não em si mesmos”, como comunidades

virtuais que auxiliam na composição de uma imagem ampla dos diversos interesses de May, não há a pretensão de dar materialidade à identidade, que se limita a dar a conhecer uma projeção de identidade. Nesses espaços, ela não atua. No segundo caso, “espaços formados com finalidade em si”, espaços formados para ampliar a possibilidade de sociabilidade, May experimenta a possibilidade de criar sentido para a ação de comunicação realizada. Nessas comunidades virtuais, os atos de fala de May (imagens formadas e demais recursos comunicacionais) pretendem ser construtores de sentido, realidade e materialidade. Nestes espaços atua e ocupa posição de “executiva”.

Observe-se como May interpreta sua participação em “lugares relacionais”, formados para fins em si mesmos:

“Na verdade, eu acho as mídias sociais um espaço super-democrático e uma fonte de aprendizagem para quem quer aprender. Na própria comunidade da globo, há vários membros que já me disseram que aprenderam noções de organização e ética na internet comigo. Não que eu tenha ensinado nada, [eles aprenderam] apenas observando a maneira como posto e/ou trato as pessoas. Acho isso legal, me sinto orgulhosa por ajudar quem quer que seja. Eu também aprendo muito ali.”

Agora, veja-se como May interpreta sua participação em “espaços formados para certos fins”:

“fiquei feliz por ter entrado p/comunidade da Globo como moderadora, principalmente porque isso criou um vínculo meu com a emissora que acompanho desde pequena a Globo faz parte da minha história e agora tenho uma participaçãozinha na história dela também. Minha inserção deu-se porque através da minha atuação como moderadora, uma pessoa do Centro de Comunicação da Globo entrou em contato comigo para perguntar se gostaria de receber informações diretamente deles para postar na comunidade depois fui convidada p/festa de abertura da novela Caras & Bocas. Depois conseguimos convites p/o Criança Esperança p/distribuir aos membros da

comunidade e por aí vai, estamos trabalhando juntos para haver uma interação cada vez maior entre a comu e a emissora pois todos lá são fãs. temos tópicos de membros da comunidade com fotos dos globais. temos um tópico de reconhecimento da emissora onde postamos todos que já participaram ou fizeram alguma matéria p/o site, ou para a emissora, e por aí vai”.

Nesse ponto da narrativa, pode-se dizer, May abre espaço para pensar que, nos lugares virtuais que ocupa (nos espaços construídos para estabelecer interrelações), sua ação é comunicativa, construtora de sentido para a vida social que ali estabelece; enquanto nos não-lugares que ocupa (espaços formados para certos fins) sua ação é estratégica, construtora de caminhos viáveis para que se alcance o fim desejado/projetado.

Assim, para realizar a identidade pretendida, o personagem lança mão da competência comunicativa e do agir estratégico. Ou seja, no processo de tornar real o projeto identitário, a ação estratégica combinada com a pretensão de validar práticas e saberes, são elementos fundamentais para que os “executivos” da comunidade virtual da emissora de televisão reconheçam como válida a identidade de May. No contexto dado, vale ressaltar que “estratégias” e “produção de sentido” são elementos fundamentais no processo de realização da identidade (Fearon, 1999).

Retome-se a fala de May sobre sua atuação junto ao “espaço formado para certos fins” ao qual dedica grande parte do tempo dedicado às ações de comunicação na internet:

“apenas fiquei feliz por ter entrado p/comunidade da Globo como moderadora, principalmente porque isso criou um vínculo meu com a emissora que acompanho desde pequena a Globo faz parte da minha história e agora tenho uma participaçãozinha na história dela também (...) o que queria já aconteceu que é ter a oportunidade de conhecer alguns artistas globais quero ainda ir conhecer o projac”.

Nesse momento dialógico torna-se claro que a incursão estratégica de “May da Globo” nessa comunidade traz a intencionalidade de realizar um projeto de vida. Compreendendo que o projeto de May é um projeto de vida da “pessoa real”, como possibilidade identitária realizável em situação concreta, é óbvio que depende do reconhecimento do(s) outro(s) significativo(s) para vir-a-se concretizar.

De fato, a observação do álbum fotográfico de May, assim como outras formas de registro disponíveis na sua página pessoal, tem demonstrado que o projeto identitário está se realizando. “May da Globo” já não é apenas um projeto possível, é uma dimensão da identidade que se concretiza. Observe-se a comunicação de May à respeito da realização do projeto identitário, no plano da realidade social:

“Ana querida, tudo bem? Desculpe a minha ausencia, essa semana estah muito corrida para mim. Ganhei alguns lugares no programa do Jo para distribuir p/o pessoas da comu da Globo, entao nas minhas horas vagas tenho me dedicado a isso...eu vou p/gravacao do programa na segunda, dia 29/03/10. Estarei lah na porta do estudio as 15:30hs. Quer ir? Se quiser, eu posso tentar arrumar mais um lugar para voce. Recebi seu e-mail sim, mas nao tenho lido emails, deve ter uns 200 na minha caixa...logo colocarei tudo em dia...rsrs...”

Interessante notar, que espaços formados na virtualidade são opostos à idéia utópica de algo inatingível, eles existem e são espaços sociais, ainda que neles não habite nenhuma sociedade orgânica (Augé, 2006)²⁰. Considerando que “espaços formados não como um meio, mas para certos fins”, são não-lugares, são espaços onde pessoas apenas transitam, são espaços de passagem para um fim outro, como estações de metrô, aeroportos, vias e rodovias etc. Nessa perspectiva, por serem lugares onde nenhuma das esferas da organização social, assim como a história pessoal e a identidade não são questões relevantes; então, não-lugares parecem ser espaços estratégicos ideais, para diversos fins.

²⁰ ‘the non-place is the opposite of Utopia: it exists, and it does not contain any organic society. (Augé, 2006:p.90).

Diante do caso estudado, no qual observa-se que a partir de sua inserção e participação ativa uma dimensão de seu projeto de vida se concretiza, pode-se dizer que May demonstra, através de sua história de vida, que estes lugares estratégicos podem se constituir como espaços propícios para que a pessoa de carne-e-osso possa criar novas possibilidades emancipatórias, concretas. Note-se que ao buscar responder “quem sou eu?”, de maneira nada arbitrária, May fala de sua história na internet (pois esta é a dimensão social onde se realizam as entrevistas), e constrói sentido para suas ações, seu ativismo na mídia social.

Não surpreende, então que, ao ser solicitada a responder a pergunta “quem gostaria de ser?”, May tenha lançado mão de personalidades “mito”, pessoas de carne e osso bastante conhecidas através das comunicações das mídias de massa, para projetar um futuro utópico:

“Quem gostaria de ser? Eu gostaria de ser eu mesma (personalidade e caráter) com o visual da Gisele Budchen, a grana do Steve Jobbs, o poder do Obama, o marido da Angelina Jolie, a bondade da Madre Teresa de Calcutá, sem filhos mesmo, adoro crianças, as dos outros, não tenho vocação para maternidade...rsrs...”

Na projeção da identidade utópica, May parece manter o que pode ser entendida como essência “personalidade e caráter” e adiciona características valorizadas que reconhece em outros significativos para ela: outros midiaticamente dados a conhecer. Embora a resposta seja fantasiosa e parecer ser aleatória, a projeção identitária encerra significados, na perspectiva do eu-autor.

Projetando um devir outro, em meio à organização repleta de “celebridades”, “famosos” e afins, a projeção de processos emotivos e mentais, e percepções que permanecem no mundo interno, externalizados, podem ser utilizados para dar forma ao nível de projeção que gostaria de alcançar no mundo Global idealizado, enquanto desejo utópico. Vale pontuar que essa é uma hipótese.

Embora possa ser evidente que a construção de uma identidade-utópica mobilize recursos, pessoal e socialmente, valorados e também mobilize desejos, utopias e outros aspectos subjetivos, individuais e coletivos; o personagem que “ri

de si mesmo”, reconhece que há limites claros entre fantasiar uma identidade e pretender realizar uma identidade.

Conhecedora dos limites da fantasia, May entra na sociedade da informação e cria um personagem emblemático. Pois, na medida em que, vislumbra certa possibilidade emancipatória na atividade nas comunidades virtuais, no sentido em que a aproxima da organização social que refere fazer parte da sua história de vida (da formação do eu), e pode tornar real, um aspecto até então utópico, do seu projeto de vida; a metamorfose do personagem (a criação da “May tecnologicamente competente”) possibilita o desenvolvimento/adaptação da competência comunicativa, a apreensão do valor estratégico existente em não-lugares, e assim, a ação singular nas comunidades virtuais de interesse, como movimento em busca da individuação, na dimensão concreta.

3.2 Conversando com o personagem sua atuação nas salas de bate-papo: para tentar desvelar o que pode estar sendo velado no “ativismo em comunidades virtuais”.

Parece óbvio que o desejo de comunicar-se faz parte de cada um de nós, a tal ponto que a comunicação possa ser considerada uma necessidade vital, da qual nem nos apercebemos.

Na perspectiva habermasiana, a busca da emancipação através da comunicação lingüística, do diálogo sem coações externas, constitui uma saída para a alienação, para a afirmação da individualidade do sujeito e para a recuperação da autonomia da sociedade. A solidariedade, na ação comunicativa, é algo que remete à formação do indivíduo: pressupõe o pensar, o agir e o comunicar, buscando o diálogo e o entendimento mútuo, através do melhor argumento. E, além disso, pressupõe que os sujeitos, especialmente competentes comunicativamente, orientados na solidariedade, possam agir em nome de si mesmos e em nome do todo social com o qual se alinha.

Nesse pensar, o agir comunicativo cria a possibilidade de construção de diversas formas de solidariedade no “mundo da vida”, a partir de sujeitos autônomos e comunicativamente competentes, capazes de discutir e revalidar as regras sociais e, revitalizar a própria sociedade (DeLuiz, 1995). Pois, pode-se dizer que, idealmente, os processos de comunicação devem possibilitar o questionamento da racionalidade instrumental.

Considerando que uma importante função da ideologia - sustentada por discursos normativos, embasados na racionalidade instrumental, e proferidos por instituições que lhe correspondam - é a de “impedir a abertura de debates e de discursos práticos. Nesse sentido, a tematização dos discursos teóricos por atores sociais comunicativamente competentes (ou seja, por indivíduos capazes de obter reconhecimento da validade de seus discursos práticos) teria o potencial de “romper” com a ação impeditiva da tematização e a comunicação pública sobre certas temáticas.

Efetivamente, o agir estratégico verticalizado, orientado na consciência tecnocrática, constrói na realidade social discursos práticos empobrecidos, que fundamentalmente são a reprodução reducionista de suas normas. Assim, ao se abordar a interface identidade-saúde, através do olhar de “sedentários assumidos” é importante considerar que os discursos práticos sobre o qual se apóiam na pretensão de validar suas práticas cotidianas, como reprodução empobrecida dos discursos normativos, não devem ser vistos como fruto de disposições estritamente objetivas, ou eminentemente subjetivas.

Na medida em que as políticas públicas saudáveis combinam estratégias e, trabalha na noção de responsabilidade múltipla, os discursos teóricos sobre o estilo de vida sedentário não são, para nada, desarticulados dos discursos da *práxis*. Ainda que, o discurso teórico, num modelo de comunicação ideal da razão estratégica, remeta a uma ordem social ainda inexistente e, o discurso prático remeta ao senso comum, cuja validade da generalização da experiência particular é questionável; desarticulados, apenas se limitam a ser utópicos.

Enquanto em relação aos discursos teóricos (no ideal) não deve caber a dúvida acerca da verdade e facticidade das afirmações feitas pelos praticantes da ação estratégica, aos discursos práticos correspondem pretensões de validade; todavia, ambos demandam ações orientadas na competência comunicativa. Pois,

“as estruturas normativas não seguem simplesmente a linha de desenvolvimento do processo de produção, nem obedecem simplesmente ao modelo dos problemas sistêmicos, mas têm – ao contrário – *uma história interna*” (Ciampa, 2007: p.215. grifos no original).

Se é verdade que nas sociedades modernas complexas, no lado ocidental pelo menos, os indivíduos querem “ser o mundo”, querem eles mesmos interpretar, produzir e divulgar a informação, por e para ele mesmo, assim como querem produzir informação, querem comunicar e validar suas práticas cotidianas, pensamentos e idéias junto aos outros Augé (2006). Então, nessa perspectiva e orientados na noção de que as estruturas normativas seguem, também, uma “história interna” (Ciampa, 2007), vale dizer que para produzir o movimento de adesão aos hábitos e estilos de vida mais saudáveis, as teorizações das relações causais precisam não apenas demonstrar que as evidências são corretas e adequadas, verdadeiras e factuais, como precisam também produzir sentido, para tornarem-se válidas e convincentes.

O desafio da construção do sentido é algo que enfrentam, também, os discursos práticos. Pois para se tornarem válidos, precisam assegurar que os participantes da ação comunicativa (no caso das discussões nos fóruns das comunidades virtuais, dos jogos de linguagem) estejam sendo sinceros no que estão comunicando (Gonçalves, 1999).

Na teoria de comunicação de Habermas (1987), o teor da sinceridade do ator que se comunica, se traduz em termos de pretensões de validar o que diz ser é a representação da verdade, é legítimo e também é verídico. Pode-se dizer que os discursos práticos tentam assegurar os mesmos princípios de verdade e fato dos discursos teóricos, mas traz a perspectiva da pretensão, ou seja, precisa produzir um consenso compartilhado de sentido.

Vale pontuar que no âmbito da interação social, o aspecto da validade do discurso, como pretensão do sujeito que fala (emissor), depende da percepção dos outros (receptores) de que os três pressupostos de validade estejam sendo cumpridos. No contexto grupal, vozes geralmente silenciadas podem ganhar força,

articulando fala e escuta, e os participantes podem complementar ou contrapor pontos de vista, aprofundando a discussão. Nesse sentido, os encontros em grupo, em si mesmos, têm o potencial de romper com a dinâmica de silenciamento das experiências práticas: como o processo impositivo de silenciamento, realizado mediante a subestimação das práticas cotidianas e a superestimação da normatividade.

No contexto grupal todos os atores falantes pretendem que sua comunicação seja válida, pois isso indica que o ator está sendo reconhecido segundo suas pretensões identitárias, ou seja, que seu discurso é válido porque também prova que a pessoa-falante “é o que parece ser”. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a transformação do indivíduo em sujeito (ator social) não se dá através de um ato solitário de auto-reflexão, mas, sim, é resultante de um processo de formação que se dá em uma complexa rede de interações sociais (Ciampa, 2009).

Desse modo, “militar” ou dialogar nos fóruns de discussão das comunidades virtuais, enquanto contextos grupos interativos, deve contribuir para a transformação do indivíduo em ator, ou seja, torná-lo reconhecido pelo seu grupo de pertencimento. Assim sendo, a atividade nas salas de bate-papo, pelo menos potencialmente, podem constituir uma saída para a afirmação da individualidade do sujeito naquele agrupamento social.

Quando se indaga aos atores sociais sobre “porque vivem no mundo em que vivem” e “ qual o lugar que nele ocupam”, as pessoas defrontam-se com limites objetivos, impostos pelas condições históricas atuais, e obstáculos subjetivos que pedem entendimento para que sejam superados (Patto, 1997, p. 60). Observe-se como se posiciona May, quando perguntada acerca do por que “lhe interessa viver no mundo virtual” :

“Eu acho que é [interessante] comunicar-se com pessoas que tenham o mesmo interesse no tema que você. Tornar-se amigo de algumas dessas pessoas é consequência das afinidades detectadas durante essa comunicação via forum. Eu acho que o Orkut é um canal de higiene mental. Para mim é um hobby como sair com amigos, viajar, etc...acho divertido e já fiz muitas amizades verdadeiras, inclusive que conheci pessoalmente. Uma das comunidades que eu participo, a Anos 80 II organiza Orkontros em todo o Brasil e eu tive a

oportunidade de participar de um deles que ocorreu no ano passado em São Paulo (tem fotos no meu álbum, pode ver a vontade). Foi muito bacana conhecer pessoalmente aquelas pessoas de quem eu já era amiga. Foi como rever antigos amigos sendo que os estava vendo pela primeira vez...rsrs...”

Observe-se que o primeiro “porque viver no mundo virtual” referido, diz respeito ao interesse de ampliar suas possibilidades de comunicação entre iguais (pessoas com o mesmo interesse temático). Nesse ponto é interessante questionar porque buscar por iguais na rede? Será que May não encontra iguais na realidade concreta? Serão mesmo iguais, no sentido de manter os mesmos interesses, todos os que se dizem “sedentários assumidos”?

Com efeito, aqui existe um limite, a pesquisa realizada via computador, com pessoa desconhecida não possibilita tentar responder nenhuma das duas perguntas iniciais, pois nada se sabe de sua posição no mundo concreto (nada se sabe da característica de seus grupos de pertencimento na realidade concreta). Mas, considerando que sua peregrinação pelas comunidades virtuais seja uma tentativa de “encontrar com iguais”, nesse sentido pode-se pensar que May parte para a interação social de algum modo motivada por um certo “sentimento de solidão”. Sobre a primeira motivação de May, a do encontro com pares, nada mais que hipóteses podem ser aventadas.

Para a questão da igualdade identitária entre “sedentários assumidos” parece plausível dizer que, não necessariamente “sedentários assumidos” são pares. Como identidade coletiva reflexiva²¹ pode-se dizer que sim, pois todos aqueles que optam livremente por participar dos fóruns de discussão inseridos na comunidade virtual habilitam-se a tomar parte dos processos de comunicação, em forma de jogos de linguagem. Todavia, não é possível saber o interesse da razão (se do tipo comunicativa ou estratégica) dos diversos “sedentários assumidos” se inserem no jogo.

²¹ “no sentido de ser fundada na consciência de ter oportunidades iguais e gerais para tomar parte nos processos de comunicação, nos quais a formação da identidade tem lugar como processo contínuo de aprendizagem.” (Ciampa, 2007: p.224)

Do ponto de vista da “higiene mental”, pode-se interpretar que “May- sujeito” busca na rede de comunicação social virtual, manter-se saudável, pois interpreta saúde como um elemento psico-afetivo relacionado à possibilidade de participação/inclusão social. Observe-se a mensagem postada na sua página pessoal:

“Fui ao médico hoje e o cardiologista constatou que eu tenho você no coração; o médico que cuida da área do sono, me disse que sonhar com você me faz bem! O psicólogo disse que pensar em vc é bom! O fonoaudiólogo disse que falar e ouvir seu nome é ótimo! O fisioterapeuta disse que caminhar em sua companhia, mesmo que no subconsciente, é bom mas tive um alerta - disseram que ficar longe de vc é péssimo para minha saúde! E que sentir sua presença, mesmo pelo pc, é o melhor remédio. E receitou teu carinho de hora em hora, em uso contínuo. Por isso eu dependo da sua amizade e do seu carinho! Promete que vai cuidar da minha saúde? Boa semana!!!”

Entendendo a comunicação como uma (re)tomada do laço da amizade, como se estivesse dizendo “conte comigo como eu conto com você” – um movimento de solidariedade confessa, comum nas interações sociais mediadas por computador -, sobre a razão desse movimento é preciso considerar a existência de pelo menos dois interesses, mais ou menos conscientes, envolvidos na ação de “postar” a mensagem. Segundo Gadea e Sherer-Warren (2005), a participação do ator social nas comunidades virtuais é movida por um lado, pela intenção de criar espaços para a participação cada vez mais perceptíveis e, por outro lado, visa garantir o respeito às diferenças individuais e ao pluralismo.

Assim, pode-se dizer que na busca pela individuação a partir da auto-inclusão social, o agir solidário no mundo virtual, parece ser o que melhor traduz o “por que” das práticas virtuais de comunicação social de May. Note-se que vir-a-ser reconhecida por seus atributos individuais, singulares, é uma intencionalidade inerente à identidade, no sentido comum.

E, no caso da identidade coletiva reflexiva de pessoa sedentária, o que, no entendimento de May, pode significar deixar-se identificar como alguém

“assumidamente sedentária”? Observe-se o que, na perspectiva dela, sucede na interação social na virtualidade:

“Bom, assumir essas identidades no mundo virtual é mais fácil, pq não temos tanta discriminação por partes das outras pessoas leigas no assunto, tipo pessoas que associam a idéia do sedentarismo a uma vida não saudável (não que seja rs). Mas esse modo de viver que escolhemos e, sabemos tem suas vantagens e desvantagens na nossa vida.”

Na percepção de May, as interações no mundo virtual estão submetidas a uma menor intervenção de valores e normas importas transversalmente e, nesse sentido, constituem espaços onde as interações se desenvolvem com base no entendimento mútuo. Enquanto espaço formado para a comunicação – não apenas para a projeção da identidade -, onde saber comunicar-se significa estar aberto à compreensão do sentido do que se observa nos discursos práticos; poder “ouvir” e poder “falar”, sem assimetrias em termos de poder, em cada situação de “fala”. Nesse pensar, é possível dizer que, pelo menos para ela, a comunicação através da mídia tecnológica têm se constituído como um modelo comunicativo quase ideal, habermasiano.

Não obstante, não é possível generalizar e interpretar que agrupamentos interativos não concretos, são espaços comunicativos ideais. Entre outras coisas, porque nem todas as comunicações realizadas nesse modo de interação social alcançam ser “ouvidas”. Note-se o relato de May acerca de “como”, em determinadas situações, certa assimetria de poder se faz visível na roda de conversa virtual:

“Nas [comunidades] que eu participo temos sempre a regra de que não permitiremos preconceito ou discriminação de tipo algum. por exemplo, eu não deixo ninguém criar tópicos na comunidade da globo que mencionem qualquer outra emissora estamos lá p/falar da Globo e não p/meter o pau nas outras sempre que alguém se mete a engraçadinho todos os moderadores já avisam que isso é uma regra e que a pessoa deveria entrar em outra comunidade

sempre tem também os que entram lá para falar mal da Globo e falamos a mesma coisa, p/pessoa entrar na comunidade Eu odeio a Globo ..rs”

Considerando que questão da legitimação dos valores – verdade, legitimidade e veracidade -, que toda a ação comunicativa pressupõe, não se alcança por uma racionalidade meio-fim, mas somente pela argumentação em função de princípios reconhecidos e validados pelo grupo. O silenciamento de determinados atos de fala, como regulação moral e ética da conduta, mostra que nesses espaços virtuais existe uma noção de hierarquia e, de normas sociais inegociáveis.

Sabendo-se que nas comunidades virtuais quando os interesses práticos (dos participantes na comunidade) são antagônicos aos interesses teóricos (dos criadores desse espaço de conversa) e, que nessas condições o princípio da horizontalidade é o primeiro a ser rompido. Dessa maneira, a regulação dos atos de fala indesejáveis, na rede social virtual - fundamentada em assimetrias sociais, culturais e outras, além da posição que ocupam na organização do agrupamento social -, pode impedir antecipadamente o exercício do direito democrático à comunicação.

Assim sendo, quando nas comunidades virtuais a intervenção de regulação busca neutralizar a validade da ação comunicativa e, nega a existência de um poder a ser legitimado. Nesse sentido, afasta estes lugares da perspectiva idealizada de ação comunicativa pura.

Com efeito, comunidades virtuais são espaços pertencentes à estrutura social concreta, são alargamentos da sociedade convencional, por ela mesma criados numa razão interessada em “fazer negócios” (globalizar o mercado, realizar lucros etc). Enquanto parte integrante do Programa Sociedade da Informação, não teria sentido pensar que se constituam como espaços com potencial emancipatório diferenciado de outros espaços (concretos e não concretos), pois são espaços de ordem sistêmica.

Como “vitrines de comportamento” - a visibilidade das interações sociais nesses lugares, o aspecto observável dos discursos práticos que possibilita a “leitura” das demandas, dos desejos, dos posicionamentos etc -, nesse sentido, comunidades virtuais são espaços “amostrais” do que se passa no cotidiano e, oferecem material bruto para diversos fins.

E, do ponto de vista do sujeito, daquele que aprende essa nova “forma produtiva” e, se capacita a estabelecer novas “relações de produção”, para este sim, enquanto caso emblemático, a ampliação da dimensão social pelo programa sociedade da informação pode trazer novas possibilidades emancipatórias.

Ainda que no caso de May, a personagem que peregrina pelas comunidades virtuais deixe brecha para que seja vislumbrado um horizonte emancipatório, pois podem ser espaços estratégicos que possibilitam a abertura de caminhos para a realização de algum projeto de vida; esta parece não ser a regra. Pois, tal qual explica Ciampa (2007):

“Antes de mais nada, o que pode ser considerado ponto de partida, para o que nos interessa aqui, é que os artistas [atores] só podem atuar com êxito sob certas condições necessárias. Para criar condições, é necessário trabalhar, transformar possibilidade em realidade.” (p. 191).

Assim, o “trabalho” que realiza May nas comunidades virtuais, como “executiva” (como moderadora ou criadora do espaço temático), como condição necessária para transformar possibilidade em realidade, é o que faz de May uma exceção. É isto o que a torna um caso emblemático.

Posto que a ampliação do campo para produção de um devir outro “pressupõe aprendizagens novas, na área do agir comunicativo” (Ciampa, 2007: p. 206). Assim, compreende-se que quando May alcança desenvolver a competência comunicativa para agir na sociedade da informação, ela alcança transitar pelos diversos espaços virtuais e, neles, ou a partir deles, ela pode criar novas possibilidades emancipatórias, transformadoras de sua realidade.

Quando uma dimensão de seu projeto de vida se realiza, no concreto, através da sua atuação na comunidade virtual inserida na mídia social de maior participação popular de nosso país; não é apenas uma projeção virtual de identidade que se concretiza, é a identidade que se concretiza. Por que, como explica Ciampa (2007):

“A identidade é concreta: a identidade é um movimento de concretização de si, que se dá necessariamente, porque é o desenvolvimento do concreto e, contingencialmente, porque é síntese de múltiplas e distintas determinações” (p.199).

Nessa perspectiva, é preciso admitir que a personagem de May na sociedade da informação, observadas na sua história de vida na mídia social, deve ser uma síntese de múltiplas e distintas determinações (aspectos estes implícitos, mas não relatados) formadoras de sua identidade. Pois, segundo Habermas - embasado na lógica do desenvolvimento elaborada, sobretudo por Piaget, mas que encontra certas correspondências nas outras tradições teóricas - “o desenvolvimento da identidade de alguém é determinado pelas condições históricas, sociais, materiais dadas, aí incluídas as condições do próprio indivíduo” (Ciampa, 2007: p.198).

Portanto, a personagem de May na sociedade da informação não pode ser compreendida como uma personagem improvisada ou casual, aleatória ou arbitrária, mas sim, como o elemento empírico de sua identidade pós-convencional - uma concepção moral autônoma e independente dos padrões de comportamento tradicionais, sendo capaz de se orientar segundo seus direitos e segundo princípios de liberdade subjetiva, podendo decidir agir de maneira autônoma, mesmo diante das pressões sociais e, de maneira ética diante do reconhecimento das diferenças de interesse e opiniões.

Para não causar a impressão de que se quer afirmar que May seja um caso único na sociedade da informação (há relatos de outros casos de “salto qualitativo” relacionados à atuação de indivíduos na sociedade da informação), vale dizer que o “estado criador geral”²² que possibilitou as condições necessárias para a concretização da identidade “May- da globo”, não é uma realidade possível, mas pode ser entendido como uma possibilidade real. Como caso emblemático, May mostra que há novos modos de se buscar a emancipação no mundo de hoje e, aponta o que pode ser entendido como uma tendência .

²² Aqui, “estado de criação geral” entendido como uma forma de consciência de responsabilidade coletiva que “visa a conseguir com tudo isso o que chama de *estado criador exterior* e de *estado criador interior*” (Ciampa, 2007: p.192. Grifos do autor) realizar o salto qualitativo da identidade em direção à emancipação.

E, assim May reafirma o que Ciampa (2007) já tinha observado em seu estudo, quando constrói o sintagma identidade-metamorfose-emancipação: que “como ser histórico, como ser social, o homem é um horizonte de possibilidade” (Ciampa,2007).

Considerações Finais

Considerando que este estudo parte de uma questão e, que se desenvolve trazendo novos questionamentos, é interessante neste ponto, para finalizar, organizar a discussão em função das questões levantadas. O que pretende nesse momento da dissertação é oferecer um panorama geral do que se descobriu sobre saúde e identidade a partir da investigação realizada.

Considerando que a pergunta “quem se arrisca ser, ou dizer ser, ‘sedentário assumido’ no momento social e histórico em que vivemos?”, somente será respondida após a entrada no campo e, que por trás dessa questão existem outras, tais como: como viver num mundo onde os discursos teóricos de saúde afirmam que há necessidade de mudança de hábitos e estilos, afirmam que já não sabemos o que fazer para nos mantermos saudáveis, que não sabemos educar nossos filhos para a saúde, que nos diagnostica estatisticamente mórbidos, que demonstra que viveremos mais e pior caso não pratiquemos interações sociais de qualidade, uma dieta saudável, um sono reparador, um desestressar no cotidiano estressante etc. e, claro, atividade física agradável, de preferência todos os dias por 30 minutos contínuos ou intermitentes; em síntese, como viver num mundo que nos mostra o quão deletério é viver a vida que vivemos.

A partir da revisão bibliográfica torna-se evidente que, na contemporaneidade, existe uma emergência em se promover a governabilidade de hábitos e estilo de vida, relacionada à idéia de crise econômica do sistema público de saúde e a perspectiva de fracasso do projeto de desenvolvimento nacional. Emergência, essa, evidenciada a partir de estudos estatísticos e epidemiológicos que cruzam “aumento de longevidade” com “declínio funcional biopsicossocial”, cujo resultado negativo sustenta a definição que as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são os males desta época histórica.

Assim cria-se a noção de “necessidade de agilização das ações promocionais” e, justificam-se agendas e ações de governabilidade de hábitos alimentares, práticas corporais, de fatores de risco e vulnerabilidade e, de instâncias sociais formadoras do Eu - pois, na visão política a identidade é um aspecto do humano que explica suas ações, isto é, políticas de identidade entende que “quem sou eu” determina “o que eu faço”.

Seguramente o enfoque no indivíduo não é o único caminho para se promover a construção de vidas mais saudáveis nas sociedades modernas complexas ocidentais, mas é óbvio que é mais simples enfatizar os efeitos deletérios dos estilos de vida arriscados do que criar medidas que diminuam as desigualdades sociais ou modifiquem fatores estruturais (Arnaiz, 2009). Assim, justifica-se a construção de discursos teóricos orientados na razão instrumental e, de toda a sorte de ações estratégicas voltadas para os indivíduos e instâncias sociais primárias (família e escola).

Autoridades e especialistas falam, entre outras coisas, que existe na atualidade certa “ineficiência familiar” na gestão da saúde de seus elementos; argumentam preventivamente sobre a necessidade de evitar a “irracional opção por viver um estilo de vida mórbido”, que coloca em risco o projeto pessoal de vida saudável e vai contra a “natureza humana da autopreservação” (Arnaiz, 2009). De outro lado as ações práticas, como as macroestratégias de informação e comunicação que frequentemente apelam para o aspecto moral e, assim também servem para recordar que “ser gordo”, “ser sedentário”, enfim, “ser doente” é uma condição que depende do próprio indivíduo (Fraga, 2006). Nesse sentido, a midiatização das informações saudáveis busca formar a opinião pública em prol do autocuidado responsável e, não transpõe a perspectiva ideológica de governabilidade do indivíduo.

No contexto de uma realidade social diversa como a nossa, os programas de homogeneização de estilos de vida em prol da promoção da saúde, que desconsideram a diversidade sociocultural e as singularidades pessoais e criam alguns efeitos indesejáveis: criam novas idéias de desigualdade, novas exclusões e novas formas de opressão (Barros, 2007), são ações que precisam ser melhor observadas. Pois, produzem estes e outros efeitos paradoxais no cotidiano e, comprometem a legitimidade do movimento promocional de regime democrático deliberativo (Cohen, 1998).

Ao focar categorias sociais vulneráveis, por exemplo, para torná-las ativamente envolvidas na construção de oportunidades iguais em saúde, numa idéia neoliberal de democracia deliberativa, as políticas públicas saudáveis negam-lhes o “poder comunicativo”, produzem no indivíduo uma acomodação com seu *status* (posição social, econômica, papéis e funções na sociedade) e, justificam a falta de investimento do Estado em ações que promovam a efetiva transformação das

condições de desigualdade e iniquidade em saúde, sócio-historicamente consolidadas (Burity, 2006; Wills & Douglas, 2008).

Como processo produtivo as estratégias promocionais normativas buscam promover o “desenvolvimento social”, mecanicamente, de modo a alterar rotinas cotidianas, mudar condutas de administradores e população, substituir conteúdos normativos, implementar novos valores, criar novas identidades etc. No movimento de “desconstruir” desigualdades em saúde, promovendo identificações mais saudáveis - buscando construir identidades alinhadas com o projeto de promoção de saúde, orientado na racionalidade instrumental -, não cabe o movimento democrático de questionamento acerca da validade das normas, quando muito cabe o questionamento acerca de sua eficácia.

Vale explicitar que na medida em que a racionalidade instrumental da ciência e da técnica penetra nas esferas institucionais da sociedade afasta do âmbito da reflexão e da discussão as necessidades sociais e os interesses coletivos, no caso, em saúde. Nesse sentido, as políticas públicas saudáveis são ideologias quase que indevassáveis, pois negam a validade do saber prático e do conhecimento do senso comum.

A partir do estudo de “sedentários assumidos”, pode-se dizer que o bem intencionado movimento de promover empoderamento das pessoas através da informação e educação em saúde promocional têm gerado, como efeito iatrogênico, não apenas o impedimento do agir comunicativo, mas fundamentalmente a desestruturação dos saberes e das práticas cotidianas.

Nessa perspectiva “sedentários assumidos” mostram que o movimento de apresentação de um projeto político de saúde (projeto de governo) como se fosse um projeto de vida saudável (projeto de pessoa) está despolitizando indivíduos e coletivos e, impedindo-os de pensar em liberdade de escolha, pois os deixa sem opção.

A análise dos jogos de linguagem “sedentários assumidos”, como elemento ilustrativo da despolização das massas, mostra que eles não são exemplares de resistência, como se poderia supor. As tematizações de sedentarismo por eles realizadas não indicam haver pretensão de produzir debates acerca das prescrições orientadas em conhecimento científico, tampouco dão a entender que a um movimento contrário às orientações e normas promocionais. Enquanto identidade coletiva reflexiva “sedentários assumidos” se arriscam confrontar, não as verdades

científicas, mas apenas a questão da homogeneização dos estilos e generalização do prognóstico de prejuízo funcional.

Nos jogos de linguagem da comunidade virtual de “sedentários assumidos” (modalidade comunicativa mais usual nesses ambientes), o compartilhar do posicionamento crítico sobre o olhar homogêneo para aqueles que não praticam atividade física na medida prescrita não representa uma defesa do estilo arriscado, nem um movimento em prol da preguiça no cotidiano. O agir comunicativo de “sedentários assumidos” traz uma resposta prática produzida nas rodas de conversa (Souza & Contandriopoulos, 2004): responde que no cotidiano, enquanto as pessoas não se virem acometidas por doenças descritas pela biomedicina, não há “por que” modificar hábitos e estilos de vida.

Considerando-se exemplares de pessoas saudáveis (posto que entendem que sedentarismo não é doença) “sedentários assumidos” podem pleitear seu direito de serem conhecidos em face a sua qualidade de normalidade. Enfatizando uma fundamental diferença, o atributo da saúde, mostram que o projeto de “promover saúde entre os saudáveis” é algo ainda sem sentido na realidade social, pois no imaginário social apenas a doença (e não a saúde) é um fenômeno que pode produzir transformações no indivíduo e, reorientar sua prática cotidiana de autocuidado numa direção heteronômica (Ortega, 2004).

É na tensão entre autonomia e heteronomia que se dão os jogos de linguagem de “sedentários assumidos”. E, segundo Burity (2006),

[...] é esta tensão, de fato, que também aparece com a tensão entre nossas identidades como indivíduos e como cidadãos ou entre os princípios da liberdade e igualdade, que constituem a melhor garantia de que o projeto da democracia moderna está vivo e habitado pelo pluralismo. O desejo de resolver esta tensão poderá favorecer somente a eliminação do político e a destruição da democracia (Idem, p.133).

É nessa perspectiva de tensão, fecunda para a transformação de indivíduos em sujeitos aptos ao enfrentamento das transversais políticas de identidade, que se constroem novas possibilidades identitárias. Como explica Ciampa (2007):

“A liberdade para irmos a ser humanos (não a liberdade vazia de qualquer coisa, recusando a coerção (uma objetividade em que a subjetividade não se reconhece), cria o interesse de garantir a autoconservação da espécie, o interesse pela libertação – um interesse racional e não uma razão interesseira-, o interesse pela progressiva humanização da espécie humana, que se elevou acima das condições da existência animal. Esse interesse é o que determina o que merece ser vivido nas condições dadas.” (p. 209-210).

É à luz dessa concepção de identidade - que se constrói e reconstrói num movimento de ser humano que se recusa à escravidão (agir segundo uma normatividade que não é a sua, com a qual não se identifica) e busca garantir a autoconservação (sintagma identidade-metamorfose-emancipação) -, que o estudo da identidade coletiva “sedentários assumidos”, na mídia social mais popular de nosso país, possibilita interpretar que as ações de comunicação nas comunidades virtuais têm potencial emancipatório.

Partindo dos diálogos estabelecidos na comunidade virtual, e em outras modalidades de comunicação (MSN, e-mail, página pessoal da mídia social), chega-se a compreender que as identidades coletivas nas comunidades virtuais, tais como “sedentários assumidos”, podem servir para algo mais que pretender dar a reconhecer “alguém inteligível”, ou deixar entrever sujeitos eticamente situados interessados em interagir socialmente com pessoas que mostrem ter interesses comuns.

O estudo da identidade coletiva “sedentários assumidos” permite dizer que num mundo de indiferenciação, tal qual o mundo onde se interage socialmente via internet, as identidades podem ser entendidas como unidades organizadoras (White, 1992). Como unidades organizadoras da sociabilidade virtual, as identidades coletivas criam a ilusão de pertencimento, de coesão e integração social. Construídas na transposição das possibilidades identitárias pré-existentes na sociedade concreta, as identidades coletivas criam também, a ilusão de organização social.

Considerando que uma importante função da ideologia - sustentada por discursos normativos, embasados na racionalidade instrumental, e proferidos por instituições que lhe correspondam - é a de impedir a abertura de debates e de discursos práticos. Nesse sentido, o agrupamento formado em função das identidades coletivas, aliado ao agir comunicativo nos fóruns de discussão cria a possibilidade de construção de novas formas de solidariedade capazes de por em discussão normas sociais e revitalizar a própria sociedade (DeLuiz, 1995).

Partindo da premissa que a transformação do indivíduo em sujeito (ator social) não se dá através de um ato solitário de auto-reflexão, mas, sim, é resultante de um processo de formação que se dá em uma complexa rede de interações sociais (Ciampa, 2009), e a partir do estudo de caso de May, pode-se dizer que a participação ativa nas ações de comunicação das comunidades virtuais podem colaborar para o desenvolvimento da competência comunicativa nesse meio, pois possibilita a apreensão da nova dimensão social (das formas simbólicas).

A história de vida de May abre espaço para pensar que aqueles que tenham alcançado construir uma identidade pósconvencional (uma concepção moral autônoma e independente dos padrões de comportamento tradicionais, sendo capaz de se orientar segundo seus direitos e segundo princípios de liberdade subjetiva, podendo decidir agir de maneira autônoma, mesmo diante das pressões sociais e, de maneira ética diante do reconhecimento das diferenças de interesse e opiniões) podem ter melhores condições para se destacar na nova dimensão social e construir possibilidades realmente emancipatórias, ou seja, produzir transformações na realidade concreta.

Com efeito, May se diferencia nas comunidades virtuais na medida em que desenvolve papéis e ocupa posições nos espaços coletivos por onde peregrina. Isto é, constrói sentido para sua vida vivida nesses novos lugares de sociabilidade. Pode-se dizer que para May os espaços formados na virtualidade existem e são espaços sociais e espaços de “trabalho”, ainda que neles não habite nenhuma sociedade orgânica.

Diante da singularidade do caso estudado observa-se que a competência de May pra criar condições favoráveis na sociedade da informação, a partir de sua inserção e participação ativa nas comunidades virtuais, lhe permite realizar um “salto qualitativo” na vida dimensão concreta, pois lhe permite concretizar uma dimensão particular de seu projeto de vida.

Depois do estudo de caso não há como negar que agimos no mundo de acordo com nosso *status* e com o *status* que queremos atingir - que as ações têm relação com a identidade, no sentido em que a identidade conjumina duas perspectivas de existência não antagônicas, embora não complementares, “ser-segundo-a-possibilidade”, na esfera da crítica, e “ser-em-possibilidade”, na esfera da antecipação.

A partir desse estudo, não há como afirmar que a boa fortuna de May, que agindo “segundo a possibilidade” na sua peregrinação entre comunidades virtuais cria condições para “ser em possibilidade”, seja uma regra. Portanto, é nesse sentido que se pode dizer que este trabalho traz um estudo de caso emblemático.

De outro lado, não se pode negar o projeto de vida de May não poderia ser concretizado de modo isolado, o sucesso de seu projeto de vida dependeu de uma síntese de múltiplas determinações subjetivas e objetivas, entre competências e habilidades individuais demandou o olhar e a validade de suas práticas na comunidade virtual por pessoal devidamente credenciado pela emissora de televisão criadora da comunidade, para fins diversos.

É nesse sentido que vale ressaltar que as comunidades virtuais são espaços pertencentes à estrutura social concreta, são alargamentos da sociedade convencional, por ela mesma criados numa razão interessada em “fazer negócios” (globalizar o mercado, realizar lucros etc). Assim sendo, enquanto parte integrante do Programa Sociedade da Informação, não parece que se constituam como espaços com potencial emancipatório diferenciado de outros espaços (concretos e não concretos).

Como “vitrines de comportamento” - a visibilidade das interações sociais nesses lugares, o aspecto observável dos discursos práticos que possibilita a “leitura” das demandas, dos desejos, dos posicionamentos etc -, nesse sentido, comunidades virtuais são espaços que se prestam a oferecer dados “amostrais” do que se passa no cotidiano e, oferecem material bruto para diversos fins. E, do ponto de vista do sujeito, daquele que aprende essa nova “forma produtiva” e, se capacita a estabelecer novas “relações de produção”, para este enquanto caso emblemático, a ampliação da dimensão social pode trazer novas e reais possibilidades emancipatórias. Pois, como explica Ciampa (2007) e reforçar a idéia de que “como ser histórico, como ser social, o homem é um horizonte de possibilidade”.

Referências bibliográficas

AGITA. Acessível em http://www.agitamundo.org/site_br.htm

ALMEIDA, J. (2009), Consultado nos Anais da ABRAPSO. 2009. Acessível em <http://www.abrapso.ufba.br/>

AÑAÑA, Edar da Silva et al. **As comunidades virtuais e a segmentação de mercado: uma abordagem exploratória, utilizando redes neurais e dados da comunidade virtual** Orkut. *Rev. adm. contemp.* [online]. 2008, vol.12, n.spe, pp. 41-63. ISSN 1415-6555. doi: 10.1590/S1415-65552008000500003. 1

ARANCETA J. **Obesidad infantil: nuevos hábitos alimentarios y nuevos riesgos para la salud.** In: Díaz C, Gómez C. Alimentación, consumo y salud. Barcelona: Fundació "La Caixa; 2008.

ARNAIZ, Mabel Gracia. **La emergencia de las sociedades obesogénicas o de la obesidad como problema social.** *Rev. Nutr., Campinas*, v. 22, n. 1, Feb. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Aug. 2010. doi: 10.1590/S1415-52732009000100001.

ATUCK, A & MEUCCI, A. **A criação de identidades virtuais através das linguagens digitais.** *Comunicação, Mídia e Consumo.* São Paulo. Vol 2 N.4P, 157-182. Jul 2005.

AUGÉ, M & HERZLICH, 1983,1995 parcialmente visualizado em C.http://books.google.com/books?id=3HiJOCDBV_cC&pg=PP1&dq=the+meaning+of+illness&lr=&hl=pt-BR&cd=2#v=onepage&q&f=false

AUGÉ, M. **Non-places: an introduction to supermodernity.** Verso. 2008

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAERT, Patrick. **Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia.** *Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo*, v. 12, n. 35, Oct. 1997 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300005&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Mar. 2010. doi: 10.1590/S0102-69091997000300005

BARBOSA e BARROS • **Epidemiologia e desigualdade: notas sobre a teoria e a história** *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health* 12(6), 2002

BARROS, J. **Igualdade – Trajetórias de uma Noção no Pensamento e no Imaginário Político.** *Rev. Filos., v. 19, n. 24, p. 147-176, jan./jun. 2007*
Acessado em <http://www.scribd.com/doc/27947705/Igualdade-trajetoria-de-uma-nocao-no-imaginario-politico-Aurora-PUC-Pr>

BRASIL, 2004b in
 "http://www.prosaude.org/publicacoes/diversos/DCNT_livro_laranja.pdf"

Brasília. **Sociedade da informação no Brasil : livro verde** / organizado por Tadao Takahashi. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. ISBN 85-88063-01-8 Acessível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html> BURITY, J.A. & AÉCIO, A.J. 2006. *Inclusão Social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo. Annablume. ISBN 85-7419-648-7. Parcialmente acessível em <http://books.google.com/books?id=oaZimbpfm58C&pg=PA64&dq=rose,+nikolas&lr=&hl=pt-BR#v=onepage&q=rose%2C%20nikolas&f=false>

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BUSS, P. M. **Uma introdução ao conceito de promoção da saúde**. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 15-38.

CANEN, A. **Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares**. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 111, Dec. 2000
 CASTELLS, M. (2003). **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
 _____ **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTIEL, L.D. **"Quem vive mais morre menos"** Estilo de Risco e Promoção de Saúde em A saúde em debate na educação física / Marcos Bagrichevsky, Alexandre Palma e Adriana Estevão (orgs.). Blumenau(SC) : Edibes, 2003.

CENTRO DE VILANCIA EPIDEMIOLÓGICA (CCE). Governo Estadual de São Paulo. *Prevenção - Informe para Leigos*.
 "http://www.cve.saude.sp.gov.br/htm/cronicas/dc_prev.htm"

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória de Severino e a História de Severina**. São Paulo. Brasiliense. 2007

_____ **Políticas de Identidade e Identidades Políticas**. 2002

_____ **Identidade: um paradigma para a Psicologia Social**. Apresentação feita oralmente em simpósio no 10^o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO (8 a 12/10/99). Texto provisório (rascunho) para divulgação interna

_____ **Da Identidade-metamorfose ao sintagma identidade – metamorfose-emancipação e seus desdobramentos**. ABRAPSO. 2009. Consultado em <http://www.abrapso.ufba.br/>.

COHEN, J. **"Democracy and liberty"**, in Jon Elster (ed.), *Deliberative democracy*, Cambridge, Cambridge University Press. 1998.

COMISIÓN DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS. **Libro blanco. Juntos por la salud: un planteamiento estratégico para la UE** (2008-2013). Bruxelas; 2007.

Comissão das Comunidades Europeias. **Livro verde: melhorar a saúde mental da população**. Rumo a uma estratégia de saúde mental para a União Europeia. Bruxelas; 2005
população. Rumo a uma estratégia de saúde mental para a União Europeia. Bruxelas; 2005

DELUIZ, N. **Formação do sujeito e a questão democrática em Habermas**. Boletim Técnico do Senac - v. 21, n. 1, jan./abr., 1995

http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/habermas03.pdf

DEROSSI, S. A. et al. **Evolução da Mortalidade e Anos Potenciais de Vida Perdidos por Câncer Cérvico-uterino em Salvador (BA), 1979-1997**. Revista Brasileira de Cancerologia, 2001, 47(2): 163-70
Acessível em http://www.inca.gov.br/rbc/n_47/v02/pdf/artigo5.pdf

DOMINGUES, J.L. **O Cotidiano da Escola de 1o Grau: O Sonho e a Realidade**. Goiânia: EDUC, 1988.

FEARON, 1999. **What is identity (as we now use the Word)?** Department of Political Science. Stanford University. Stanford, CA 94305. Disponível em

<http://www.stanford.edu/~jfearon/papers/iden1v2.pdf>

FEREJOHN, John e PASQUINO, Pasquale. **A Teoria da Escolha Racional da Ciência Política: Conceitos de racionalidade em teoria política**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo. V.16, n. 45, Fev. 2001

FRAGA, A.B. **Exercício da Informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa**. Campinas.SP: Autres Associados, 2006

GARD M, & WRIGHT J. **The obesity epidemic**. London: Routledge; 2006

GADOTTI, M. (1983). **Concepção dialética da educação**. São Paulo: Autores Associados.

GEERTZ, C. (2002). **O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa**. 5 ed. Petrópolis: Vozes LANE, S. (1984). O que é psicologia social. In S. Lane & W. Codo (Eds.), Psicologia social O homem em movimento. São Paulo, SP: Brasiliense.

GONÇALVES, M.A.S. **Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola**. Educação & Sociedade, ano XX, nº 66, 1999 □ [HYPERLINK "http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a6.pdf"](http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a6.pdf)
□ <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a6.pdf> □.

GOFFMAN, E. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

_____ **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis. Vozes. 1983.

HALL, S. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade**. 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005. Parcialmente disponível em <http://www.scribd.com/doc/12949057/identidade>
<http://www.scribd.com/doc/12949057/identidade>
<http://www.scribd.com/doc/12949057/identidade>

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1989 acessado em <http://www.scribd.com/doc/6967155/Habermas-Jurgen-Consciencia-Moral-e-Agir-Comunicativo>
<http://www.scribd.com/doc/6967155/Habermas-Jurgen-Consciencia-Moral-e-Agir-Comunicativo>

Between facts and norms . Contributions to a discourse Theory of Law and Democracy. The MIT Press, Cambridge, Massachussets. 1996

Teoría de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social. Madri: Taurus,

HAGUETTE, 1987. Acessível em <http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/10/09.pdf> pagina 111"

IPEA, 2009. Consultado em <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>

KALACHE, A. et al. **O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo**. Rev. Saúde públ., S. Paulo, 21:200-10, 1987. Disponível em <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v21n3/05.pdf>

LAWLER, S. **Identity: sociological perspectives**. Polity Press. Cambridge. UK. 2008 ISBN-13: 978-07456-3575-0 Disponível para visualização parcial em <http://books.google.com/books?id=pHIWJQ8JvEgC&pg=PA64&dq=rose,+nikolas&lr=&hl=pt-BR#v=onepage&q=rose%2C%20nikolas&f=false>

LEDOUX, J. **O Cérebro Emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional**. Rio LEITÃO, C. **Impactos subjetivos da internet: reflexões teóricas e clínicas**. 2003. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LÉVY, P. **O que é o Virtual?**. São Paulo: Editora 34. 1996
The universal without totality: the essence of cyberculture. in E.R. Larreta (Org.), Media and Social Perception (pp. 191-208). Rio de Janeiro: UNESCO, ISSC, EDUCAM. 1999

MATSUDO, V.R. 2006 Acessível em http://www.agitamundo.org/site_br.htm

MATUCK, A & MEUCCI, A. **A Criação de Identidades Virtuais através das Linguagens Digitais**. 2005.
 Acessível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0571-3.pdf>

MAUSS, M. **Introducción a la etnografía**. Ediciones Istmo. Madrid-Spain. 1967/1974)

MELO, Elza Machado de. **Ação comunicativa, democracia e saúde**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, 2010 . Disponível em

<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232005000500019&lng=pt&nrm=iso>. doi: 10.1590/S1413-81232005000500019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto de Promoção da Saúde. **A Construção de vidas mais saudáveis** / Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto de Promoção da Saúde. – Reimpressão. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Consultado em "http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/02_0178_M.pdf"

MOTTA, M., & BENNATI, E., & FERLITO, L., & MALAGUARNERA, M., & MOTTA, L., & Italian Multicenter Study on Centenarians (IMUSCE). (2005). **Successful aging in centenarians: Myths and reality**. Archives of Gerontology and Geriatrics, 40(3), 241-251.

MUNANGA, K. **Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil**, 2003. in MORAES, E.L. Construindo Identidades Sociais Relação gênero e raça na política pública de qualificação profissional. Brasília. 2005. Disponível em http://www.mte.gov.br/pnq/relacao_genero_raca.pdf
POPKIN, B.M. Nutritional patterns and transitions. Population Dev Rev. 1993; 19(1):138-57

NATANSOHN, G. **Comunicação & Saúde: interfaces e diálogos possíveis**. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación www.eptic.com.br, Vol. VI, n. 2, Mayo – Ago. 2004: p. 40

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. **Na malha da Rede: Os impactos íntimos da Internet**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. **Primeiros contornos de uma nova “configuração psíquica”** Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 65, p. 71-85, jan./abr. 2005

_____. **Internet: a negatividade do discurso da mídia versus a positividade da experiência pessoal. À qual dar crédito?** Estudos de Psicologia(UFRN), ano 7, nº 1, 2002a, p. 25-35.

_____. **Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, ano 18, nº 2, 2002b, p. 193-202.

OPAS, 2005. Acessível em "http://www.prosaude.org/publicacoes/diversos/DCNT_livro_laranja.pdf"

OPAS, 2006. Acessível em http://new.paho.org/bra/index.php?option=com_content&task=view&id=569&Itemid=539

ORTEGA, F. **Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.8, n.14, p.9-20, set.2003-fev.2004

PALMA, A. **Atividade física, processo saúde-doença e condições socioeconômicas**. Motriz, Rio Claro, v.15, n.1, p.185-191, jan./mar. 2009

POZENA, Regina; CUNHA, Nancy Ferreira da Silva. **Projeto "construindo um futuro saudável através da prática da atividade física diária"**. Saude soc., São Paulo, 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000500009&lng=en&nrm=iso>.

RECUERO, R.C. **Redes Sociais na Internet: considerações iniciais**, 2004. Acessível em <http://www.scribd.com/doc/31342488/Recuero-Raquel-Redes-Sociais-Na-Internet>

RUSSELL, J. **Imagem Imperfeita: Pensamento Utópico para uma Época Antiutópica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

SANTAELLA, L.: **A Estética Política das Mídias Locativas** n. 28. Abril 2008. Universidad Central – Colombia

SALOMON, Jean-Jacques; SAGASTI, Francisco; SACHS-JEANTET, Celine. **Da tradição à modernidade**. Estud. av., São Paulo, v. 7, n. 17, Apr. 1993 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Mar. 2010. doi: 10.1590/S0103-40141993000100002.

SANTOS, Flávia Heloísa dos; ANDRADE, Vivian Maria; BUENO, Orlando Francisco Amodeo. **Envelhecimento: um processo multifatorial**. Psicol. estud., Maringá, v. 14, n. 1, Mar. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000100002&lng=en&nrm=iso>. doi: 10.1590/S1413-73722009000100002

SOUZA, J. **Patologias da Modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber** . São Paulo. Annalume 1997

SOUZA, L. & CONTANDRIOPOULOS, A.P. **O Uso de Pesquisas na Formulação de Políticas de Saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(2):546-554, mar- a b r, 2004

SORJ, B . **Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo-moralista**. Comunicações do ISER, v. 62, p. 29-39, 2006

SPINK, M.J.P. & Gimenes, M.G.G. **Práticas Discursivas e Produção de Sentido: apontamentos metodológicos para a análise dos discursos sobre a saúde e a doença**. Sociedade e Saúde 3(2): 149-171, 1994

STANHOPE, M; LENCASTER, J., **Enfermagem comunitária: Promoção da Saúde de Grupos, Famílias e Indivíduos**. Lisboa: Lusociência, 4^a ed. P.4921225.1999.

TEIXEIRA, Carmen Fontes. **Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades.** Saude soc., São Paulo, v. 13, n. 1, abr. 2004 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100005&lng=pt&nrm=iso. acessos em 17 ago. 2010. doi: 10.1590/S0104-12902004000100005.

VERDI, Marta; CAPONI, Sandra. **Reflexões sobre a promoção da saúde numa perspectiva bioética.** Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 14, n. 1, Mar. 2005 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000100011&lng=en&nrm=iso. access on 17 Aug. 2010. doi: 10.1590/S0104-07072005000100011.

VERMELHO e MONTEIRO (2001). **Transição Demográfica e Epidemiológica.** Acessível em <http://www.ims.uerj.br/downloads/funsaco/2009/epidemio.pdf>
<http://www.ims.uerj.br/dowloauds/funsaco/2009/epidemio.pdf>

WHITE, Harrison C. **Identity and control: a structural theory of social action** <http://books.google.com/books/princeton?id=nvfGmD6073cC&pg=PA383&dq=KOTTER,+J>

ohn&hl=pt-BR#v=onepage&q=KOTTER%2C%20John&f=false

WERLE, D.L. O indivíduo e sociedade: Habermas e a psicologia social de Mead. In *Mente. Cérebro & Filosofia. Habermas e Honneth.* p 40-47. 2008. Acessível também em www.mente.cerebro.com.br

Sites consultados

CDC <http://www.cdc.gov/physicalactivity/everyone/health/index.html>

<http://www.einstein.br/pagina-einstein/Paginas/obesidade-infantil-o-alto-preco-do-estilo-de-vida-moderno.aspx>

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000100001&lng=en&nrm=iso

<http://www.einstein.br/pagina-einstein/Paginas/obesidade-infantil-o-alto-preco-do-estilo-de-vida-moderno.aspx>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)